Universidade Federal do Espírito Santo

Centro de Educação - CE

Projeto Pedagógico de Curso

Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE

Ano Versão: 2019

Situação: Proposta

SUMÁRIO

Identificação do Curso 3
Histórico 4
Concepção do Curso 8
Contextualização do Curso 8
Objetivos Gerais do Curso 10
Objetivos Específicos 10
Metodologia 10
Perfil do Egresso 14
Organização Curricular 15
Concepção da Organização Curricular 15
Quadro Resumo da Organização Curricular 17
Disciplinas do Currículo 18
Atividades Complementares 22
Equivalências 23
Currículo do Curso 26
Pesquisa e extensão no curso 64
Auto Avaliação do Curso 66
Acompanhamento e Apoio ao Estudante 68
Acompanhamento do Egresso 71
Normas para estágio obrigatório e não obrigatório 72
Normas para atividades complementares 76
Normas para laboratórios de formação geral e específica 78
Normas para trabalho de conclusão de curso 81
Administração Acadêmica 85
Coordenação do Curso 85
Colegiado do Curso 85
Núcleo Docente Estruturante (NDE) 85
Corpo docente 87
Perfil Docente 87
Formação Continuada dos Docentes 87
Infraestrutura 89
Instalações Gerais do Campus 89
Instalações Gerais do Centro 89
Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais 90
Instalações Requeridas para o Curso 90
Biblioteca e Acervo Geral e Específico 91
Laboratórios de Formação Geral 91
Laboratórios de Formação Específica 92
Observações 94
Referências 95

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso
Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE

Código do Curso
7102

Modalidade
Licenciatura

Grau do Curso
Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Linguagem

Nome do Diploma
Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Linguagem

Turno
Integral

Duração Mínima do Curso
8

Duração Máxima do Curso
12

Área de Conhecimento

Regime Acadêmico
Não seriado

Processo Seletivo
Verão

Entrada
Anual

HISTÓRICO

Histórico da UFES

Transcorria a década de 30 do século passado. Alguns cursos superiores criados em Vitória pela iniciativa privada deram ao estudante capixaba a possibilidade de fazer, pela primeira vez, os seus estudos sem sair da própria terra. Desses cursos, três – Odontologia, Direito e Educação Física – sobrevivem na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Os ramos frágeis dos cafeeiros não eram mais capazes de dar ao Espírito Santo o dinamismo que se observava nos Estados vizinhos.

O então governador Jones dos Santos Neves via na educação superior um instrumento capaz de apressar as mudanças, e imaginou a união das instituições de ensino, dispersas, em uma universidade. Como ato final desse processo nasceu a Universidade do Espírito Santo, mantida e administrada pelo governo do Estado. Era o dia 5 de maio de 1954.

A pressa do então deputado Dirceu Cardoso, atravessando a noite em correria a Esplanada dos Ministérios com um processo nas mãos era o retrato da urgência do Espírito Santo. A Universidade Estadual, um projeto ambicioso, mas de manutenção difícil, se transformava numa instituição federal. Foi o último ato administrativo do presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de janeiro de 1961. Para o Espírito Santo, um dos mais importantes.

A reforma universitária no final da década de 60, a ideologia do governo militar, a federalização da maioria das instituições de ensino superior do país e, no Espírito Santo, a dispersão física das unidades criaram uma nova situação. A concentração das escolas e faculdades num só lugar começou a ser pensada em 1962. Cinco anos depois o governo federal desapropriou um terreno no bairro de Goiabeiras, ao Norte da capital, pertencente ao Victoria Golf & Country Club, que a população conhecia como Fazenda dos Ingleses. O campus principal ocupa hoje uma área em torno de 1,5 milhão de metros quadrados.

A redemocratização do país foi escrita, em boa parte, dentro das universidades, onde a liberdade de pensamento e sua expressão desenvolveram estratégias de sobrevivência. A resistência à ditadura nos “anos de chumbo” e no período de retorno à democracia forjou, dentro da Ufes, lideranças que ainda hoje assumem postos de comando na vida pública e privada do Espírito Santo. A mobilização dos estudantes alcançou momentos distintos. No início, a fase heróica de passeatas, enfrentamento e prisões. Depois, a lenta reorganização para recuperar o rumo ideológico e a militância, perdidos durante o período de repressão.

Formadora de grande parte dos recursos humanos formados no Espírito Santo, ela avançou para o Sul, com a instalação de unidades acadêmicas em Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado; e para o Norte, com a criação do Campus Universitário de São Mateus.

Não foi só a expansão geográfica. A Universidade saiu de seus muros e foi ao encontro de uma sociedade ansiosa por compartilhar conhecimento, ideias, projetos e experiências. As duas últimas décadas do milênio foram marcadas pela expansão das atividades de extensão, principalmente em meio a comunidades excluídas, e pela celebração de parcerias com o setor produtivo. Nos dois casos, ambos tinham a ganhar.

E, para a Ufes, uma conquista além e acima de qualquer medida: a construção de sua identidade.

A meta dos sonhadores lá da década de 50 se transformou em vitoriosa realidade. A Ufes consolidou-se como referência em educação superior de qualidade, conceituada nacionalmente. Nela estão cerca de 1.600 professores; 2.200 servidores técnicos; 20 mil alunos de graduação presencial e a distância, e 4 mil de pós-graduação. Possui 101 cursos de graduação, 58 mestrados e 26 doutorados, e desenvolve cerca de 700 programas de extensão na comunidade. Uma Universidade que, inspirada em seus idealizadores, insiste em não parar

de crescer. Porque é nela que mora o sonho dos brasileiros, e em especial dos capixabas.

Histórico do Centro

O Centro de Educação foi constituído pelo decreto federal nº 63.577, de 8 de novembro de 1968, que fixou a nova estrutura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), criando assim uma unidade própria de ensino profissional e pesquisa aplicada para os estudos pedagógicos.

Os estudos de educação eram realizados, até então, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Como a reforma na Ufes foi implantada de forma gradual, em 1971, os estudos pedagógicos foram reunidos no Departamento de Educação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e agrupados, provisoriamente, no Centro de Estudos Gerais. A Comissão, integrada pelos professores José Manuel da Cruz Valente, Ieda Aboumrad, Maria Silene R. de Menezes e Maria José de Almeida Marçal, foi encarregada, em 1972, de elaborar o projeto de implantação do Centro Pedagógico. Por várias razões, a implementação ocorreu somente em 1975.

Em fevereiro de 1975, o reitor Máximo Borgo Filho, por meio de portaria, designou o Prof. Dr. Manoel Ceciliano Salles de Almeida para o cargo de Diretor Provisório. Ele também designou as professoras Elizabeth Maria Pinheiro Gama e Kleide Marcia Barbosa Alves, para dirigir o Departamento de Fundamentos da Educação e Orientação Educacional; os professores João Chrisóstomo Casagrande e Roberto Claytam Schmitel Castro para chefiar o Departamento de Administração e Supervisão Escolar e; os professores Carlos Coutinho Batalha e Regina Helena Magalhães para as funções de Chefe e Subchefe, respectivamente, do Departamento de Didática e Prática de Ensino.

Como Manoel Ceciliano foi eleito reitor da Ufes, em novembro de 1975, o Prof. Aloyr Queiroz de Araújo assumiu a direção, sendo substituído, em 1977, por Regina Helena Magalhães. De 1980 a 1984, a direção foi exercida por Rita de Cassia de Rezende Dias. Em junho de 1984, por eleição direta de professores, funcionários e alunos, assumiu a direção o professsor Carlos Coutinho Batalha.

Posteriormente, foram seus diretores os professores: Dulce Castiglioni, no período de 1988 a 1992; Anna Maria Marreco Machado, de 1992 a 1995; Alexandre Cesar Grandi Cid, de 1995 a 1996; Maria José Campos Rodrigues, de 1996 a 2000 e de 2000 a 2004; Izabel Cristina Novaes, de 2004 a 2006; Maria Aparecida Santos Correa Barreto, de 2006 a 2010 e 2011. Em 2012, assumiu o exercício da direção a professora Mirian do Amaral Jonis Silva. Atualmente, a diretora é a professora Cláudia Maria Mendes Gontijo.

Em 16 de agosto de 2002, o Conselho Departamental do Centro Pedagógico decidiu adotar o nome Centro de Educação, em substituição a Centro Pedagógico. Em 2003, essa mudança foi homologada pelo Ministério da Educação, com a aprovação do novo Estatuto da Ufes.

Em 30 de julho de 2007, o Conselho Universitário da Ufes aprovou a proposta de redepartamentalização e realocação de docentes do Centro de Educação da Ufes (Resolução nº 24/2007-CONSUNI). Conforme a Proposta de Reestruturação do CE/UFES, os novos departamentos são:

- Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais (DTEPE)
- Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE)
- Departamento de Educação, Política e Sociedade (DEPS)

No ano de 2013, foi criado o Curso de Licenciatura em Educação do Campo com a finalidade de formar docentes para atuar nas regiões campesinas do Espírito Santo, com início da primeira turma em 2014.

Atualmente o Centro de Educação é composto por uma Direção de Centro (Diretora e vice-diretor), uma Secretaria Administrativa (Secretária-executiva), Assessoria de Gestão (Assistente de gestão), Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais (DTEPE), Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE), Departamento de Educação, Política e Sociedade (DEPS), Colegiado de Curso de Licenciatura em Pedagogia (COLPED), Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (COLEC), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Coordenação de Pesquisa, Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Educação Especial (Neesp), Núcleo de Educação Infantil (Nedi), Núcleo de Educação de Jovens

e Adultos (Neja), Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental e Ensino de Ciências (Nipeea), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo (Nepales), Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (Nepe), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Filosofia (Nepefil), Núcleo de Artes Visuais em Educação do Espírito Santo (Navees), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (Neps), Núcleo de Pesquisa e Extensão em Currículos, Cotidianos e Culturas (Nupec), Núcleo de Estudo e Pesquisa em Hipertexto e Tecnologia Educacional (Nepehte), Laboratório de Aprendizagem (Laufes), Laboratório de Aprendizagem de Matemática e Informática Educativa (Lamati), Laboratório de Ensino e Aprendizagem de Geografia (Leageo), Laboratório de Ensino de História (Lahis), Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (Lagebes), Laboratório de Educação em Ciências (Labec), Centro de Educação Infantil Criarte (CEI Criarte).

Os Núcleos e os Laboratórios realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão e são lugares essenciais de integração dessas atividades, proporcionando que o conhecimento produzido no CE chegue até as escolas de Educação Básica, por meio do desenvolvimento de projetos de extensão, cursos de especialização, palestras, fóruns, eventos científicos e cursos de aperfeiçoamento desenvolvidos no âmbito do Sistema de Formação Continuada de Professores e Gestores que atuam na Educação Básica, criado pelo Ministério da Educação.

O Laboratório de Aprendizagem da Ufes, o Laboratório de Informática da Graduação e a Biblioteca Setorial do CE são importantes serviços de apoio às atividades desenvolvidas pelos estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação. Encontra-se, ainda, vinculado administrativa e pedagogicamente ao CE, o Centro de Educação Infantil Criarte, que atende a crianças de um a cinco anos de idade.

O CE tem por finalidade a formação de profissionais de educação por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. E, assim, busca propiciar uma formação qualificada, com fins a uma intervenção comprometida socialmente e pautada em princípios éticos. Oferta formação em duas graduações: Pedagogia e Licenciatura em Educação do Campo, além de ofertar disciplinas pedagógicas para todas as Licenciaturas dos demais Centros do campus de Goiabeiras.

No âmbito da pós-graduação, oferece cursos eventuais de especialização e mantém um Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, em nível de Mestrado e Doutorado.

Destacamos que o CE corrobora a missão da UFES em gerar avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais e sociais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo, transferindo e socializando conhecimentos e inovações que contribuam para a formação do cidadão, visando ao desenvolvimento sustentável no âmbito regional, nacional e internacional. Inserido na política institucional da UFES, tem como principais mecanismos de inserção regional: o ensino de graduação e pós-graduação; a pesquisa científica, o desenvolvimento e a inovação; a extensão universitária; e a assistência à população.

Assim, fica claro o compromisso institucional da UFES, e também do CE, com as políticas voltadas ao desenvolvimento regional, bem como o zelo dessa instituição por se manter atuante e atenta às mudanças sociais com o objetivo de manter-se como uma instituição reconhecidamente protagonista, parceira, disseminadora de ideias e formadora de cidadãos críticos, capazes e atuantes no cenário socioeconômico.

Destacamos que as atividades de ensino do CE estão voltadas para a busca, a produção e a socialização de conhecimentos e técnicas, que são utilizados como recursos de educação destinados à formação ética, crítica, técnica, científica, ambiental, cultural e artística.

Em relação aos projetos de extensão universitária, contamos com 40 projetos registrados na Pró-Reitoria de Extensão e no Siex Brasil, com grande envolvimento docente e discente.

Os cursos, eventos, projetos e programas de extensão universitária do CE/UFES estão

fundamentados nos princípios de reciprocidade, emancipação, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multiprofissionalidade. Tratam-se de atividades acadêmicas que desenvolvem processos educativos, artísticos, culturais e científicos articulados com o ensino e a pesquisa de forma indissociável. Tem como propósito contribuir com a promoção da interação dialógica dentro da Universidade e com outros setores da sociedade, o que favorece o surgimento de respostas inovadoras aos desafios locais, regionais e nacionais.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, o CE possui grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, incluindo o grupo de estudos e Pesquisa de Educação do Campo do Espírito Santo (GEPECES). Além deste, há no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), linhas de pesquisa de Educação do Campo. O Programa de Pós-Graduação em Educação possui conceito 5 da CAPES.

Ao analisarmos essa conjuntura, é perceptível o papel do CE nas políticas de ensino, pesquisa e extensão da UFES.

CONCEPÇÃO DO CURSO

Contextualização do Curso

A criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo nasce em meio ao contexto histórico, social e político de luta pela garantia da formação docente no campo ao encontro das demandas dos movimentos sociais que elegem a Educação como bandeira reivindicatória, situada no âmbito do direito humano, para além da Educação Básica.

Nessa perspectiva, o Centro de Educação, ao concorrer ao EDITAL DE SELEÇÃO Nº 12/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC para a criação do referido curso, realizou um diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio no Espírito Santo.

Segundo dados de 2012 disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação, o Espírito Santo possui 1.324 escolas do campo de educação básica, sendo 162 escolas da rede estadual, 1.146 da rede municipal e 16 Escolas Famílias Agrícolas - EFAs, localizadas no perímetro rural capixaba. Porém, compreendendo o delimitado pelo Decreto da Casa Civil, n.º 7.352/2010, em seu Art. 1 § 1º Inciso II, que estabelece como escola do campo aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente as populações do campo, o número de instituições escolares consideradas escolas do campo corresponderia a mais de 80% das escolas públicas do Espírito Santo.

Na rede estadual de ensino, por exemplo, existiam 285 escolas que ofertavam Ensino Médio. Dessas, somente 27 encontravam-se em perímetro rural, porém, das 258 escolas de Ensino Fundamental localizadas no perímetro urbano, mais de 60% atendem um número significativo de estudantes provindos das comunidades camponesas capixabas e que, em seus Projetos Político-Pedagógicos, não consideram as especificidades sociais, culturais, políticas, econômicas e étnicas desses sujeitos.

Em referência ao quadro docente, nas escolas localizadas em perímetro rural, em 2012, atuavam 6.251 professores: 1.094 da rede estadual, 5.008 da rede municipal e 149 atuando nas EFAs. Cabe ressaltar que das 1.146 escolas municipais, 19 são Escolas Comunitárias Rurais– ECORs, em que atuam 204 professores. Nesse contexto, 5.831 professores são licenciados, porém, 23% não possuem Licenciatura na sua área de atuação. Nas escolas localizadas em área de assentamento da Reforma Agrária, nas comunidades quilombolas e indígenas, mais de 40% dos professores são graduados em cursos de Pedagogia Plena, mas lecionam disciplinas da organização curricular dos anos finais do Ensino Fundamental. Desse modo, esses professores também necessitam de formação adequada à atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Quadro 1 – Caracterização das escolas do campo quanto à rede de ensino

Caracterização	Estaduais	Municipais	Famílias Agrícolas
Escolas	162	1146	16
Professores	1094	5008	149
Professores licenciados	1063	4629	139
Professores com ensino médio completo	31	375	10
Professores com ensino fundamental completo			

O curso de Licenciatura em Educação do Campo foi criado para atender a demanda de professores em exercício nas escolas do campo com o Ensino Médio, professores em exercício que não possuem a formação adequada para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e

Médio e também, para jovens e adultos que concluíram o Ensino Médio e residem no campo.

Em 2016 foi publicada pelo Ministério da Educação uma Nota Técnica Conjunta Nº 3/2016/GAB/SECADI/MEC. Nela esclarece e orienta as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) quanto à oferta dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, de forma contínua e sustentável, conforme os termos legais do Edital de Seleção nº 02/2012 – SESu/SETEC/SECADI/MEC, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação); do Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 (Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA); da Portaria MEC nº 86, de 01 fevereiro de 2013 (Institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO); da Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002 (Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo); da Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015 (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior – cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura – e para a formação continuada); e da Lei 10382/2015 que institui o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo.

De acordo com a referida Nota Técnica Conjunta/MEC, a Licenciatura em Educação do Campo deve integrar programas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, sendo ofertada na modalidade presencial, com a garantia da infraestrutura adequada e desenvolvimento pelo Regime de Alternância, com vivências dos tempos educativos – Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC).

Dispõe, ainda, que, conforme a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, a carga horária global do Curso de Licenciatura em Educação do Campo deve estabelecer o mínimo de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico a serem integralizadas em, no mínimo, 4 anos ou 8 semestres letivos, sendo, pelo menos, 400 horas de estágio supervisionado, 400 horas de prática como componente curricular, 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas e 2.200 horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos: de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares; de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.

Dispõe, ainda, que para a implantação e funcionamento permanente do curso de Licenciatura em Educação do Campo, de modo a garantir a continuidade do programa e seus impactos na instituição, a UFES/Campus Goiabeiras abriu 15 (quinze) vagas para Concurso Público de Docentes da Carreira do Magistério Superior e para 03 (três) Técnicos – Administrativos. Os cargos de docentes da educação superior foram destinados especificamente para o curso de Licenciatura em Educação do Campo, uma vez que a oferta da Educação Superior em Alternância exige que os docentes do referido curso possam ter disponibilidade de tempo para realizar as atividades formativas também no Tempo-Comunidade, que devem ocorrer nos territórios e nas escolas do campo de origem dos estudantes dessas Licenciaturas.

Foram ofertadas nas duas habilitações (Linguagens e Ciências Humanas e Sociais), 120 vagas nos três anos consecutivos: 2014, 2015 e 2016. No entanto, no primeiro vestibular realizado em 2014, as vagas não foram preenchidas, o que avaliamos ter tido falha no sistema de divulgação do edital.

Esta Universidade refletiu sobre a baixa procura do público, uma vez que a demanda desta população era bastante elevada, conforme aponta o diagnóstico. Avaliou-se, portanto, que o problema maior centrava-se na forma de divulgação, uma vez que a divulgação havia sido feita via edital on-line e como sabido, esta forma de divulgação não é o principal canal de comunicação nas comunidades rurais. Além disso, o processo seletivo seguia o mesmo molde do vestibular convencional da UFES. Desse modo, para o próximo processo seletivo de 2015, a UFES, além da divulgação via edital disponibilizado na internet, organizou também uma ampla divulgação pelas vias dos Movimentos Sociais, Sindicais, igrejas, Secretarias Municipais e Estadual, rádio universitária, panfletagem nas feiras orgânicas e nas festas das comunidades rurais, além da divulgação feita pelos próprios estudantes do curso. Com isso, foi possível atingir um total de 1300 pré-inscrições, resultando em 65 alunos matriculados em Ciências Humanas e Sociais e 60 alunos em Linguagens. Nessa mesma direção, para o processo seletivo

de 2016, em cumprimento com o Decreto nº 7.352 de 2010, foram feitas alterações na Resolução n.11/2014 para resguardar as condições para o ingresso do público-alvo, ou seja, o povo do campo. Assim, no terceiro processo seletivo, ocorrido em 2016, houve 1600 pré-inscrições. Nesses dois últimos processos seletivos foram preenchidas as 120 vagas disponibilizadas em cada ano, ficando, ainda, uma extensa lista de espera.

Objetivos Gerais do Curso

Formar educadores e educadoras para atuação profissional docente multidisciplinar junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, no âmbito dos anos Finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio da Educação Básica, com sólida produção teórico-prática e com condições de promover uma educação como processo emancipatório e permanente, produzindo ações pedagógicas que colaborem para a garantia do direito à educação como propulsora do desenvolvimento integral dos sujeitos campesinos.

Objetivos Específicos

a. Formar profissionais em exercício docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio e EJA que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor.
b. Habilitar professores para a docência multidisciplinar em escolas do campo na área de Linguagens;
c. Formar educadores para atuar na Educação Básica em escolas do campo, aptos a fazer a gestão de processos educativos e a desenvolver estratégias pedagógicas que visem a formação de sujeitos autônomos, capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável do campo e do país;
d. Preparar educadores (as) para a implantação de escolas públicas de Educação Básica de nível médio e de educação profissional nas/das comunidades camponesas;
e. Formar docentes para uma atuação pedagógica interdisciplinar e articuladora das diferentes dimensões da formação humana;
f. Garantir reflexões/elaboração pedagógica sobre a educação para o Mundo do Trabalho, educação técnica e científica a ser desenvolvida especialmente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;
g. Desenvolver saberes e fazeres formativos nos diferentes espaços e tempos da organização das aprendizagens por Alternância, compreendendo que escola e comunidade constituem locus de construção do conhecimento dos sujeitos campesinos;
h. Desenvolver estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas do conhecimento com ampla articulação teórico-prática;
i. Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a qualidade exigida pela dinâmica social em que seus sujeitos se inserem e pela histórica desigualdade que sofrem;
j. Produzir junto aos demais parceiros da implementação deste projeto de Licenciatura ações articuladas de ensino, pesquisa e extensão voltadas para demandas da Educação do Campo.

Metodologia

O curso de Licenciatura em Educação do Campo se desenvolve com base em uma organização curricular que prevê etapas semestrais, ofertadas em regime de alternância entre Tempo-Universidade (TU) e Tempo-Comunidade (TC). Esta metodologia é coerente com os princípios da educação do Campo, porque abarca os diferentes tempos e espaços formativos existentes na vida do campo, nas lutas dos sujeitos para a organização de seus territórios.

A Pedagogia da Alternância como proposição teórico-prática e metodológica da formação dos licenciandos em Educação do Campo vem sendo produzida como possibilidade formativa por

reunir os pressupostos da Educação do Campo, a saber: o vínculo intrínseco entre trabalho e educação; a realidade como base de produção do conhecimento; o protagonismo dos sujeitos no processo formativo e sua auto-organização; perspectiva interdisciplinar do conhecimento, trabalho coletivo dos educadores, práxis. Nessa perspectiva, a alternância cria mediações pedagógicas que materializam a relação dialética entre os tempos universidade e comunidade, que superam a perspectiva física e espacial, para enredarem-se numa relação dinâmica e integrativa da produção de saberes e fazeres da docência no campo.

As principais mediações didático-pedagógicas e avaliativas com com base nos elementos da alternância utilizados na formação da Licenciatura em Educação do Campo são:

O Plano de Estudo - O Plano de Estudo (PE) é uma mediação da Alternância que integra a vida, o trabalho e a comunidade do sujeito em formação. Proporciona a aproximação do saber empírico do saber científico. Trata-se de uma pesquisa participativa, realizada no meio sócio-profissional-comunitário, sistematizada e aprofundada nas áreas do conhecimento no Tempo Universidade. Uma mediação didático-pedagógica de reflexão e problematização da realidade, que se constitui no elemento integrador das disciplinas e seus saberes. O Plano de Estudos é elaborado pelos estudantes, no Tempo Universidade, a partir de um tema gerador previamente definido pela comunidade acadêmica, que emerge da pauta dos movimentos sociais e das realidades campesinas e que buscará, por meio da metodologia da pesquisa, pensar, problematizar e responder às demandas colocadas.

A Colocação em Comum - Após a realização da pesquisa do Plano de Estudos no Tempo Comunidade, o estudante retorna ao Tempo Universidade e coloca em comum os dados de sua investigação. É o momento em que o estudante coloca junto a seus pares, com a mediação do professor o que trouxe da realidade para ser discutido no coletivo, problematizado, aprofundado nas áreas do conhecimento e posteriormente retornado ao seu meio social, profissional e comunitário.

O Caderno da Realidade - O caderno da realidade é uma mediação-pedagógica fundamental no processo metodológico da Pedagogia da Alternância. É o caderno da vida do estudante, onde ele registra suas reflexões acerca de sua realidade. Trata-se, portanto, de uma sistematização das principais questões discutidas a partir do Plano de Estudos (PE). Nele estão registrados a síntese individual, síntese geral, uma ilustração sobre o PE e a folha de observação. O Caderno da Realidade possibilita ao estudante um olhar em retrocesso de sua caminhada no processo formativo pela via da Pedagogia da Alternância. O estudante em Educação do Campo tem nele uma fonte de pesquisa, uma possibilidade de retomar à sua produção de anos anteriores e propor novas possibilidades e ampliações.

O Caderno da Realidade acompanha o estudante durante todo o período da sua formação acadêmica, possibilitando a ele sistematizar sua história de vida, retomar questões discutidas em outros momentos e produzir novos saberes a partir de sua trajetória pelo exercício da pesquisa, da reflexão e de suas memórias.

Viagem e Visita de Estudo - A viagem e a visita de estudo têm como principal objetivo proporcionar ao estudante um aprofundamento real sobre o tema investigado durante o semestre letivo. É um momento de conhecer, perceber contradições, confirmar hipóteses, estabelecer intercâmbios, superar dúvidas. As visitas e viagens de estudo emergem da necessidade observada no Plano de Estudos e se configuram como propostas vivenciais de formação.

Não obstante, os Tempos educativos, o jeito como a Educação do Campo, por meio da Alternância, propõe e organiza seus tempos e espaços revela sua preocupação com as diferentes esferas da formação humana, proporcionando aos sujeitos envolvidos articular os diferentes saberes adquiridos dentro ou fora da Universidade. Essa organização se produz também por meio da auto-organização dos estudantes, de modo que esses assumam em seu processo formativo o protagonismo nos processos gestionários. Outrossim, a auto-organização é uma forma de organização estudantil que constitui um método de trabalho educativo e formativo. É também uma forma definida de uma determinada vida social dos estudantes e, por isso, é pensada para além do curso. É o espaço em que os estudantes

expressam seus sentimentos e buscam, coletivamente, sugestões e soluções de novas formas de conviver, focado no bem comum. É uma forma de manter o fluxo comunicacional permanente entre os estudantes e as práticas formativas do curso. É um mecanismo de autogestão, de auto- organização e de auto acompanhamento dos estudantes.

O registro histórico, o ambiente educativo construído com objetos, cartazes, poemas, figuras que simbolizam e registram a memória da comunidade, possibilita o resgate da história de luta dos trabalhadores, bem como incentiva o sujeito em formação a cultivar sua raiz e lutar por seus direitos.

Organização Coletiva do Trabalho Pedagógico (OCTP): Momento coletivo docente de planejamento pedagógico do curso.

Por fim, registramos ainda a Mística como animadora e impulsionadora das problematizações cotidianas enfrentadas pelos sujeitos campesinos. A mística é um elemento fundamental que resgata a história e que traz para a "roda" do dia a memória, a luta e os desassossegos dos povos campesinos, esses presentes no currículo da formação acadêmica da Educação do Campo.

Desse modo, as ações formativas desenvolvidas pelos estudantes nos espaços e tempos da Universidade e da Comunidade são mediados por elementos que contribuem na materialidade da alternância para além da física e temporal. E ainda, possibilita a compreensão de formas de agir em diferentes espaços, tempos e situações. Cabe, portanto, a esta licenciatura, desenvolver posturas docentes que permitam a necessária dialética entre educação e experiência, entre rigor científico e a valorização dos conhecimentos produzidos pelos estudantes em suas vivências socioculturais (MOLINA E SÁ, 2012).

Portanto, a alternância é uma metodologia que garante ao futuro docente o domínio das bases das ciências a que correspondem às disciplinas que compõem cada habilitação, mas compreende- se também que os fenômenos da realidade precisam ser estudados em toda a sua complexidade O curso possui uma carga horária total de 3.500 horas, alternados em 50% destinados às aulas das disciplinas no Tempo-Universidade (TU) e 50% destinados à realização de atividades de aprofundamento teórico e de práticas educativas e comunitárias, durante o Tempo- Comunidade (TC). Os estudantes realizam o Tempo Universidade (TU) mensalmente durante 03 dias e o Tempo Comunidade (TC) se dá nos demais dias. Durante os meses de janeiro e julho, amplia-se o Tempo Universidade e os estudantes permanecem em TU durante 15 dias, com um intensivo de aulas que permitirá a realização do TU e TC com carga horária menor nos demais meses do ano.

Os docentes organizam seu Plano de Formação com atividades destinadas ao Tempo Universidade e ao Tempo Comunidade, destinando as esses espaços e tempos uma carga horária paritária, ou seja, 50% para o TU e 50% para o TC. Para além, os professores do curso de Licenciatura em Educação do Campo realizam o Tempo Comunidade junto aos estudantes, com visitas de estudos in locus. Os estudantes são agrupados por regiões e recebem mensalmente a visita do professor responsável que acompanha as atividades do tempo comunidade, conhece e discute com o grupo as questões da comunidade, acompanha os grupos de estágio supervisionado, entre outros.

Nessa perspectiva, com base na matriz curricular do curso, estruturamos as ações do Tempo-Comunidade a serem desenvolvidas durante o curso que foi previsto para quatro anos de duração. Como exposto, o tempo comunidade ocorrerá em períodos semestrais, intercalados com o Tempo-Universidade.

Conforme explicitado, o Tempo Comunidade constitui espaço formativo que promove diálogo permanente com o Tempo Universidade por meio dos dados da realidade dos estudantes, levando-se em conta as suas necessidades educativas. Esses dados se traduzem em temáticas em torno das quais se desenvolve o diálogo com os conteúdos das disciplinas.

Para promover essa articulação, como já registrado, os professores realizam acompanhamento dos Planos de Estudos desenvolvidos pelos alunos em suas comunidades. Além disso, durante

o Tempo Universidade, há dois momentos coletivos de socialização, envolvendo professores e alunos, denominados Colocação em Comum (CC) e Seminários Integradores (SI). Nesses espaços, os alunos se reúnem com os seus para socializarem as questões do Plano de Estudos e suas visões de mundo.

O orientador, juntamente com os alunos, realiza uma síntese dessas visões e ações que são levadas para outro espaço pedagógico denominado Organização Coletiva do Trabalho Pedagógico (OCTP). Neste espaço, os professores socializam as sínteses que se transformam em elementos de diálogo com os conteúdos do próximo TU. Além desses dois espaços, há os espaços coletivos de debates e reflexão sobre o processo de organização política dos estudantes no curso, denominado Auto-Organização dos estudantes.

Desse modo, apesar de os dois tempos formativos (TU e TC) correrem em espaços/tempos alternados, ambos são considerados letivos, conforme Parecer 01 de 2006 do Conselho Nacional de Educação e do Edital SESU/SETEC/SECADI nº 2/2012 Procampo, porque cumprem a função educativa formativa, com realização de estudos e atividades que envolvem o acompanhamento permanente dos alunos pelos professores do curso. Fazem parte deste acompanhamento sistemático as visitas in loco nas comunidades, as tecnologias da informação e comunicação (TIC's) e os elementos mediadores tais como o cumprimento do cronograma do Plano de Estudo (PE), o Caderno da Realidade (CR), Visitas de Estudos (VE) e os momentos coletivos de socialização denominados Colocação em Comum (CC) e Seminários Integradores (SI).

Os Seminários Integradores constituem-se como espaços específicos em que as vivências desenvolvidas nos Tempos Comunidade e Universidade são expostas no coletivo do grupo de alunos e professores de modo a articular os estudos, planejamentos, contextos pedagógicos de execução e reflexões sobre as práticas desenvolvidas, tomando a pesquisa e a extensão como eixos articuladores da formação. Nesse sentido, os seminários viabilizam estudos e reflexões múltiplas sobre as possibilidades do pensar teoria e prática nos tempos comunidade e universidade.

A articulação intrínseca entre os TU e TC tem por objetivo o desenvolvimento de práticas educativas a partir das práticas sociais dos sujeitos do campo, por meio de temas da realidade atual, construindo uma pedagogia própria e fundamentada na cultura do campo.

Desse modo, as ações primam pela interação do saber produzido na universidade (em termos da ciência, de criticidade e de acesso ao conhecimento já sistematizado e em construção) com os saberes e vivências elaborados pelo homem e mulher do campo.

A perspectiva de formação desses sujeitos se desenvolverá pautada por um olhar focado no agroecossistema das comunidades do campo, buscando desenvolver a capacidade de reflexão dos sujeitos envolvidos de modo que eles possam ver a sua localidade, estabelecendo relações entre o local e o global e ao mesmo tempo propondo ações práticas de intervenção de forma a melhorar as condições de vida de suas realidades.

Os projetos a serem desenvolvidos no Tempo-Comunidade preveem grandes metas, a saber: a construção de Planos de Trabalho a serem desenvolvidos pelos discentes do curso em suas comunidades de origem; a pesquisa para produção de TCCs (Trabalhos de Conclusão de Cursos) que possibilitem produção de conhecimentos sobre a temática Educação do Campo de acordo com os interesses e especificidades do programa; o acompanhamento das atividades realizadas para aprofundamentos teóricos das disciplinas; a integração entre a Universidade Federal do Espírito Santo e escolas públicas (Estaduais e Municipais) de Educação Básica, para o desenvolvimento de Estágios Supervisionados, favorecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão nas atividades desenvolvidas, tendo em vista o contexto sócio-cultural e educacional do campo; a participação efetiva dos estudantes em eventos acadêmicos, Movimentos Sociais e estudantis, em pesquisas científicas e em atividades curriculares extra-curso.

Em conformidade com o Regimento Geral da Ufes, é obrigatória a frequência a 75% da carga horária nas aulas e atividades presenciais e a avaliação da aprendizagem será feita por

disciplinas, sendo exigido um mínimo de 2 trabalhos escolares por período letivo em cada disciplina.

Perfil do Egresso

O Curso se desenvolve de modo a profissionalizar os egressos da Licenciatura em Educação do Campo para atuação:

- Na docência e extensão em uma das sub-áreas de conhecimento propostas pelo curso: Linguagens (Língua Portuguesa, Literatura, Educação Física e Artes), promovendo o conhecimento de forma interdisciplinar;
- Na gestão ética de processos educativos escolares, promovendo o pleno desenvolvimento dos estudantes das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica;
- Na construção do projeto político-pedagógico e organização do trabalho nas escolas do campo, com ênfases na Educação Fundamental/ Anos Finais, na Educação Básica de Nível Médio, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e em convergência com as Diretrizes Curriculares Nacionais, Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e legislação educacional vigente;
- No acompanhamento e avaliação das políticas, projetos e programas educacionais;
- No domínio das tecnologias de Informação e Comunicação como recursos didático-pedagógicos que contribuem na promoção das aprendizagens dos estudantes;

- Na gestão de processos educativos nas comunidades: preparação específica para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e/ou grupos sociais de origem dos estudantes, para liderança de equipes e para a implementação de iniciativas e/ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável que incluam a participação da escola;

- Na realização de pesquisas que possam subsidiar o aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem e as práticas pedagógicas empreendidas nas escolas do campo;

- Na atuação profissional docente que articula conhecimentos da área de formação às discussões sociais, ambientais e culturais da realidade brasileira e do contexto escolar.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Concepção da Organização Curricular

A Licenciatura em Educação do Campo, campus Goiabeiras, adota uma matriz curricular organizado por componentes curriculares por área de conhecimento, a saber, Licenciatura em Educação do Campo - Linguagens (Artes, Educação Física, Língua Portuguesa e Literatura) e toma como ponto de partida as orientações da Resolução CNE/CP nº 02 de julho de 2015 assegurando os seguintes princípios: a formação humana e a formação profissional como elementos indissociáveis; interdisciplinaridade; contextualização; democratização; pertinência e relevância social; ética e sensibilidade afetiva e estética.

Considera que o currículo é uma construção cultural e, por isso, diferentes sentidos vão sendo criados para a constituição do campo, em determinados momentos histórico e social, em um processo constituído de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes concepções sociais. E, é nesse espaço de conflitos e lutas que a construção deste documento normativo se faz, atravessado e marcado pela diferença de ideias, concepções, discursos, nesse sentido extrapola a educação escolar, centra-se na habilitação dos docentes, por área de conhecimento desencadeando mudanças na lógica de apropriação e produção de conhecimento, a fim de provocar uma ruptura com as visões fragmentadas do conhecimento e com a disciplinarização.

Trata-se de uma organização de novos espaços curriculares, por meio de uma compreensão ampliada de conhecimentos disciplinares que dialogam entre si a partir de temas da realidade atual das comunidades de origem dos estudantes.

No intuito de realizar a formação de professores para desempenhar a função básica da docência nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, como também a formação de um profissional que exerça funções ou desenvolva atividades próprias de coordenação, gestão e planejamento de ações, projetos ou atividades pedagógicas, a matriz curricular está organizada em três núcleos que deverão proporcionar aos estudantes, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação onde as práticas docentes deverão ocorrer ao longo do curso, desde seu início.

Os núcleos estão assim organizados:
1) Núcleo de estudos de formação geral e áreas específicas/interdisciplinares, o qual envolve conhecimentos, saberes e experiências sobre o campo educacional, seus fundamentos e metodologias, bem como sobre as diversas realidades educacionais;
2) núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional que, atendendo às demandas educacionais do contexto social e histórico onde o curso se insere, oportuniza conhecimentos, saberes e experiências acerca de: a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional; b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo. d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;
3) núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, que proporcionam enriquecimento curricular e compreendem a participação do licenciando em: a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e

diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

A articulação entre os núcleos deverá ocorrer ao longo do curso. Os conhecimentos, saberes e experiências que compõem os diferentes Núcleos de Estudos estão organizados em disciplinas, prática como componente curricular, estágios curriculares supervisionados, elaboração e trabalho de conclusão de curso, além de um conjunto de atividades de enriquecimento curricular, de livre escolha dos estudantes.

Em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 2 de 1 de julho de 2015, a matriz curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo possui uma carga horária de 3500 horas, sendo que o tempo mínimo de integralização do curso é de 8 semestres (4 anos) e o tempo máximo é de doze semestres (6 anos).

A matriz curricular está organizada da seguinte forma:

1) NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL e ÁREAS ESPECÍFICAS/INTERDISCIPLINARES -compreende as disciplinas obrigatórias que envolvem conhecimentos, saberes e experiências sobre o campo educacional, seus fundamentos e metodologias, bem como sobre as diversas realidades educacionais, e as disciplinas de TCC I, TCC II e Seminário Integrador, com Carga Horária de 1260 horas. Nessa carga horária destacam-se as disciplinas que abrangem conteúdos de: fundamentos da educação; níveis de ensino e modalidades de educação; áreas específicas que serão objeto da docência nos anos finais do ensino fundamental, Ensino Médio e EJA além daqueles conteúdos implicados na elaboração do trabalho de conclusão de curso. A implementação dessa carga horária ocorre por meio de atividades no tempo universidade (TU) em sala de aula, , com o uso de recursos didáticos diversificados, tecnologias da informação e da comunicação, aulas de campo, produção de trabalhos (individualmente ou em grupo) sistematizados por meio de diferentes linguagens e em atividades do Tempo Comunidade.

O Trabalho de Conclusão de Curso se constitui em um momento privilegiado de sistematização de conhecimentos por meio da iniciação à pesquisa. Permite a articulação entre conhecimentos apropriados pelos alunos no transcorrer do curso – e o desenvolvimento de outros – de maneira a atingir uma compreensão mais ampla da realidade educacional em que está inserido, nos diversos contextos educativos em que se apresenta e a partir de múltiplas perspectivas, bem como, em alguns casos, de esboçar possibilidades de intervenção pedagógica. Dessa forma, cria condições para que os graduandos desenvolvam uma postura de constante indagação e olhar crítico sobre a educação, utilizando-se, para isso de instrumentos e procedimentos de pesquisa, que lhe permitam problematizar aspectos da realidade educacional e definir elementos de um arcabouço teórico e metodológico, bem como conhecer, interpretar e adquirir um certo nível de compreensão dessa realidade. Ao mesmo tempo, nesse percurso, os graduandos se apropriam de recursos de linguagem próprios que contribuem para “interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social”, conforme ressalta o art. 12 da Resolução CNE/CP nº 2 de 2015.

Destacamos a baixo as disciplinas de Caráter Pedagógico, que contemplam 1260 horas no currículo, sendo no total 21 disciplinas de 60 horas cada uma. São elas:

- Introdução à Antropologia
- Leitura e Produção de Textos
- Introdução à Filosofia
- Introdução à Psicologia da Educação
- Metodologia da Pesquisa Científica
- Política e Organização da Educação Básica
- Teoria Pedagógica
- Educação, trabalho e territorialização da agricultura camponesa
- Educação Popular e Educação do campo
- Educação do Campo e Diversidade

- Educação e Inclusão
- Sociologia da Questão Agrária
- Sociologia da Educação
- Gestão Educacional
- Movimentos Sociais e EJA
- Métodos de Organização e Educação Comunitária
- Educação e Inclusão
- Agroecologia
- Economia Política
- Currículo, saberes e fazeres da agricultura agroecológica
- Fundamentos da Língua Bras. de Sinais (LIBRAS)
- Educação para as relações Étnico Raciais

2) NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL – proporcionam enriquecimento curricular, totalizando 900h.

3) NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES PARA ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - distribuídas entre as disciplinas integradoras, Estágios : Estágio Supervisionado em Gestão, ; Estágio Supervisionado dos Anos Finais do Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado em Ensino Médio, Estágio Supervisionado em EJA e atividades extras – complementares, visando o enriquecimento do processo formativo do futuro professor como um todo, Resolução CNE/CP nº 2 de 2015 destaca, ainda, a necessidade de organização de um conjunto de atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, realizadas em espaços educacionais diversificados e envolvendo diferentes atores. Entre as atividades de enriquecimento curricular aponta: participação em eventos científicos; visitas, monitorias, projetos de ensino, elaboração de pesquisas, tutorias, atividades de extensão. A pertinência e relevância dessas atividades são reafirmadas pelo PDI-UFES, que ressalta que “As Atividades Complementares estimulam a prática de estudos independentes, transversais e opcionais, permitindo a permanente contextualização profissional específica”. (UFES, 2015, p. 38)
Este núcleo de estudos totaliza 605 horas.

Diante das considerações feitas, a matriz curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo está organizada da seguinte forma: 37 disciplinas obrigatórias, 1 disciplina optativa, 7 disciplinas integradoras e 4 disciplina de estágio.

Quadro Resumo da Organização Curricular

Descrição	Previsto no PPC
Carga Horária Total	3500 horas
Carga Horária Obrigatória	2220 horas
Carga Horária Optativa	60 horas
Carga Horária de Disciplinas de Caráter Pedagógico	1260 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	195 horas
Atividades Complementares	200 horas
Estagio Supervisionado	405 horas
Turno de Oferta	Integral
Tempo Mínimo de Integralização	4.0 anos
Tempo Máximo de Integralização	6.0 anos
Carga Horária Mínima de Matrícula Semestral	60 horas
Carga Horária Máxima de Matrícula Semestral	570 horas
Número de Novos Ingressantes no 1º Semestre	40 alunos
Número de Novos Ingressantes no 2º Semestre	0 alunos
Número de Vagas de Ingressantes por Ano	40 alunos
Prática como Componente Curricular	420 horas

Disciplinas do Currículo

Observações:
T - Carga Horária Teórica Semestral
E - Carga Horária de Exercícios Semestral
L - Carga Horária de Laboratório Semestral
OB - Disciplina Obrigatória OP - Disciplina Optativa EC - Estágio Curricular EL - Disciplina Eletiva

Disciplinas obrigatórias				**Carga Horária Exigida: 2220**		**Crédito Exigido:**		
Período	**Departamento**	**Código**	**Nome da Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Distribuição T.E.L**	**Pré-Requisitos**	**Tipo**
1º	Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP-PROP-00109	INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	3	60	30-0-30		OB
1º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00072	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	3	60	30-0-30		OB
1º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00064	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	3	60	30-0-30		OB
1º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00084	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	3	60	30-0-30		OB
1º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00081	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	3	60	30-0-30		OB
1º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00098	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3	60	30-0-30		OB
2º	Departamento de Linguagens,	LCE-PROP-00066	TEORIA PEDAGÓGICA	3	60	30-0-30		OB

	Cultura e Educação - CE							
2º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00091	EDUCAÇÃO, TRABALHO E TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA	3	60	30-0-30		OB
2º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00101	EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO	3	60	30-0-30		OB
2º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00079	EDUCAÇÃO, CORPO E SOCIEDADE	3	60	30-0-30		OB
2º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00083	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DAS ARTES	3	60	30-0-30		OB
3º	Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP12271	EDUCAÇÃO E INCLUSÃO	3	60	30-0-30		OB
3º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00075	SOCIOLOGIA DA QUESTÃO AGRÁRIA	3	60	30-0-30		OB
3º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00069	DIDÁTICA	3	60	30-0-30		OB
3º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00071	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS	3	60	30-0-30		OB
3º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00102	EDUCAÇÃO DO CAMPO E DIVERSIDADE	3	60	30-0-30		OB
4º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00076	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	3	60	30-0-30		OB
4º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00097	GESTÃO EDUCACIONAL	3	60	30-0-30		OB
4º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00100	MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3	60	30-0-30		OB
4º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00072	LINGUÍSTICA TEXTUAL	3	60	30-0-30		OB
4º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00084	TÓPICOS EM ARTES	3	60	30-0-30		OB
5º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00074	AGROECOLOGIA	3	60	30-0-30		OB
5º	Departamento de Linguagens, Cultura e	LCE-PROP-00075	ESTUDOS LITERÁRIOS I	3	60	30-0-30		OB

	Educação - CE							
5º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00080	CONHECIMENTOS ANATÔMICOS, FISIOLÓGICOS E NUTRICIONAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA	3	60	30-0-30		OB
5º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00103	MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO E EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA	3	60	30-0-30		OB
5º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00054	ARTES E CULTURAS	3	60	30-0-30		OB
6º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00069	ECONOMIA POLÍTICA	3	60	30-0-30		OB
6º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00076	ESTUDOS LITERÁRIOS II	3	60	30-0-30		OB
6º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00081	ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA	3	60	30-0-30		OB
7º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00092	CURRÍCULO, SABERES E FAZERES DA AGRICULTURA AGROECOLÓGICA	3	60	30-0-30		OB
7º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00074	ANÁLISE DE DISCURSO	3	60	30-0-30		OB
7º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00077	LITERATURA BRASILEIRA	3	60	30-0-30		OB
7º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00082	PRÁTICAS CORPORAIS, ESPORTES E EDUCAÇÃO FÍSICA	3	60	30-0-30		OB
8º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00070	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	3	60	30-0-30		OB
8º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00078	ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	3	60	30-0-30		OB
8º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00086	ENSINO DAS ARTES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	3	60	30-0-30		OB
8º	Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP13085	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	3	60	30-0-30		OB

Disciplinas optativas						**Carga Horária Exigida: 60**	**Crédito Exigido:**	
Período	**Departamento**	**Código**	**Nome da Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Distribuição T.E.L**	**Pré-Requisitos**	**Tipo**

-	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00104	HISTÓRIA AGRÁRIA DO BRASIL	3	60	30-0-30		OP
-	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00105	PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE NA SALA DE AULA	3	60	30-0-30		OP
-	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00094	EDUCAÇÃO DO CAMPO E JUVENTUDE	3	60	30-0-30		OP
-	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00095	PROFISSÃO DOCENTE NO CAMPO	3	60	30-0-30		OP

Estágio Supervisionado						**Carga Horária Exigida: 405**	**Crédito Exigido:**	
Período	**Departamento**	**Código**	**Nome da Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Distribuição T.E.L**	**Pré-Requisitos**	**Tipo**
5º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00096	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - GESTÃO ESCOLAR	5	105	45-0-60		OB
6º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00067	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - ENSINO FUNDAMENTAL	5	105	45-0-60		OB
7º	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - CE	LCE-PROP-00068	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - ENSINO MÉDIO	5	105	45-0-60		OB
8º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00093	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - EJA	4	90	30-0-60		OB

Prática como componente curricular						**Carga Horária Exigida: 420**	**Crédito Exigido:**	
Período	**Departamento**	**Código**	**Nome da Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Distribuição T.E.L**	**Pré-Requisitos**	**Tipo**
2º	Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP-PROP-00092	PESQUISA, EXTENSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO I	5	105	45-0-60		OB
3º	Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais-CE	TEP-PROP-00093	PESQUISA, EXTENSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO II	5	105	45-0-60		OB
4º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00082	PESQUISA, EXTENSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO III	5	105	45-0-60		OB
6º	Departamento de Educação, Política e Sociedade - CE	OEV-PROP-00083	PESQUISA, EXTENSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO IV	5	105	45-0-60		OB

TCC						Carga Horária Exigida: 195	Crédito Exigido:	
Período	**Departamento**	**Código**	**Nome da Disciplina**	**Cr**	**C.H.S**	**Distribuição T.E.L**	**Pré-Requisitos**	**Tipo**
6º	Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - CE	126-PROP-00001	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	2	60	15-0-45		OB
7º	Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - CE	126-PROP-00002	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	3	75	15-0-60		OB
8º	Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - CE	126-PROP-00003	SEMINÁRIO INTEGRADOR	2	60	15-0-45		OB

Atividades Complementares

	Atividade	CH Máxima	Tipo
1	ATV02157 Participação em eventos da área da educação, como congresso, seminário, simpósio, encontro, conferência, jornada, oficina etc.		Participação em eventos
2	ATV02158 Participação como membro de organização de eventos como congresso, seminário, simpósio, encontro, conferência, jornada, oficina etc.		Participação em eventos
3	ATV02169 Participação em eventos científicos, culturais e/ou artísticos.		Participação em eventos
4	ATV02151 Participação em Projeto ou Programa de Extensão Universitária, vinculados à UFES, como bolsista remunerado ou voluntário.	80	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
5	ATV02152 Participação em curso de extensão realizado na UFES.	180	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
6	ATV02161 Estágio não obrigatório, de acordo com normas vigentes.		Estágios extracurriculares
7	ATV02150 Participação em Projeto de Iniciação Científica orientado por professor do curso, como bolsista remunerado ou voluntário.	80	De iniciação científica e de pesquisa
8	ATV02154 Atividades de Monitoria em disciplinas da UFES.	60	Monitoria
9	ATV02156 Participação em Projeto de Iniciação à Docência orientado por professor do curso, como bolsista remunerado ou voluntário.	80	Outras atividades
10	ATV02162 Experiência profissional na área educacional.		Outras atividades

	Atividade	CH Máxima	Tipo
11	ATV02164 Disciplinas optativas, oferecidas pelo curso de Educação do Campo, quando excedentes ao número de créditos exigidos.		Outras atividades
12	ATV02166 Disciplinas, vinculadas à área, cursadas em outras IES, não incluídas no histórico escolar da UFES.		Outras atividades
13	ATV02167 Curso de língua estrangeira realizado em instituição credenciada.		Outras atividades
14	ATV02168 Participação regular em grupos de estudos coordenados por professores da UFES.		Outras atividades
15	ATV02170 "Serões" organizados pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo.	80	Outras atividades
16	ATV02171 Seminário Integrador das atividades desenvolvidas no Tempo-Comunidade.	60	Outras atividades
17	ATV02172 Outras atividades analisadas e autorizadas pelo Colegiado.		Outras atividades
18	ATV02160 Publicação de livro, capítulo, artigo, resenha ou resumo em anais, na área da educação.		Publicação de Trabalhos - Integra
19	ATV02165 Disciplinas eletivas oferecidas pela UFES.		Disciplinas Eletivas
20	ATV02159 Apresentação de trabalho científico em evento da área de educação.		Apresentação de Trabalhos - Congressos e Eventos
21	ATV02163 Atividade de representação estudantil e em movimentos sociais do campo em mandatos específicos.		Organização estudantil
22	ATV02153 Participação em Cursos da Área de Educação.	180	Cursos extracurriculares
23	ATV02155 Atividades desenvolvidas com bolsa PET (Prog. Especial de Treinamento) no âmbito da UFES.	80	Atividades desenvolvidas com bolsa PET

Equivalências

Disciplina do Currículo			Disciplina Equivalente	
Período	Disciplina	Correlação	Disciplina	Curso (versão)
1	OEV-PROP-00072 Introdução à Antropologia	⇒	EPS11940 Introdução à Antropologia	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
1	OEV-PROP-00072 Introdução à Antropologia	⇒	EPS12383 Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
1	OEV-PROP-00084 Introdução à Filosofia	⇒	EPS11572 Introdução à Filosofia	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
1	LCE-PROP-00064 Leitura e Produção de Textos	⇒	LCE12384 Leitura e Produção de Textos	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
1	OEV-PROP-00081 Metodologia da Pesquisa Científica	⇒	TEP11577 Metodologia do Trabalho Científico	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
1	OEV-PROP-00081 Metodologia da Pesquisa Científica	⇒	EPS11943 Introdução à Pesquisa Educacional	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
1	OEV-PROP-00098 Política e Organização da Educação Básica	⇒	EPS11575 Política e Organização da Educação Básica	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
2	OEV-PROP-00101 Educação Popular e Educação do Campo	⇒	EPS12269 Educação popular e educação do campo	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
2	LCE-PROP-00079 Educação, corpo e sociedade	⇒	LCE11946 Corpo e Movimento	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
2	OEV-PROP-00091 Educação, trabalho e territorialização da agricultura camponesa	⇒	EPS11942 Trabalho e Educação	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
2	LCE-PROP-00083 Introdução aos estudos das artes	⇒	LCE11576 Educação e Linguagens	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
2	TEP-PROP-00092 Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica na Educação do Campo I	⇒	EPS11944 Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica I	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
2	LCE-PROP-00066 Teoria Pedagógica	⇒	EPS11573 Teoria Pedagógica	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
3	LCE-PROP-00069 Didática	⇒	LCE12832 Didática	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
3	OEV-PROP-00102 Educação do Campo e Diversidade	⇒	EPS12386 Educação do Campo e Diversidade	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
3	LCE-PROP-00071 Introdução aos Estudos Linguísticos	⇒	LCE12389 Introdução aos Estudos da Linguagem	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
3	LCE-PROP-00071 Introdução aos Estudos Linguísticos	⇒	LCE12575 Fundamentos de Linguística	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
3	TEP-PROP-00093 Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica na Educação do Campo II	⇒	EPS12273 Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica II	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
3	OEV-PROP-00075 Sociologia da questão agrária	⇒	EPS11941 Filosofia I	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)

Período	Disciplina	Correlação	Disciplina	Curso (versão)
4	OEV-PROP-00097 Gestão Educacional	⇒	EPS12390 Gestão Educacional	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
4	LCE-PROP-00072 Linguística Textual	⇒	LCE12579 Linguística Textual	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
4	OEV-PROP-00100 Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos	⇒	EPS12272 Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
4	OEV-PROP-00082 Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica na Educação do Campo III	⇒	EPS12385 Pesquisa, Extensão e Prática Pedag. III	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
4	OEV-PROP-00076 Sociologia da Educação	⇒	EPS12268 Sociologia da Educação	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
4	LCE-PROP-00084 Tópicos em Artes	⇒	LCE12716 Artes Visuais na Educação do Campo	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
5	OEV-PROP-00096 Estágio Supervisionado I - Gestão Escolar	⇒	EPS12574 Estágio Supervisionado I - Comunidade	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
5	LCE-PROP-00075 Estudos Literários I	⇒	LCE12576 Estudos Literários I	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
5	OEV-PROP-00103 Métodos de Organização e Educação Comunitária	⇒	EPS12830 Métodos de org. e educação comunitária	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
6	OEV-PROP-00069 Economia Política	⇒	EPS12270 Economia Política	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
6	LCE-PROP-00067 Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	⇒	TEP12862 Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
6	LCE-PROP-00076 Estudos Literários II	⇒	LCE12829 Estudos Literários II	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
6	OEV-PROP-00083 Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica na Educação do Campo IV	⇒	EPS12573 Pesquisa, Extensão e Prát. Pedag. IV	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
6	126-PROP-00001 Trabalho de Conclusão de Curso I	⇒	COL12834 Trabalho de Conclusão de Curso I	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
7	LCE-PROP-00074 Análise de Discurso	⇒	LCE12861 Análise do Discurso	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
7	OEV-PROP-00092 Currículo, saberes e fazeres da agricultura agroecológica	⇒	LCE12864 Língua Materna na educação do campo	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
7	LCE-PROP-00068 Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	⇒	TEP12865 Estágio Supervisionado III - Ensino Médio	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
7	LCE-PROP-00077 Literatura Brasileira	⇒	LCE12831 Literatura Brasileira I	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
7	LCE-PROP-00082 Práticas corporais, esportes e educação física	⇒	LCE12715 Práticas Corporais, Esportes e Educação Física	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
7	126-PROP-00002 Trabalho de Conclusão de Curso II	⇒	COL12863 Trabalho de Conclusão de Curso II	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)

Período	Disciplina	Correlação	Disciplina	Curso (versão)
8	LCE-PROP-00086 Ensino das artes na Educação do Campo	⇒	LCE12577 Arte e educação na educação do campo	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
8	LCE-PROP-00078 Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	⇒	LCE12860 Literatura Brasileira II	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
8	OEV-PROP-00093 Estágio Supervisionado IV - EJA	⇒	EPS12833 Estágio Supervisionado IV - EJA	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
8	LCE-PROP-00070 Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	⇒	LCE12916 Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)
8	126-PROP-00003 Seminário Integrador	⇒	COL12866 Seminário Integrador	7102 - Lic. Educação do Campo - Linguagens - CE (2014)

Currículo do Curso

Disciplina: TEP-PROP-00109 - INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa
A emergência histórica da psicologia. As diversas abordagens no campo da psicologia. O normal e o patológico como construção do social. As interfaces psicologia e educação. Conhecimento muldimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo o conhecimento de processos de desenvolvimento de jovens, adolescentes e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, artística, ética e biopsicossocial.

Objetivos
- Reconhecer a Psicologia em seus aspectos científicos e a pluralidade teórica em Psicologia;
- Identificar conceitos básicos das principais abordagens no campo da Psicologia da Educação;
- Avaliar criticamente as relações entre produção de conhecimento psicológico, sua suficiência e qualidade e suas contribuições para a
educação;
- Propiciar ao aluno o acesso e a construção de conhecimentos que permitam refletir acerca da problemática da criança e do adolescente
brasileiro;
- Oportunizar ao aluno análises e reflexões acerca da construção histórico-social das noções de criança, famíliae escola;
- Analisar a produção do fracasso escolarno cotidiano das escolas públicasbrasileiras;
- Empreender análisesa respeito das concepções de aprendizagem presentes no contexto escolar;
- Possibilitar análisesacerca dos processos de medicalização da educação.

Bibliografia Básica
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. de L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

MACHADO, A. M. Avaliação e fracasso: a produção coletivada queixa escolar.In: AQUINO, J. G. (org.) Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

MOYSÉS, M. A. A. Dislexia existe? – Questionamentos a partir de estudos científicos. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (org). Dislexia: subsídios para políticas públicas. São Paulo: CRPSP, 2010.

Bibliografia Complementar
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar. (orgs.) Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PATTO, M. H. S. A Produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SCHULTZ, Diane P. História da Psicologia Moderna. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky, aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

WOOLFOLK, A. E. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Disciplina: OEV-PROP-00072 - INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

Ementa
O conceito de cultura numa perspectiva antropológica. O nascimento da antropologia como ciência. A questão do etnocentrismo e do colonialismo e a produção das desigualdades e da violência. A diversidade cultural e a dimensão da alteridade. Diversidade étnico-racial e diversidade religiosa. A etnografia enquanto método da antropologia. O relativismo cultural e a reflexão antropológica. A antropologia, a educação do campo e os desafios de um diálogo com e para as diferenças.

Objetivos
- Compreender a partir de uma perspectiva antropológica o homem como ser cultural constituído a partir das diferenças e da diversidade;
- Analisar historicamente o nascimento da antropologia como ciência;
- Compreender os conceitos de cultura, alteridade, etnocentrismo e relativismo cultural como fundamentais na formação humanística;
- Discutir questões ligadas à diversidade étnico-racial e sua relação com a diversidade religiosa destacando a liberdade de expressão das diferentes formas de fé e a importância destas manifestações para uma compreensão mais ampla da cultura;
- Perceber as relações que a antropologia pode estabelecer com a realidade do campo e com a formação do educador;

- Compreender o método de pesquisa da antropologia e percebê-lo como uma ferramenta para o professor-pesquisador

Bibliografia Básica
BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1989.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.

Bibliografia Complementar
BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.
MAUSS, Marcel; GURVITCH, Georges; LÉVY-BRUHL, Henri. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac &Naify, 2003.
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Sobre o pensamento antropológico. 3. ed. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. 2. ed. - Brasilia: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

RIBEIRO, René. Antropologia da religião e outros estudos. Recife: Massangana, 1982.

Disciplina: LCE-PROP-00064 - LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

Ementa
Estratégias e procedimentos de leitura. Tipos textuais e gêneros do discurso. Estratégias e procedimentos de produção de textos.

Objetivos
A) Discutir concepções de linguagem, língua e texto;
B) Compreender os conceitos de gênero e tipos textuais;
C) Identificar estratégias e procedimentos de leitura e de produção textual;
D) Ler textos lançando mão de diferentes estratégias de leitura;
E) Produzir textos lançando mão de estratégias de progressão textual;
F) Conhecer e produzir gêneros textuais do domínio acadêmico;
G) Distinguir autor de eu-lírico e narrador;
H) Analisar criticamente textos literários, canções, textos publicitários e jornalísticos.
I) Selecionar conteúdos, propor objetivos, eleger materiais e métodos e planejar situações de
leitura e produção textual oral e escrita para os anos iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
J) Analisar criticamente a relevância dos conhecimentos estudados para a abordagem da leitura
e produção textual nas Escolas do Campo.

Bibliografia Básica
BAKHTIN, Mikhail M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
_____ . Estética da criação verbal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011
GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2002.
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

Bibliografia Complementar
DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais & ensino. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 8. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.
GERALDI, João Wanderley. Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2012.
ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8. ed.Campinas, SP: Pontes, 2009.

Disciplina: OEV-PROP-00084 - INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

Ementa
O que é Filosofia. Diferenças entre filosofia e religião. A diversidade religiosa. O método filosófico. O que a Filosofia estuda. Contribuições da Filosofia para pensar o campo, seus conflitos, seus problemas e suas culturas. As filosofias que fundamentam a Educação do Campo.

Objetivos
Possibilitar aos estudantes momentos introdutórios de contato e de reflexão sobre alguns conceitos fundantes da tradição filosófica herdada pela nossa sociedade e momentos de reflexão filosófica sobre os problemas, conflitos e culturas do campo e da Educação do Campo.

Bibliografia Básica
ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofando : introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1988.
CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia .10ª ed., São Paulo: Ática, 2008.
GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia : romance da história da filosofia. Trad. João Azenha Jr., São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Bibliografia Complementar

CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é ideologia . 2. ed. -. São Paulo: Brasiliense, 1981.
HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem . 21. ed. rev. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
KONDER, Leandro. O que é dialética . 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação . São Paulo: Cortez, 1995.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista . Trad. Maria Lucia Como, 16ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Disciplina: OEV-PROP-00081 - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Ementa

Concepções de conhecimento científico. Fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa científica.Pesquisa na Pedagogia da Alternância. Planejamento e elaboração de projetos depesquisa. Tipos de pesquisa. Levantamento bibliográfico e revisão da literatura.Documentação, fontes, coleta e tratamento de dados. Comunicação dos resultados dapesquisa. Resumos, pôsteres, relatórios, monografias e seminários. Ética e pesquisa em educação. Aspectos técnicos egráficos da apresentação dos resultados, citações e referências bibliográficas.

Objetivos

- Produzir saberes e fazeres pautados no uso da pesquisa como possibilidade formativa dos sujeitos do campo.
- Conhecer-reconhecer as concepções de conhecimento científico e os fundamentos teórico e metodológicos dos processos de investigação científica;
- Identificar as diversas possibilidades da tipologia da pesquisa e seus usos na Educação.

Bibliografia Básica

FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2001.
LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

BARBIER, Rene. A pesquisa-ação. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a Pesquisa Participante (3ª. Ed.). São Paulo: Brasiliense,1987.
DEMO, Pedro. A Metodologia Científica nas Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1981.
JESUS, JaninhaGerke de. Formação dos Professores na Pedagogia da Alternância:saberes e fazeres do campo. Vitória, ES: GM, 2011.
SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

Disciplina: OEV-PROP-00098 - POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa
A configuração histórica do Estado brasileiro. A função social da educação e definição da política educacional. Estado e planejamento educacional: centralização/descentralização, público/privado e quantidade/qualidade. Organização, financiamento, gestão e avaliação da educação básica. Política Nacional de Educação do Campo e formação de professores no Brasil. Política educacional no Espírito Santo.

Objetivos
Compreender como se constitui e organiza a política educacional brasileira, a organização da educação básica e a configuração da política nacional de Educação do Campo e suas relações com a política econômica do estado neoliberal.

Bibliografia Básica
ADRIÃO, Thereza & PERONI, Vera. (Orgs) .O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade. São Paulo/SP: Xamã, 2005.
CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Galdêncio (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
SAVIANI, Dermeval. Educação Brasileira: estrutura e sistema. São Paulo/SP: Cortez, 1987.

Bibliografia Complementar
BRASIL. A Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 1988. e a Lei nº. 9394 Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 2001. Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal
Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: SECADI, 2012. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf

FERREIRA, E, B; FONSECA, M. O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais. Perspectiva, Florianópolis, v. 29, n. 1, 69-96, jan/jun. 2011.

PERONI,Vera. Política educacional e papel do estado no Brasil nos anos 1990. São Paulo/SP: Xamã, 2003.

PLANK, David N..Política educacional no Brasil: caminho para a salvação pública. Porto Alegre/RS: Artmed, 2001. HADDAD, Sérgio. In:VIANNA, Júnior. Os bancos multilaterais e as políticas educacionais no Brasil. In. A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos. Brasília/DF: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, 1998.

Disciplina: TEP-PROP-00092 - PESQUISA, EXTENSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA

Ementa
A escola seus espaços e tempos educativos. A pesquisa como princípio educativo. Metodologias de pesquisa e atividade de pesquisa e extensão com elaboração de diagnóstico relativo às condições pedagógicas, físicas, didáticas, humanas, ambientais, sociais, culturais, políticas da escola e da comunidade com ênfase nas várias etapas que caracterizam os processos de investigação científica e assumindo como referências as dimensões sócio-cultural, políticas, artísticas e ambiental da educação do campo e suas interfaces com a Pedagogia da Alternância. A organização dos espaços e tempos escolares, dos processos de gestão e formação a partir das práticas empreendidas na Pedagogia da Alternância (Fundamentos da Alternância, princípio educativo, auto-organização).

Objetivos
-Produzir saberes e práticas sobre os diferentes espaços educativos a partir da construção do diagnóstico da escola e da comunidade;
- Inserir-se como sujeito pesquisador e fazer uso dessa como princípio educativo;
- Produzir diálogos críticos acerca da realidade em interface com os pressupostos da Educação do Campo e da Pedagogia da alternância.

Bibliografia Básica
BEGNAMI, João. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. In: Formação por Alternância . v. 1, n. 2. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas, 2006.
CALDART, Roseli Salete; FREITAS, Luiz Carlos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. (Orgs.). Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
DEMO, Pedro. Pesquisa: Princípio Científico e Educativo. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia Complementar
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 38. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014.
CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. (ORGs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
FICHTNER, Bernad. Et Al. (Orgs.) Cultura, Dialética e Hegemonia : pesquisas em educação. Vitória, ES: EDUFES, 2013.
MOLINA, M.C. Educação do campo e Pesquisa II : questões para reflexão. (org).
Brasília: MDA/MEC, 2010.
GARCIA, Regina Leite (Org.). Aprendendo com os movimentos sociais. Rio de Janeiro: Sepe/DP&A, 2000.
SILVA, Adenilde Stein. Et Al (Orgs.). Educação do Campo: Saberes e Práticas. Vitória, ES: EDUFES, 2012.

Disciplina: LCE-PROP-00066 - TEORIA PEDAGÓGICA

Ementa
Concepções de educação. Matrizes pedagógicas construídas ao longo da história do pensamento educacional. Clássicos do pensamento social e pedagógico.

Objetivos
- Conhecer concepções da/ na educação escolar e na formação de professores no/do campo
- Exercitar procedimentos de pesquisa docente na Educação escolar.
- Trabalhar teorias que orientam os amplos campos de estudos em Educação.

Bibliografia Básica
CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 2a ed., Petrópolis: Vozes, 2000.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 8a. ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.

Bibliografia Complementar
ARROYO, Miguel G. Trabalho: educação e teoria pedagógica. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 138-165.
LIBÂNEO, José Carlos. A Didática e as Tendências Pedagógicas. In CONHOLATO, M. Conceição et al. (orgs).A Didática e a Escola de 1° grau. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1991.
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
MANACORDA, M. A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
NOSELLA, Paolo. O trabalho como princípio educativo em Gramsci. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
SILVA, L. H. As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias? Viçosa: UFV, 2003.
SOUZA, M. A. de. Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.
RIBEIRO, M. Movimento camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios, fins da educação. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
MARTINS, F. J. (Org). Educação do campo e formação continuada de professores. Porto Alegre: Est Edições, 2008.
THERRIEN J. (Org.). A professora rural: o saber de sua prática social na esfera da construção social da escola no campo. São Paulo: Papirus, 1993.

Disciplina: OEV-PROP-00091 - EDUCAÇÃO, TRABALHO E TERRITORIALIZAÇÃO DA

Ementa
O mundo do trabalho e a formação humana. Fundamentos da economia política. Relações entre educação, economia e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O emprego no contexto da globalização do capital. A produção social da vida humana pelo trabalho com a agricultura e as práticas educativas que ocorrem nos movimentos sociais do campo.

Objetivos
- Compreender historicamente o trabalho no mundo globalizado.
- Analisar modos de produção camponesa e os modos de produção capitalista
- Compreender a relação trabalho e educação.

Bibliografia Básica
CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Galdêncio (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
M. M. Pistrak. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo. Expressão Popular, 1981.

CALDART, R. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo In: PIRES, J.

H.; NOVAES, H. T.; MAZIN, Â.; LOPES, J. (Org.). Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia. São Paulo: Outras Expressões, 2016. v. III.

Bibliografia Complementar

CALDART, R. S. (Org.). Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
GARCIA JÚNIOR, A. O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT: CNPq, 1989.

MARTINS, J. de S. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

CALDART, R. S. O MST e a escola: concepção de educação e matriz formativa. In:
MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politécnica nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. Teoria & Educação n.3, 1991.
SILVA, Márcio Gomes. rabalho, agricultura camponesa e produção do conhecimento agroecológico. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/viewFile/45702/24708
MARX, K. e ENGELS, F. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Moraes, 1983. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/ensino.pdf.
PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Disciplina: OEV-PROP-00101 - EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ementa

As contribuições da educação popular para a educação do campo. Os princípios da educação do campo em contraposição à educação rural. Os povos do campo e suas relações com o trabalho e a produção da existência. A construção do Projeto Político e Pedagógico das instituições educativas do campo. O desafio da formação de educadores e educadoras para as escolas do campo.

Objetivos

Compreender o diálogo entre a educação popular e a educação do campo através do estudo de alguns conceitos chaves que estão presentes nas duas áreas. Entender quem são os sujeitos do campo e qual a proposta de educação do campo que foi e está sendo construída por estes sujeitos. Pensar a escola do campo e a formação dos educadores e das educadoras do campo como lócus importantes para romper com o modelo hegemônico de educação que ocorre no espaço rural. Por fim, conhecer e estudar os cursos piloto de Licenciatura em Educação do Campo e a proposta pelo ensino por área de conhecimento.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, C. R. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006.
CALDART, R.S. Pedagogia do movimento sem terra. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.221-292.
CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Galdêncio (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Bibliografia Complementar

ARROYO, M. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br
FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R.S. Conferência Nacional: Por uma educação básica do campo. Brasília, 1998.
JESUS, S. M. A; MOLINA, M.C. Por Uma Educação do Campo. Contribuições de um projeto de educação do campo. Caderno nº5, Brasília, 2004. p. 13-49
LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez,

1999. p. 27-56 e 81-115.
MOLINA, M. SÁ, L. M. (orgs) Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências Piloto. Autêntica Editora, 2011. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5).

Disciplina: LCE-PROP-00079 - EDUCAÇÃO, CORPO E SOCIEDADE

Ementa
Introdução ao estudo das práticas corporais como construção social, histórica e diversa; Análise e discussão sobre a relação corpo-sociedade; Estudos históricos e filosóficos sobre as construções do corpo e os estereótipos corporais; O corpo problematizado a partir da lógica da escola e suas implicações na formação humana.

Objetivos
- Refletir sobre as práticas corporais como construção histórica e cultural, compreendendo o estudo dos significados dessas práticas nas diferentes formas de organização social;
- Problematizar questões sobre o corpo e o movimento humano na sociedade;
- Compreender o corpo como estrutura essencial para construção do conhecimento nas diferentes sociedades e nas comunidades campesinas;
- Analisar e discutir aspectos históricos e filosóficos sobre o corpo, sua constituição e identidade;
- Pensar o lugar do corpo e suas possibilidades na produção de uma educação que objetive a emancipação e a autonomia.

Bibliografia Básica
SILVA, A. M. Corpo, ciência e mercado: reflexões a cerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade. Campinas, SP: Autores Associados: Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
SOARES, Carmem. Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados, 2007. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). Educação do corpo na escola brasileira. Campinas: Autores Associados, 2006.

Bibliografia Complementar
ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo : Scipione, 1989.
GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S V. (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2. ed. 2005. p. 28-40.
GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir - Corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994.
JATOBÁ, V.; FRANCO, L. W. Análise reflexiva do corpo cultural. EFDeportes.com, Revista Digital, Buenos Aires, n. 109, nov. 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd109/analise-reflexiva-do-corpo-cultural.htm>.
NOBREGA, Terezinha Petrucia da. Qual o lugar do corpo na educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo. Educação & Sociedade [online]. 2005, v. 26, n. 91, p. 599-615. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a15v2691.pdf>.
SOARES, C. (Org.). Corpo e história. Campinas: Autores Associados, 2006.

Disciplina: LCE-PROP-00083 - INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DAS ARTES

Ementa
Estudo do fenômeno artístico a partir de uma perspectiva histórico-social. Áreas de criação artística: artes visuais, teatro, música e dança. Práticas e materiais bi -tridimensionais. Leitura de imagens e apreciação estética. História da arte. Arte e Cultura Popular. Principais tendências da arte na educação. A arte como desenvolvimento da criatividade, da expressão e da comunicação. Formas de ver, fruir, contextualizar e fazer arte.

Objetivos
- Oferecer subsídios teórico – metodológico sobre os conceitos de Arte como construção do sujeito.
- Conhecer as áreas de atuação das Artes e sua contextualização a partir da história da arte.
- Estimular a prática de experimentações em arte a partir da construção individual e coletiva.
- Investigar os diversos aspectos Artes como construção do sujeito;
- Dimensionar conceptual e de forma prática o campo da arte.

Bibliografia Básica
NOGUEIRA, Márcia Pompeo ; Franzoni, Tereza Mara. Arte no campo : perspectivas políticas e desafios . São Paulo Paulo: Outras expressões , 2016.
PARSONS, Michael. Compreender a Arte . Lisboa, Presença, 1992.
HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projetos de trabalho . Porto Alegre: Artes.

Bibliografia Complementar
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Orientações Curriculares Para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2017.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2017.
FUSARI, M.F.R.; FERRAZ, M. H. C. T. Metodologia do ensino da arte. São Paulo: Editora Cortez, 2. ed., 1999.
MARTINS, Miriam Celeste Ferreira Dias; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M.Terezinha Telles. Didática do Ensino de arte: A língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

REBOUÇAS, Moema Martins e DADALTO,Maria Gorete (Org.) Investigações nas práticas educativas da arte. Vitória-ES: EDUFES, 2012.

Disciplina: TEP-PROP-00093 - PESQUISA, EXTENSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA

Ementa
Produção de saberes e fazeres acerca da compreensão de quem são os sujeitos escolares da educação do campo (estudantes, docentes, profissionais da educação, comunidade, movimentos sociais), tomando como eixo condutor as práticas de pesquisa educacional, tendo em vista o desenvolvimento do protagonismo dos sujeitos em seus diferentes processos formativos. Atividade de extensão com a realização de oficina pedagógica junto aos sujeitos escolares (professores, diretor, estudantes, pais) de análise do Projeto Político Pedagógico da instituição e seus pressupostos em diálogo com os princípios da Educação do Campo e a proposta teórico-metodológica de ensino por Alternância.

Objetivos
- Conhecer-reconhecer a diversidade de sujeitos que integram a escola, seus saberes e fazeres;
- Refletir acerca do protagonismo e de sua potência nos processos formativos;
- Analisar o Projeto Político pedagógico em interface com os pressupostos da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância;
- Empreender ações que sejam pautadas pelo viés da pesquisa como princípio educativo.

Bibliografia Básica
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.); SILVA JUNIOR, Celestino Alves da et al. Metodologia da pesquisa educacional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
GERKE DE JESUS, Janinha. Formação e Profissão Docente no Campo. Curitiba: Appris, 2018.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Organizador). Escola : Espaço do projeto político pedagógico. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

Bibliografia Complementar
BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.
CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (Org.). Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores - Brasília: PRONERA : NEAD, 2006.
https://www.academia.edu/9641379/Roseli_Salete_Caldart_Conceição_Paludo_Johannes_Doll_Como_se_formam_os_sujeitos_do_campo_Como_se_formam_os_sujeitos_do_campo_Idosos_adultos_jovens_crianças_e_educadores?
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.
NOSELLA, Paolo. Origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.
LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth . Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2011.
MOLINA, M.C. Educação do campo e Pesquisa II : questões para reflexão. (org). Brasília: MDA/MEC, 2010.

Disciplina: TEP12271 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Ementa
Diferentes abordagens sobre Educação e diversidade. Perspectivas histórico-culturais e psicossociais. Legislação e políticas públicas em educação especial no Brasil e no Espírito Santo; os sujeitos da educação. O cotidiano educacional, o contexto escolar, a diversidade e a escola inclusiva.

Objetivos
· Analisar a construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas;
· Discutir os processos de exclusão e inclusão na educação em suas múltiplas perspectivas;
· Promover a reflexão histórico-conceitual-filosófica referente à educação de alunos com necessidades educacionais especiais; · Conhecer a legislação vigente referente à inclusão educacional;
Refletir sobre a diversidade humana na escola regular, a partir da formação do professor e de propostas teórico/práticas inclusivas.

Bibliografia Básica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO & GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR (Orgs.). Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância no Brasil. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 163-185.
MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

Bibliografia Complementar
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf .
CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. História da educação especial: em busca de um espaço

na história da educação brasileira. In: NASCIMENTO, M. I. M.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). Anais do VII Seminário Nacional do HISTEDBR, realizado de 10 a 13 de julho de 2006. Campinas-SP:Graf. FE, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/ acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20cap ellini.pdf.
GARCIA, R. M. C. Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação. v. 18, n. 52, jan.-mar.2013.p.101-120.Disponível em: http://www.scielo.br/ scielo.php? script=sci_ arttext&pid=S141324782013000100007&lng=pt&nrm=isso RODRIGUEZ, E.R.Disbicicléticos. Disponível em: http://api.ning.com/files /U0AVt6ivGm7P2eymEA331 lUug8y1RcRzmxxM271C1aHpH jwh1xA5zpxcr1OcasaC0havy2 KP40fg57i vbxI85V JvAoN5VHeM/Disbicicltico s.pdf.
UNESCO. Declaração de Salamanca. Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial. Espanha, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ seesp/ arquivos/ pdf/salamanca. pdf.
UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos. Conferência Mundial de Educação para Todos. Jomtien, Tailândia: março de 1990. Disponível em: http://www.Dominiopublico.gov.br /download/texto/ue000108.pdf.

Disciplina: OEV-PROP-00075 - SOCIOLOGIA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Ementa
A dicotomia campo x cidade. O mundo rural e a industrialização capitalista. A América Latina no contexto das lutas campesinas. A formação do campesinato no Brasil. Movimentos Sociais do Campo e Reforma Agrária. Os sujeitos do campo: culturas e identidades.

Objetivos
- Compreender as dinâmicas histórico-sociais do surgimento da dicotomia rural x urbano: do feudalismo à industrialização;
- Entender o processo de proletarização do trabalhador a partir da dinâmica do esvaziamento do espaço agrário;
- Relacionar a industrialização urbana às novas demandas de trabalho a partir da exclusão do agricultor;
- Perceber como a América Latina reproduziu o modelo europeu de desenvolvimento, entendendo as dinâmicas próprias do continente;
- Abordar sobre a compreensão dos Movimentos Sociais do Campo no Brasil;

Compreender como se construiu culturalmente e identitariamente o campesinato no Brasil.

Bibliografia Básica
IANNI, Octavio. Origens agrárias do estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.
MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a politica no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo politico. Petropolis: Vozes, 1981.
SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. 10. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

Bibliografia Complementar
GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 6. ed. -. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, c1986.
SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola,1993.
SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agraria, fronteira agricola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
STÉDILE, João Pedro (Org.). A Questão agrária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Disciplina: LCE-PROP-00069 - DIDÁTICA

Ementa
Educação: concepções atuais. Componentes do processo de ensino e de aprendizagem: planejamento, objetivos, conteúdos, metodologias, recursos e avaliação. Complexos de estudo na Educação do campo. Relação professor-aluno.

Objetivos
- Refletir e analisar a atuação do professor e da escola no contexto da realidade brasileira atual;
- Adquirir fundamentação teórica sobre o processo ensino-aprendizagem.
- Desenvolver habilidades técnicas de ensino com vistas à melhoria do desempenho docente.
- Compreender a organização do trabalho pedagógico por meio de complexos de estudo.

Bibliografia Básica
FARIAS, Isabel S. et ali (org.) Didática e docência: aprendendo a profissão. Brasília: Liber livros, 2009.
HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral São Paulo: Ática, 1994.
LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia Complementar
BORDENAVE, Juan Diaz e PEREIRA, Adair. Estratégias de ensino-aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1991.
CALDART, Roseli Salete e et all. Caminhos para a transformação da escola: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão popular.2015.
ESTEVE, José. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António. Profissão professor. Porto: Editora Porto, 1995.
LIBANEO, José Carlos e ALVES, Nilda. Temas de pedagogia. São Paulo: Saraiva, 2012.
LIBANEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1999.
MASETTO, Marcos. Didática: o aula como centro. São Paulo: FFD, 1997.
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disciplina: LCE-PROP-00071 - INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Ementa
Concepções de língua e linguagem e discurso. Características da linguagem humana. A língua(gem) como objeto de estudo. História das ideias linguísticas. A linguística como ciência. Língua e sociedade: variedade linguística. Concepções de gramática .

Objetivos
A) Discutir concepções de língua, linguagem, texto, discurso.
B) Conhecer a história dos estudos da linguagem
C) Propiciar, sob o escopo da linguística, elementos para compreender os fenômenos da linguagem e suas implicações socioculturais, tendo em vista o entendimento da língua portuguesa em sua constituição e funcionamento, como condição indispensável para as ações do professor que atua com o ensino de língua materna.
D) Compreender a linguística em sua base conceitual (a linguística como ciência).
E) Conhecer e compreender a história das principais ideias linguísticas e as diferenças conceituais entre elas, tendo propiciando uma visão geral da história da Linguística.
F) Compreender as concepções saussureana, bem como a ideia de signo.
G) Compreender concepções de linguagem que sucederam pensamento saussureano.
H) Identificar os principais ramos da Linguística.
I) Contrapor formalismo e funcionalismo.
J) Compreender as mudanças linguísticas, bem como suas características.
K) Reconhecer as especificidades das dimensões escrita, oral e gestual da linguagem.
L) Analisar as relações entre as modalidades oral e escrita da língua.
M) Compreender as noções de normatização, variedade e diversidade linguística.

N) Problematizar o que se entende por preconceito linguístico e seus desdobramentos.
O) Entender o sentido de gramática e suas diferentes abordagens/concepções.
P) Discutir sobre o ensino e aprendizado da gramática na Educação Básica.
Q) Compreender as inter-relações entre teoria e prática linguístico-pedagógica, tendo em vista os conhecimentos estudados.
R) Analisar criticamente o desenvolvimento do ensino de Língua Portuguesa, tendo em vista a
correlação e inter-relação com os conhecimentos estudados;
S) Analisar criticamente documentos oficiais e materiais didáticos relativos ao ensino de Língua Portuguesa, correlacionando-os aos conhecimentos estudados.
T) Analisar e repensar a prática educacional vigente, propondo alternativas para a superação dos limites encontrados, objetivando possibilidades de implementação de inovações didáticopedagógicas que estimulem mudanças qualitativas no que tange ao ensinoaprendizagem da Língua Portuguesa, tendo em vista as especificidades das/nas escolas

Bibliografia Básica

BAKHTIN, Mikhail M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 51. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à linguística. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Bibliografia Complementar

BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral I. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
FÁVERO, Leonor Lopes; AQUINO, Zilda G. O.; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). Manual de linguística. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. (9 exemplares).
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 9. ed. rev. São Paulo, SP: Cortez, 2012.
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1o. e 2o. graus. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 1997.

Disciplina: OEV-PROP-00102 - EDUCAÇÃO DO CAMPO E DIVERSIDADE

Ementa

Os sujeitos do campo e suas especificidades de formação. Escolarização e experiências de fomento à educação do campo na perspectiva da diversidade, explorando currículos e metodologias produzidas nas práticas pedagógicas das escolas do campo. Os povos do campo e suas relações com o trabalho e a produção da existência. O desafio da formação de sujeitos educadores (as) para as escolas do campo.

Objetivos

• Conhecer o conteúdo programático da disciplina através dos materiais bibliográficos, de depoimento de especialistas, militantes, de trabalho de campo, de exposições e de objetos e outros elementos representativos de diferentes culturas;
• Formular um discurso da educação do campo e a diversidade considerando os conceitos estudados e construídos no desenvolver da disciplina.
• Adquirir conhecimentos que possibilitem a compreensão dos diferentes sujeitos do campo, analisar as implicações ideológicas que formam os conceitos e preconceitos e seus efeitos na aceitação e exclusão do outro;
• Compreender o conceito de diversidade, os múltiplos campos em que o mesmo se aplica, sobretudo no âmbito das relações sociais;
• Desenvolver conhecimentos sobre o campo, seu universo, seus sujeitos, suas especificidades e diferenças;
• Analisar os estudos contemporâneos que abordam o conceito de ruralidade e campesinato e educação do campo.

Bibliografia Básica

CALDART, R.S. Pedagogia do movimento sem terra. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Galdêncio (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: uma introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MUNARIM, A. (Org.). Educação do campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis, SC: Insular, 2011. 192 p. ISBN 9788574745541 (broch.).

Bibliografia Complementar

AMARAL, D. M. Mulheres da reforma agrária na educação: os significados de ser pedagoga da terra. 2014. Tese (Doutorado em Educação) Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. p. 119-128.

Bergamaschi, M. A; MEDEIROS, J. S. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. Rev. Bras. Hist., 2010, vol.30, no.60, p.55-75. ISSN 0102-0188.

CAIADO, K. R.M.; FERREIRA, S.M. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT15. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.93-104, Maio-Ago., 2011. Edição Especial.
CALDART, R. S.; PALUDO, C.; DOLL, J. (org) Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília, PRONERA: NEAD, 2006.
CAMINI, I. Escola itinerante: na fronteira de uma escola nova. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 169-264.

MARTINS, J.S. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 21-50.

MUNARIM, A; BELTRAME, S; PEIXER, Z. I. (org). Educação do campo: reflexões e perspectivas. 2.ed. Florianópolis: Insluar,. 2011. p. 145- 187.

Disciplina: OEV-PROP-00082 - PESQUISA, EXTENSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA

Ementa

Saberes e práticas do processo ensino-aprendizagem das escolas de Ensino Fundamental e Médio. Uso dos conceitos e linguagens próprios das metodologias de pesquisa, considerando as várias etapas que caracterizam o processo de investigação. Eixos temáticos: projetos de ensino em áreas específicas do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar. Análise da formação escolar e seus entrelaçamentos com o mundo do trabalho. Reflexão acerca dos espaços e tempos da formação dos sujeitos escolares em diálogo com as proposições da Alternância (tempo escola e tempo sócio-profissional), bem como suas mediações didático-pedagógicas nos processos de produção do conhecimento (Plano de estudos, caderno da realidade, projetos de pesquisa e experimentação pedagógica, visitas e viagens de estudo). Realização de atividade de extensão de socialização da produção investigativa junto aos sujeitos escolares.

Objetivos

- Produção de saberes e práticas a partir da construção do diagnóstico das questões relativas ao ensino e à aprendizagem no ensino fundamental e médio da escola de inserção;
- Fazer uso dos conceitos e linguagens próprios das metodologias investigativas;
- Produzir análises reflexivas acerca dos processos formativos dos sujeitos do campo e sua relação com o mundo do trabalho;
-Estabelecer diálogos reflexivos dos espaços e tempos da formação dos sujeitos campesinos

com a Pedagogia da Alternância e sua potência no processo de aprendizagem.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
NOSELLA, Paolo. Origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.
PISTRAK, Moisey M. Fundamentos da escola do Trabalho . São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Bibliografia Complementar

CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. (ORGs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
GHEDIN, Evandro. Educação do Campo - Epistemologia e Práticas. São Paulo: Cortez, 2012.
LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. A construção do saber . Manual de metodologia da pesquisa em ciências humana, Belo Horizonte: Editora UFMG/ São Paulo: Artmed, 1999.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, sujeito e história. São Paulo: Olho d'Água, 2005.
SILVA, Adenilde Stein. Et Al (Orgs.). Educação do Campo: Saberes e Práticas. Vitória, ES: EDUFES, 2012.
ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Disciplina: OEV-PROP-00076 - SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

Educação como processo de socialização. A visão de Educação na sociologia clássica (Emile Durkheim, Max Werber e Karl Marx). O pensamento social e educacional na sociedade brasileira. Aspectos políticos e sociológicos da educação do campo.

Objetivos

- Compreender a educação como um fenômeno social complexo que pode ser compreendida de várias perspectivas;
- Refletir os movimentos paradoxais da educação como espaço de reprodução e/ou emancipação social;
- Analisar a complexidade os desafios sociais colocados para os educadores na sociedade moderna e contemporanea;
- Relacionar a formação do pensamento social da modernidade à realidade brasileira;
- Entender o processo das escolas do campo nas dinâmicas da inclusão e exclusão social.

Bibliografia Básica

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade . Petrópolis: Vozes, 1993.
DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia . Petrópolis: Vozes, 2013.
RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias . Petrópolis: Vozes, 2014.
ARROYO, Miguel González; MOLINA, Mônica Castagna; CALDART, Roseli Salete (Org.). Por uma educação do campo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação . São Paulo: Brasiliense, 1986.
FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. Sociologia e Sociedade : Leituras de Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
BOURDIEU, Pierre (Org.). A miséria do mundo . Petrópolis: Vozes, 1997.

Disciplina: OEV-PROP-00097 - GESTÃO EDUCACIONAL

Ementa
Educação e gestão educacional. Sociologia da escola como organização educativa. Políticas e práticas organizacionais e administrativas. Planejamento participativo. Gerenciamento de recursos. Avaliação institucional.

Objetivos
Formar professores com conhecimentos específicos no desempenho de função de gestores da escola pública, oferecendo elementos teórico-práticos para favorecer a educação escolar básica com qualidade social.

Bibliografia Básica
CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Galdêncio (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: uma introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 6. ed. Campinas: Papirus, 1995.

Bibliografia Complementar
BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 206.
BRASIL, Lei 9.394, de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Galdêncio (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
CALDART, Roseli Salete; Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico para a Educação do Campo. In: MOLINA, Monica Castgna; JESUS, Sonia M. S. Azevedo de (orgs). Coleção Por Uma Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Volume 5. Brasília, DF: 2004
PIRES, Angela Monteiro. Educação do campo como direito humano. São Paulo: Cortez, 2012.
VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica: política e gestão da escola. Brasília, DF: Liber Livro, 20019.
VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 6. ed. Campinas: Papirus, 1995.

Disciplina: OEV-PROP-00100 - MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E

Ementa
O papel dos movimentos sociais na configuração do campo da EJA: trajetória e memória.Tensões e desafios na formulação, implementação e consolidação das políticas de EJA nos planos, global e local. A educação como direito humano universal, direitos humanos e movimentos sociais no Brasil. Os sentidos da EJA como direito e como educação ao longo da vida: aspectos legais e dilemas.

Objetivos
Traçar um diagnóstico da situação educativa da população jovem e adulta, percorrendo a história e as principais correntes de pensamento relacionadas a esse campo educativo, estudando as políticas públicas recentes. Compreender e conhecer como se dá a participação/ relação com os movimentos sociais no contexto na EJA. Verificar o contexto da formação de educadores (as) de EJA no contexto da educação do campo.

Bibliografia Básica
FÁVERO, O; FREITAS, M. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. Inter-Ação, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 365-392, jul./dez. 2011.

FREIRE, P. Alfabetização: leitura da palavra leitura de mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 1-43 / 89-138.
GONH, M.G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educaçãov. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980. p. 25-56.
OLIVEIRA, E.C; FILHO, C. J. B. Educação de Jovens e adultos e Educação do Campo: políticas públicas e os sentidos do direito à Educação. Inter-Ação, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 413-431, jul./dez. 2011.
PIERRO, M.C. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafio e perspectivas. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.
RIBEIRO, M. Formação de educadores de jovens e adultos do campo: quase tudo por fazer. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 31, n. 2, 479-504, maio/ago. 2013. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br
SILVA, L.H; COSTA, V.A.; ROSA, W.M. A educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária: desafios da formação de educadores do campo. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 jan.|abr. 2011.

Disciplina: LCE-PROP-00072 - LINGUÍSTICA TEXTUAL

Ementa

Fundamentos da linguística textual. Concepções de texto e fatores de textualidade. Coesão textual. Coerência textual.

Objetivos

A) Compreender as contribuições da Linguística Textual para processo de ensinoaprendizagem da compreensão e da produção textual.
B) Considerar o alcance da Linguística de texto e suas contribuições para o trabalho com o texto em aulas de Língua Portuguesa.
C) Problematizar acerca das concepções de linguagem, texto e sentido na Linguística Textual.
D) Compreender as noções de textualidade: critérios linguísticos, pragmáticos e interacionais.
E) Compreender os mecanismos de coesão textual.
F) Analisar a coesão e a coerência em textos diversos.
G) Problematizar as implicações da Linguística Textual para o ensino da língua materna, tendo em vista a análise de documentos oficiais e materiais didáticos.
H) Compreender as relações entre oralidade e escrita, possibilitando uma visão não dicotômica relativa a essas duas modalidades, tendo em vista seus contextos de produção.
I) Refletir e problematizar acerca de fatores linguísticos e enunciativos utilizados na produção de textos argumentativos.
J) Analisar a prática educacional vigente, propondo alternativas para a superação dos limites encontrados, objetivando possibilidades de implementação de inovações didáticopedagógicas que estimulem mudanças qualitativas no que tange ao ensinoaprendizagem da Língua Portuguesa, tendo em vista as especificidades das/nas escolas do campo, mediante as possíveis contribuições da Linguística Textual.

Bibliografia Básica

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Linguística textual: introdução. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 3. ed. - Sao Paulo: Contexto, 1991.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A Coesão textual. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 1997.
VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo, SP: Parábola, 2003.
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2003.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 9. ed. rev. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

Disciplina: LCE-PROP-00084 - TÓPICOS EM ARTES

Ementa
Legislação do ensino da Arte no Brasil. Arte no Campo. Contextualização das áreas de abrangência das Artes: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Espaços de formação em Artes. Arte e Cultura.

Objetivos
- Apresentar a legislação brasileira sobre ao ensino da arte.
- Conhecer as áreas de atuação das Artes em suas áreas de abrangência
- Compreender os diferentes espaços de formação em artes.
- Dimensionar o conceito cultura e arte.

Bibliografia Básica
NOGUEIRA, Márcia Pompeo ; Franzoni, Tereza Mara. Arte no campo: perspectivas políticas e desafios . São Paulo Paulo: Outras expressões , 2016.
MARTINS, Mirian Celeste e PICOSQUE, Gisa, GUERRA , Maria Teresa. Mediação cultural para professores andarilhos na cultura. Rio de Janeiro: Instituto Sangari, 2008.
FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo e FUSARI, Maria Felismina de Rezende. Arte na Educação Escolar. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar
MARTINS, Miriam Celeste Ferreira Dias; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M.Terezinha Telles. Didática do Ensino de arte: A língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.
IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2008
FUSARI, M.F.R.; FERRAZ, M. H. C. T. Metodologia do ensino da arte. São Paulo: Editora Cortez, 2. ed., 1999
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2017.
_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998.

Disciplina: OEV-PROP-00096 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - GESTÃO ESCOLAR

Ementa
Estrutura organizacional da escola do campo. Legislação sobre organização escolar. Projeto político-pedagógico e educação do campo. Mecanismos de ação democrática da escola. Articulação escola-comunidade.

Objetivos
- Compreender a estrutura organizacional da escola pública e a estrutura de uma escola pública do campo;
- Analisar a legislação educacional e identificar a sua relação com a organização da escola de educação básica;
- Compreender o processo de elaboração do projeto Político Pedagógico e os limites e possibilidades de sua articulação no âmbito da gestão escolar;
- Conhecer os mecanismos da gestão democrática e estabelecer a diferença da gestão democrática preconizada na política educacional e a base da gestão democrática da escola do campo;
- Identificar as formas como a escola se articula com a comunidade de seu entorno.

Bibliografia Básica
CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Galdêncio (Org). Dicionário da Educação do Campo . Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
PISTRAK, M.M. Fundamentos da Escola do Trabalho . São Paulo, Expressão Popular, 3 ed,2011.

PISTRAK, M.M. A Escola-Comuna . São Paulo, Expressão Popular, 2009.

Bibliografia Complementar
CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra : escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
CALDART, Roseli Salete; FREITAS Luiz Carlos de; Sapelli, Marlene Lucia Siebert Caminhos para a transformação da escola – Vol. 3: Expressão Popular, 2015.
CARVALHO, NatályaDayrell de. A proposta de educação e a pedagogia do MST . Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/cursos/geografia/CDROM_IXSG/Anais%20-%20PDF/Natalya%20Dayrell.pdf.

DALMAGRO, Sandra . Os complexos de estudo da pedagogia socialista russa nas escolas do MST . Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_SANDRA-LUCIANA-DALMAGRO.pdf .
PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008

Disciplina: OEV-PROP-00074 - AGROECOLOGIA

Ementa
Questões histórico-filosóficas sobre o meio ambiente. A questão ambiental como conflito de interesses socioeconômicos. A agroecologia como saber técnico e prático da sustentabilidade. Os saberes tradicionais. Os sistemas agroecológicos, a agrobiodiversidade e os processos culturais e coletivos que compõem suas ações. Os desdobramentos políticos, sociais e culturais da agroecologia. A agroecologia e as escolas do campo.

Objetivos
- Compreender o desenvolvimento social, político e cultural que envolvem os aspectos socioambientais e as suas consequências.
- Conhecer a gênese histórica dos aspectos socioambientais na modernidade e os conceitos básicos sobre a questão ambiental em relação à agroecologia;
- Analisar as demandas culturais, políticas e econômicas que criaram o desenvolvimento sustentável dentro das demandas do sujeitos do campo;
- Entender os dilemas que envolvem a relação cultura-natureza dentro dos aspectos da

produção do conhecimento científico e dos saberes tradicionais no que tange a agroecologia;
- Relacionar o problema socioambiental às perspectivas da agroecologia a partir das escolas do campo.

Bibliografia Básica
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.
_____. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar
CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdêncio. (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
FOLADORI, Guilhermo. Tradução: Marise Manoel. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2001.
LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre,, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.
MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2007.
ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2012.

Disciplina: LCE-PROP-00075 - ESTUDOS LITERÁRIOS I

Ementa
Conceito de literatura. Cânone e paraliteratura. Conceito de ficção. A questão dos gêneros. Polifonia e dialogismos. Teorias da narrativa. Elementos da narrativa.

Objetivos
- Compreender os conceitos de literatura e de literariedade;
- Discutir os aspectos literários, discursivos e ideológicos presentes no estabelecimento dos cânones, bem como a relação entre literatura e paraliteratura;
- Conceituar ficção em suas relações com a literatura;
- Distinguir os gêneros literários lírico, narrativo e dramático e detectar suas interrelações;
- Estabelecer relações entre os conceitos de polifonia, dialogismo, eu-lírico, narrador, intertextualidade e intergenericidade;
- Conhecer teorias da narrativa e identificar elementos da narrativa.

Bibliografia Básica
GOTLIB, Nadia Battella. Teoria do conto. 8. ed. - São Paulo: Atica, 1998.
LEITE, Lígia Chiappini Moraes. O foco narrativo (ou a polêmica em torno da ilusão). 10. ed. - São Paulo: Ática, 2002.
SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. Teoria da literatura. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1991.

Bibliografia Complementar
BOSI, Alfredo. O conto brasileiro contemporâneo. 9. Ed. São Paulo: Cultrix, 1992.
CÂNDIDO, Antônio. Na sala de aula: caderno de análise literária. 8. ed. São Paulo: Ática, 2009.
GANCHO, Cândida Vilares. Como analisar narrativas. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006.
WALTY, Ivete Lara Camargos. O que e ficção?. São Paulo: Brasiliense, 1985.
SOARES, Angelica. Gêneros literários. São Paulo: Ática, 1989.

Disciplina: LCE-PROP-00080 - CONHECIMENTOS ANATÔMICOS, FISIOLÓGICOS E

Ementa
Análise e discussão sobre a dimensão biológica do corpo humano; Estudo sobre o corpo com base nos conhecimentos de múltiplas ciências: biológicos; anatômicos; morfológicos; fisiológicos; nutricionais.

Objetivos
- Analisar o corpo humano em sua dimensão biológica com base nos conhecimentos anatômicos, fisiológicos, morfológicos e nutricionais, com vistas a pensar a promoção de saúde, lazer e qualidade de vida de povos do/no campo; Conhecer o funcionamento dos sistemas orgânicos com ênfase no sistema locomotor e nervoso, bem como nos sistemas cardiorrespiratório e muscular durante o esforço físico; Introduzir o estudo da nutrição.

Bibliografia Básica
MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2003.
W, Kahle; H, Leonhardt; W. Platzer. Atlas de Anatomia Humana. São Paulo: Editora Atheneu., 2000.
WOLINSKY, Ira; HICKSON, James F. (Ed.). Nutrição no exercício e no esporte. 2. ed. atual. São Paulo, SP: Roca, 2002.

Bibliografia Complementar
CLARK, Nancy. Guia de nutrição desportiva: alimentação para uma vida ativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, c2003
KAMEL, Dilson; KAMEL, José Guilherme Nogueira. Nutrição e atividade física. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.
MIRANDA, Edalton. Bases de Anatomia e Cinesiologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2008.
POWERS, Scott K.; HOWLEY, Edward T. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo, SP: Manole, 2009.
WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L.; KENNEY, W. Larry. Fisiologia do esporte e do exercício. São Paulo, SP: Manole, 2010.

Disciplina: OEV-PROP-00103 - MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Ementa
Métodos de organização de base e educação comunitária. Métodos e fundamentos para o trabalho de organização e educação comunitária. Projeto educativo de intervenção na realidade do campo.

Objetivos
Formar os (as) futuros (as) educadores (as) para o trabalho com as comunidades rurais; Possibilitar que os (as) futuros (as) educadores (as) aprendam a construir com a comunidade projetos de intervenção na realidade do campo; Desenvolver a capacidade de articulação e diálogo entre escola do campo e a comunidade local.

Bibliografia Básica
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
GADOTTI & GUTIÉRREZ (Orgs.). Educação comunitária e educação popular. 2ª ed. São Paulo: Cortez, Questões de nossa época, 1999.
MST, Setor de Formação. Método de trabalho e organização popular. São Paulo: MST, 2005.

Bibliografia Complementar
FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 9 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 11 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
FREIRE, Paulo & Nogueira, Adriano. Teoria e prática em educação popular. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
PALUDO, Conceição. Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo

democrático e popular. POA: Tomo Editorial & CAMP, 2001.
SAMPAIO, Plínio Arruda. Construindo o poder popular: as seis condições de vitória das reivindicações populares. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2004.
SILVA, Ranulfo Peloso da. Trabalho de base. Texto de apoio 20. São Paulo: CEPIS, 1991.

Disciplina: LCE-PROP-00054 - ARTES E CULTURAS

Ementa
Arte e cultura popular. Discussão sobre diferentes manifestações do conceito de popular, explorando a ideia de tradição, memória, patrimônio, invenção e apropriação na produção artística do povo brasileiro. O conceito de cultura; cultura erudita, cultura popular e cultura de massa: confronto de definições; a questão da identidade cultural no debate sobre a sociedade pós-moderna.

Objetivos
Discutir representações e historicidade dos conceitos de cultura, arte e educação;
Analisar a importância de tais conceitos para o arte/educador e para o pesquisador do campo da arte/educação.

Bibliografia Básica
NOGUEIRA, Márcia Pompeo; Franzoni, Teresa Mara. Arte no campo: perspectivas políticas e desafios. São Paulo: Outras expressões, 2016.
MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Teresa. Mediação cultural para professores andarilhos na cultura. Rio de Janeiro: Instituto Sangari, 2008.
HERNANDES, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Sul, 2000. Médicas.

Bibliografia Complementar
CANCLINI, Nestor Garcia. As culturas populares no capitalismo . São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
CASCUDO, Luis Câmara. Dicionário de folclore brasileiro . Ed. Tecnoprint, 1969.
IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropologico. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
LOPES, Helena. Negro: a cultura no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Unibrade, 1987.
MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

Disciplina: 126-PROP-00001 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Ementa
Fundamentos epistemológicos da pesquisa educacional. Epistemologia da práxis. Principais teóricos do conhecimento científico. Projeto de pesquisa em educação. Pesquisa em educação e divulgação do conhecimento produzido. A pesquisa educacional na iniciação científica.

Objetivos
-Conhecer-reconhecer os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa e seu uso nos processos formativos da Educação do campo;
- Produzir diagnóstico acerca das situações problemas a se constituírem como possibilidades investigativas.

Bibliografia Básica
SEVERINO, Antônio. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
FREITAS, Luis Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)
VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Bibliografia Complementar

SEVERINO, Antônio. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, set./dez. 2006.

SAVIANI, Dermeval. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa. Publicação continuada de la Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa – ReLePe, v. 2, p. 1-5, 2017.
FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M. (Org.). Teoria e educação no labirinto do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
PAQUAY, L. Formando Professores Profissionais: quais estratégias? Quais competências. Porto Alegre: Artmed, 2001.
PESSIS-PASTERNAK, G. A Ciência: Deus ou diabo? São Paulo: EdUnesp, 2001.

Disciplina: OEV-PROP-00083 - PESQUISA, EXTENSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA

Ementa
Ações de intervenção pedagógica na escola e/ou comunidade, como práticas de extensão, com base na produção do conhecimento processual e cumulativo da investigação realizada na pesquisa, extensão e prática pedagógica I, II e III. Uso de conceitos e linguagens próprios das metodologias e pesquisas com ênfase nas várias etapas que caracterizam os processos de investigações, em diálogo com os pressupostos da Educação do Campo e a Formação por Alternância. Produção do relatório final de pesquisa e/ou artigo científico dentro das normas estabelecidas, consolidadas e/ou alternativas como processo formativo do professor do campo. As atividades serão realizadas através de visitas, ou de intervenção em instituições públicas (União, estados e municípios), como parte integrante de projetos de extensão.

Objetivos
- Produzir saberes/práticas como ação de intervenção colaborativa a ser realizada na escola ou na comunidade de inserção;
- Produzir ações ao encontro das proposições da Educação do Campo em diálogo com a Alternância;
- Fazer uso de conceitos e linguagens próprios das metodologias de pesquisa.

Bibliografia Básica
ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. MARTINS, Maria de Fátima Almeida. MARTINS, Aracy Alves. (Orgs.). Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2012. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

Bibliografia Complementar
BUENO, Marília da Costa Mello; SANTOS, Ramofly Bicalho dos. Educação do campo, pedagogia da alternância e formação do educador . Educação & Linguagem. v. 19, n. 1, p. 189-204, jan.-jun. 2016.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança : um reencontro com a pedagogia do oprimido. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
FOERSTE, Erineu. Et Al (Orgs.). Cartas de Professores do Campo. Vitória,ES: EDUFES, 2012.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007 .
MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda; BARRETO, Raquel Goulart (Org.). Pesquisa em educação: métodos, temas e linguagens. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Disciplina: LCE-PROP-00067 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - ENSINO

Ementa
Problematização, investigação e reflexão sobre a docência e práticas escolares no Ensino Fundamental voltado para estudantes do Campo. O planejamento, a observação e a prática pedagógica do professor das áreas de Ciências Humanas e Sociais e de Linguagens no Ensino Fundamental do Campo.

Objetivos
Vivenciar a docência no Ensino Fundamental considerando a inter-relação entre os processos de problematização da realidade educacional, de intervenção pedagógica e de pesquisa e produção de conhecimento sobre o ensino. Problematizar os processos educativos em geral e didático-pedagógicos que ocorrem no cotidiano escolar de escolas do Campo. Compreender o processo de construção da identidade e dos saberes docentes e suas implicações para o compromisso social da docência. Desenvolver a relação entre o ensino, a pesquisa e a prática pedagógica, buscando colaborar com a solução de problemas significativos do cotidiano escolar de escolas do Campo. Desenvolver uma constante atitude de reflexão e busca de soluções para o enfrentamento dos desafios da formação e da atuação docente em escolas do Campo.

Bibliografia Básica
BARRETO, Elba S. de Sá. (Org.). Os currículos no ensino fundamental para as escolas brasileiras . 1. ed.São Paulo: Autores Associados, Fundação Carlos Chagas, 1998, v. 1.

BRASIL (MEC). Parâmetros curriculares nacionais : Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. Estágio e Docência . São Paulo. Cortez Editora. 2004.

Bibliografia Complementar
ALMEIDA, M. I. de; PIMENTA, S. G. Estágios Supervisionados na Formação Docente . São Paulo: Cortez, 2014.

CALDART, Roseli S. (Org.). Caminhos para a transformação da escola : reflexões desde as práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

QUEIROZ,João Batista Pereira de. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. In: Revista Nera , Presidente Prudente, ano 14, n. 18, jan/jun. 2011. Disponível em: /www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1347-3845-1-PB.pdf>. Acesso em 06. Fev. 2017.

TRARBACH, M. A.; NICKEL, M.; HEHR, R. G. O professor como Intelectual: um estudo em Educação do Campo. In: SILVA, A. S. et al. (Org.) Educação do Campo : saberes e práticas. Vitória/ES: Edufes, 2012. p. 38-58.

Disciplina: OEV-PROP-00069 - ECONOMIA POLÍTICA

Ementa
Concepção de Política, Sociedade Civil e Estado. O capitalismo como modelo social e econômico. O socialismo real. Os limites do capitalismo e a possibilidade de uma sociedade pós-capitalista. Economia camponesa, agroecologia e suas formas de organização.

Objetivos
- Proporcionar uma reflexão sobre a teoria e a prática da propriedade, através do entendimento de suas premissas e do acompanhamento dos fatos econômicos de nossa história e da atualidade, compreendendo conceitos de economia política, buscando entender como o sistema político interfere na agricultura familiar e camponesa e na batalha dos dois modelos econômicos: agronegócio e agroecologia.
- Compreender os conceitos de propriedade.
- Analisar a estrutura histórica e sociológica da formação do Estado Moderno.
- Contrapor Liberalismo x Socialismo.
- Compreender a atuação dos movimentos sociais nas políticas econômicas dos movimentos de tensão da atualidade, resistindo ao fluxo capitalista.
- Entender criticamente a dinâmica entre agronegócio e agroecologia.
- Compreender Agricultura Familiar e Agricultura Camponesa.

Bibliografia Básica
MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
WEFFORT, Francisco C. (Org.). Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federeralista. São Paulo: Ática, 2005.

Bibliografia Complementar
MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.
NETTO, José Paulo.(Org). ENGELS: Política. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: 1981.
PRADO, Caio Jr. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
SILVA, José Graziano da.O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1980.
SMITH, Adam. A riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Disciplina: LCE-PROP-00076 - ESTUDOS LITERÁRIOS II

Ementa
Gênero lírico. Conceitos de poesia. Elementos de poética. Intertextualidade e metalinguagem. Gênero dramático. Teorias da dramaturgia. Elementos da dramaturgia.

Objetivos
- Discutir conceitos de poesia;
- Identificar gênero lírico e distinguir seus principais elementos formais;
- Estabelecer relações entre os conceitos de polifonia, dialogismo, eu-lírico, metalinguagem, intertextualidade e intergenericidade;
- Conceituar gênero dramático a partir de teorias da dramaturgia;
- Conhecer os elementos da dramaturgia.

Bibliografia Básica
CAMPOS, Haroldo de. Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária. 4. ed. Ver. E ampl. São Paulo: Perspectiva, 1992.
GOLDSTEIN, Norma Seltzer. Versos, sons, ritmos. 14. ed. Ver e atual. São Paulo: Ática, 2008.
ROUBINE, Jean-Jacques. Introdução às grandes teorias do teatro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

Bibliografia Complementar

BOSI, Alfredo. Leitura de poesia. São Paulo: Ática. 1996.
BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. 8. ed. Ver. Ampl. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.
CARA, Salete de Almeida. A poesia lírica. 3. ed. Sâo Paulo: Ática, 1989.
PEACOCK, Ronald. Formas de literatura dramática. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
SOARES, Angelica. Generos literários. São Paulo: Ática, 1989.

Disciplina: LCE-PROP-00081 - ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa
Prática docente, estudo e construção de orientações planejadas à intervenção pedagógica e à produção de conhecimento da Educação Física nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em escolas do campo.

Objetivos
- Debater Pesquisa e Docência em Educação Física nas escolas do campo;
- Analisar as políticas públicas em Educação Física, Esporte e Lazer e suas implicações na sociedade contemporânea;
- Analisar a aplicação de diferentes propostas pedagógicas para a Educação Física escolar em escolas do campo;
- Compreender os limites e possibilidades de aplicação dos temas transversais nas aulas de Educação Física;
- Desenvolver a competência para analisar, planejar e ministrar aulas de EF para alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, considerando as especificidades desses sujeitos;

Bibliografia Básica
ALVES, Nilda (Org.). Formação de professores: pensar e fazer. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
ELENOR, Kunz. Transformação didático-pedagógica do esporte. 6. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ,. 2004.
OLIVEIRA, Edna Castro de; BARBOSA FILHO, Custodio Jovêncio. Educação de jovens adultos e educação do campo: políticas públicas e os sentidos do direito à educação. Inter-Ação, Revista da Faculdade de Educação, UFG, v. 36, n. 2, jul./dez, 2011.

Bibliografia Complementar
CAPARRÓZ, Francisco Eduardo; ANDRADE FILHO, Nelson Figueiredo de. Educação física escolar: política investigação e intervenção. v. 2. Vitória: LESEF/UFES: Uberlândia: NEPECC/UFU. 2004, p. 13-33.
DARIDO, Suraya Cristina. Os conteúdos da educação física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. Perspectivas em Educação Física Escolar, Niterói, v. 2, n.1 (suplemento), 2001.
GRUNENNVALDT, José Tarcísio; SCHNEIDER, Omar; KHUN, Roselaine; RIBEIRO, Sérgio Dorensk Dantas. Educação Física, Esporte e Sociedade: temas emergentes. Coleção Educação Física, Esporte e Sociedade: temas emergentes, v. 2. São Cristovão: Editora da UFS, Depto. de Educação Física, 2008.
HILDEBRANDT, R.; LAGING, R. Concepções abertas no ensino da educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo Cultura e Sociedade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
NOBREGA, Terezinha Petrucia da. Qual o lugar do corpo na educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo. Educação & Sociedade [online]. 2005, v. 26, n. 91, p. 599-615. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a15v2691.pdf>.
RIBEIRO, Gabriela Machado; MARIN, Elizara Carolina. Educação Física escolar: a ação pedagógica e sua legitimação enquanto prática social na Escola Itinerante do MST. Movimento, Porto, Alegre, v. 15, n. 4, p. 63-82, out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/6181/6939>.
SANTOS, Luiz Anselmo Menezes. A educação física como componente curricular: o que deve ser ensinado? O que deve ser aprendido? Aracajú: UFS, 2008, p. 73-86.
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
SOUSA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro. A Educação Física e as diretrizes

curriculares nacionais para o ensino fundamental. Presença Pedagógica, Belo Horizonte-MG, p. 47-55, v. 5, n. 26, mar./abr. 1999.
VAGO, Tarcísio Mauro. A educação física na cultura escolar: discutindo caminhos para a intervenção e a pesquisa. Rio de Janeiro: Autores Associados. 2003, p. 197-221.

Disciplina: 126-PROP-00002 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Ementa
Projeto de pesquisa em educação. Levantamento de dados da realidade do campo. Pesquisa empírica em educação.

Objetivos
- Fazer uso dos conceitos e linguagens próprios das metodologias de pesquisa;
-Elaborar projeto de pesquisa com base nas etapas investigativas.

Bibliografia Básica
SEVERINO, Antônio. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
FREITAS, Luis Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)
VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Bibliografia Complementar
SEVERINO, Antônio. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, set./dez. 2006.

SAVIANI, Dermeval. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa. Publicação continuada de la Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa – ReLePe, v. 2, p. 1-5, 2017.
FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M. (Org.). Teoria e educação no labirinto do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
PAQUAY, L. Formando Professores Profissionais: quais estratégias? Quais competências. Porto Alegre: Artmed, 2001.
PESSIS-PASTERNAK, G. A Ciência: Deus ou diabo? São Paulo: EdUnesp, 2001.

Disciplina: LCE-PROP-00068 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - ENSINO MÉDIO

Ementa
Problematização, investigação e reflexão sobre a docência e práticas escolares no Ensino Médio voltado para estudantes do Campo. O planejamento, a observação e a prática pedagógica do professor das áreas de Ciências Humanas e Sociais e de Linguagens no Ensino Médio do Campo.

Objetivos
Vivenciar a docência no Ensino Médio considerando a inter-relação entre os processos de problematização da realidade educacional, de intervenção pedagógica e de pesquisa e produção de conhecimento sobre o ensino. Possibilitar aos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo o contato com o ambiente profissional no qual poderão atuar como docentes (escola no ou do campo que atende o Ensino Médio). Favorecer a reflexão sobre a prática, a elaboração de estratégias de ação pedagógica e o exercício da prática profissional no contexto das escolas do Campo de Ensino Médio.

Bibliografia Básica
BRASIL (MEC). Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. Estágio e Docência. São Paulo. Cortez Editora. 2004.

PIRES, Angela Monteiro. Educação do campo como direito humano. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

AUED, Bernardete W; VENDRAMINI, Célia R. (orgs.). Temas e problemas no ensino em escolas do campo. São Paulo: Outras expressões, 2012.
CALDART, Roseli S. (org.). Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde as práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
GHEDIN, Evandro (org.). Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (orgs.). Juventudes do Campo. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberespedagógicos e atividade docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
SILVA, Lourdes Helena da.As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?. Curitiba, PR: CRV, 2012.

Disciplina: OEV-PROP-00092 - CURRÍCULO, SABERES E FAZERES DA AGRICULTURA

Ementa

Análise do agroecossistema. Diferenças entre os alimentos convencionais, hidropônicos, orgânicos e agroecológicos. Agricultura familiar camponesa e segurança alimentar. Alternativas para agricultura familiar e espaços de aprendizagem.Plantas medicinais.

Objetivos

- Analisar a realidade do campo, tendo o agroecossistema como categoria de análise.
- Reconhecer as diferenças entre alimentos convencionais, hidropônicos, orgânicos e agroecológicos.
- Compreender os processos da agricultura familiar e sua relação com a segurança alimentar.
- Identificar formas alternativas de medicina popular.

Bibliografia Básica

ALTIERI, M. Agroecologia – A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável. Ed. da Universidade. UFRGS, 2004. 110 p.
PRIMAVESI, A. Manejo Ecológico do Solo. Ed. Nobel, 549p, 2002.
ZAMBERLAM, J. P. FRONCHETI, A. Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar

STRIGHETA, P. C. MUNIZ, J. N. Alimentos Orgânicos: Produção, tecnologia e Certificação. Viçosa: UFV, 2003.
GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000.
KIEHL, E. J. Fertilizantes Orgânicos. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1985. 352 p
LIMA, A.J.P. et al. Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: Unijuí, 1995.
PRIMAVESI, A. Agricultura sustentável. São Paulo: Nobel. 1992.
DI STASI, L. C. (org.) Plantas medicinais: arte e ciência. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. 230 p.

Disciplina: LCE-PROP-00074 - ANÁLISE DE DISCURSO

Ementa
Texto e contexto. Condições de produção discursiva e estratégias do dizer. Discurso e ideologia. Oralidade e escrita. Fundamentos de análise do discurso.

Objetivos
A) Promover a prática de análise discursiva a partir do reconhecimento da constituição do discurso enquanto prática social. B) Refletir a noção de discurso e a constituição da análise de discurso. C) Refletir acerca da concepção de texto na análise do discurso, especificamente, na AD- Francesa.
D) Discutir os conceitos fundamentais e os elementos de discursividade.
E) Identificar vertentes de análise de discurso.
F) Instrumentalizar a prática de análise discursiva.
G) Analisar textos de materiais didáticos utilizados na educação em Língua Portuguesa (anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), tendo em vista as concepções da análise do discurso.
H) Analisar criticamente a relevância da análise do discurso para o trabalho com o texto nas Escolas do Campo.

Bibliografia Básica
FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. 3. ed. - São Paulo: Pontes, 1997.
ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
PECHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. 2. ed. - Campinas: Pontes, 1997.

Bibliografia Complementar
BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 8. ed. - Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.
DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas, SP: Pontes, 1987.
MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8. ed.Campinas, SP: Pontes, 2009.
PECHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. - Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

Disciplina: LCE-PROP-00077 - LITERATURA BRASILEIRA

Ementa
Teoria da Literatura Brasileira. História e conceitos de Literatura Brasileira. Percurso histórico da Literatura Brasileira. Obras representativas da narrativa brasileira. Obras literárias poéticas e dramatúrgicas.

Objetivos
- Compreender conceitos e aspectos concernentes à formação da Literatura Brasileira;
- Contextualizar historicamente a Literatura Brasileira;
- Conhecer obras literárias narrativas, poéticas e dramatúrgicas da Literatura Brasileira;
- Estabelecer relações entre as principais obras e as escolas literárias;
- Estabelecer relações entre obras narrativas, poéticas e dramatúrgicas da Literatura Brasileira e o Campo.

Bibliografia Básica
BOSI, Alfredo. O conto brasileiro contemporâneo. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
CÂNDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 8. ed. - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1997.
GOLDSTEIN, Norma Seltzer. Versos, sons, ritmos. 14. ed. Ver e atual. São Paulo: Ática, 2008.

Bibliografia Complementar
BOSI, Alfredo. Leitura de poesia. São Paulo: Ática. 1996.
BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
MOISÉS, Massaud. Historia da literatura brasileira. 3. ed. Sao Paulo: Cultrix, 1990.
PEACOCK, Ronald. Formas de literatura dramática. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
SOARES, Angelica. Generos literários. São Paulo: Ática, 1989.

Disciplina: LCE-PROP-00082 - PRÁTICAS CORPORAIS, ESPORTES E EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa
O movimentar-se e suas diferentes interfaces no contexto escolar e não escolar de comunidades campesinas; Abordagens metodológicas do movimentar-se na perspectiva de uma educação do/no/para o campo; O jogo como elemento pedagógico; Introdução ao estudo do Esporte; O Esporte como meio educativo.

Objetivos
- Problematizar questões sobre o corpo, o movimento humano e a prática pedagógica na escola;
- Analisar os pressupostos das diferentes abordagens do movimentar-se humano e suas implicações para a construção da prática pedagógica;
- Problematizar a Cultura Corporal de movimento na temática Jogo, submetida aos processos de escolarização;
- Realizar o estudo introdutório dos Esportes;
- Compreender as relações entre Esporte e Sociedade e suas implicações na sociedade contemporânea;
- Planejar e vivenciar atividades esportivas tendo em vista o contexto escolar e não-escolar de povos do campo.

Bibliografia Básica
KUNZ, Elenor. Educação Física, ensino e mudança. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.
MELO, Victor Andrade de Melo. História da Educação Física e do Esporte no Brasil: Panorama e Perspectivas. São Paulo: IBRASA. 1999.
GRUNENNVALDT, Grunnenvaldt; SCHNEIDER, Omar; KHUN, Roselaine; RIBEIRO, Sérgio Dorensk Dantas. Educação Física, Esporte e Sociedade: temas emergentes. Coleção Educação Física, Esporte e Sociedade: temas emergentes, v. 1. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, Depto. de Educação Física, 2007.

Bibliografia Complementar
CHICON, José Francisco. Jogo, mediação pedagógica e inclusão: a práxis pedagógica. Vitória: EDUFES, 2004.
COLETIVO DE AUTORES, Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
FEIJÓ, Olavo G. Corpo e movimento: uma psicologia para o esporte. Rio de Janeiro: Shape Ed. e Promoções, 1992. p. 07-78.
KUNZ, Elenor. (Org.). Didática da educação física 1. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.
KUNZ, Elenor. (Org.). Didática da educação física 2. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.
MARCELINO, Nelson Carvalho. Lazer e Humanização. Campinas: Papirus, 1983.
RAPPAPORT, Clara Regina. Modelo Piagetiano. In: TAILLE, Yves de La; Oliveira, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa (Org.). Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial. p. 35-44.
RIBEIRO, Gabriela Machado; MARIN, Elizara Carolina. Educação Física escolar: a ação pedagógica e sua legitimação enquanto prática social na Escola Itinerante do MST. Movimento, Porto, Alegre, v. 15, n. 4, p. 63-82, out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/6181/6939>.
SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física: raízes Européias e Brasil. 2 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.
VAZ, Alexandre F. Treinar o corpo, dominar a natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. Cadernos CEDES, São Paulo, ano 19, n. 48, ago. 1999. p. 89-106. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a06.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2010.

Disciplina: 126-PROP-00003 - SEMINÁRIO INTEGRADOR

Ementa
Intervenção e análise das ações desenvolvidas. Produção do relatório final. Apresentação dos resultados da pesquisa.

Objetivos
- Fazer uso dos conceitos e linguagens próprios das metodologias de pesquisa;
- Produzir relatório final da investigação em curso, bem como socializar os conhecimentos produzidos no meio acadêmico e comunitário.

Bibliografia Básica
SEVERINO, Antônio. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
FREITAS, Luis Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)
VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Bibliografia Complementar
SEVERINO, Antônio. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, set./dez. 2006.

SAVIANI, Dermeval. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa. Publicação continuada de la Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa – ReLePe, v. 2, p. 1-5, 2017.
FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M. (Org.). Teoria e educação no labirinto do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
PAQUAY, L. Formando Professores Profissionais: quais estratégias? Quais competências. Porto Alegre: Artmed, 2001.
PESSIS-PASTERNAK, G. A Ciência: Deus ou diabo? São Paulo: EdUnesp, 2001.

Disciplina: OEV-PROP-00093 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - EJA

Ementa
Prática educativa com jovens e adultos em processo de escolarização. Cultura e cotidiano escolar: sujeitos, saberes, espaços e tempos. Planejamentos e avaliações. Identidade dos sujeitos da escola: classe social, gênero, sexualidade e etnia.

Objetivos
Propiciar aos estudantes momentos de problematização, investigação e reflexão sobre a docência e práticas escolares na Educação de Jovens e Adultos voltada para estudantes do Campo. Refletir e propiciar observações e momentos de elaboração de planejamentos e práticas pedagógicas de EJA nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e de Linguagens no contexto das escolas do campo.

Bibliografia Básica
FRAGO, Vinão Antônio. Alfabetização na sociedade e na história . Porto Alegre: Artes Médica, 1993.
FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos . Paz e Terra.
GADOTTI, Moacir, ROMÃO JoséE. (orgs.). Educação de jovens e adultos : teoria prática e proposta. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola cidadã).

Bibliografia Complementar
BRASIL. AÇÃO EDUCATIVA/MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO . Educação de jovens e adultos : proposta curricular para o 1° segmento do ensino fundamental. São Paulo/Brasilia, 1997.
DAUSTER, Tânia. Oralidade e escrita : notas para pensar as práticas de alfabetização. In:

Construção coletiva: contribuição a educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.
FONSECA, Maria da Conceição F.R. Educação matemática de jovens e adultos : especificidades, desafios e contribuições. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
FREIRE, Paulo. A educação na cidade . 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Trad. Rosiska Darcy de Oliveira. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Disciplina: LCE-PROP-00070 - FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa
Fundamentos históricos da educação de surdos. A Libras na Educação do campo. Aspectos linguísticos da língua de sinais. A cultura e a identidade surda. Legislação específica. Sinais básicos para conversação.

Objetivos
1. Compreender as relações históricas entre língua, linguagem, língua de sinais.
2. Conhecer aspectos da Libras na Educação do campo.
3. Instrumentalizar os alunos com técnicas básicas de comunicação em Libras;
4. Divulgar o entendimento da Libras como manifestação da cultura surda;
5. Possibilitar a integração entre pessoas surdas e ouvintes;
6. Proporcionar o conhecimento de aspectos específicos das línguas de modalidade visual-espacial.

Bibliografia Básica
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1 a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
LACERDA, Cristina Broglia de Feitosa. Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação/FAPESP, 2009.
QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar
FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.
LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.) Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.
LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
MOURA. Carina Vallejos; SOARES, Débora Silvana Vaz. Surdez em foco: uma experiência em escola do campo. SIFEDOC. Disponível em: http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20Grupos%20de%20Trabalho%20(GTs)/Regional%20Santa%20Maria/GT%206/Regional_Santa_Maria_2013%20(5).pdf
SKLIAR, C.(org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação,1998.
VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa. Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas

Disciplina: LCE-PROP-00078 - ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

Ementa
Bases legais e objetivos do ensino de Língua Portuguesa e Literatura nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Fundamentação teórica e metodológica para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura a partir de diversidade de gêneros textuais. Planejamento e elaboração de materiais e procedimentos didáticos. Análise de materiais didáticos.

Objetivos
- Discutir os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa para o terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio;
- Fundamentar teórica e metodologicamente os processos de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa e de Literatura nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- Discutir concepções de linguagem, língua, texto, literatura, leitura, produção, discurso, oralidade e gêneros, norteadoras de práticas e representações no que concerne ao ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa e aos seus diferentes processos e procedimentos avaliativos;
- Avaliar criticamente materiais didáticos e paradidáticos comumente adotados pela escola nos processos formais de educação em Língua Portuguesa e Literatura, nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- Partilhar vivências e posicionamentos críticos em relação às realidades e perspectivas da prática docente no ensino de Língua Portuguesa e Literatura nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- Selecionar conteúdos, propor objetivos, eleger materiais e métodos e planejar situações de ensino-aprendizagem e avaliação de Língua Portuguesa adequadas às séries finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

Bibliografia Básica
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Orientações Curriculares Para o Ensino Médio : Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: . Acesso em 07 de agosto de 2017.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais : Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: . Acesso em 05 de agosto de 2017.
GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula . São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia Complementar
BRASIL. MEC. Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLEM. / Ministério da Educação. Brasília, MEC: 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13608:programa-nacionaldo-livro-didatico-para-o-ensino-medio-pnlem.
GERALDI, João Wanderley. Portos de passagem . 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda. Ler e escrever : estratégias de produção textual. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
RAMOS, Jânia. O espaço da oralidade em sala de aula . São Paulo: Martins Fontes, 1997.
SARAIVA, Juracy; MÜGGE, Ernani. Literatura na escola : propostas para o ensino fundamental. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Disciplina: LCE-PROP-00086 - ENSINO DAS ARTES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ementa
Didática do ensino da arte: infantil, fundamental e médio. Elementos curriculares de ensino da arte : teatro, dança, música e artes visuais. Formação da arte educador e sua relação com os sujeitos do campo.

Objetivos
- Apresentar a legislação brasileira sobre ao ensino da arte.
- Conhecer os componentes curriculares do ensino da arte
- Compreender os diferentes espaços de formação do arte-educador.
- Elaborar planejamento em arte educação para Educação do Campo.

Bibliografia Básica
BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação: conflitos/acertos. SP: Max Limonad, 1985. MARTINS, Mirian Celeste e
FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo e FUSARI, Maria Felismina de Rezende. Metodologia do Ensino da Arte . 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
OSTROWER, Fayga. Universo da Arte. Petrópolis, Vozes, 1983.

Bibliografia Complementar
DUARTE Jr., Por que arte-educação? . Campinas: Papirus, 1986.
OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. Petrópolis, Vozes, 1989.
PARSONS, Michael. Compreender a Arte. Lisboa, Presença, 1992.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2017.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998.

Disciplina: TEP13085 - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO

Ementa
Relações étnico-raciais e políticas afirmativas no contexto brasileiro. Relações étnicoraciais, identidade e gênero na educação brasileira. Escola, currículo e a questão étnicoracial na educação básica. A formação de profissionais da educação para a diversidade étnico-racial. Raízes históricas e sociológicas da discriminação contra o negro na educação brasileira. Comunidades quilombolas rurais e urbanas.

Objetivos
- Conhecer as concepções de Relações Étnico-raciais e políticas afirmativas na Educação do Campo.
- Exercitar procedimentos, abordagens e conceitos que desenvolvam a práxis das concepções de identidade, culturas e territórios quilombolas.
- Trabalhar teorias que orientam os amplos campos de estudos em Educação e Racismo no Currículo.

Bibliografia Básica
ABONG. (Ed.). Racismo no Brasil. São Paulo: Petrópolis, ABONG, 2002.
BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa; RODRIGUES, Alexsandro; SISS, Ahyas. Africanidades: produções identitárias e políticas culturais. Vitória: Edufes, 2013.
MUNANGA. Kabengele. Superando o Racismo na escola. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Bibliografia Complementar
BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, (2005). Brasília: MEC/Secad.

SEPPIR – Guia de Políticas Públicas para Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq. Acesso em 14 de jun. 2017.
FELICE, Renísia Cristina Garcia. Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados. 2011.
GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, nº.1, jan./jun. 2003. p. 167-182.
GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Autores Associados, ANPED, 2000. n. 15, p. 134-158.

Disciplina: OEV-PROP-00104 - HISTÓRIA AGRÁRIA DO BRASIL

Ementa
Questões teóricas da História Agrária do Brasil. Aspectos da economia açucareira no Brasil Colonial. Divisão regional do trabalho e expansão da fronteira agrícola. Produção agrícola e mão de obra. Capitalismo e economia cafeeira. A produção da estrutura fundiária. Reestruturação e diversificação da produção agrícola após os anos de 1960. A política agrária nacional. A agroindústria no contexto econômico brasileiro.

Objetivos
- Introduzir os/as alunos/as no estudo historiográfico sobre a questão agrária do Brasil, particularmente no que tange a questão fundiária desde o período colonial até a contemporaneidade.
- Compreender as questões capitalistas ligadas à produção agrícola, especificamente do café;
- Entender a divisão da mão de obra regional e a diversificação dos produtos;
- Analisar as discussões historiográficas sobre o tema, permitindo que os/as alunos/as exercitem a crítica histórica a partir da leitura da bibliografia recomendada pela disciplina.

Bibliografia Básica
GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
PRADO JR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Bibliografia Complementar
HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
IANNI, Octavio. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984
LINHARES, Maria Yedda (Org.) et. al. História geral do Brasil. 6.ed.Rio de Janeiro: Campus, 1996.
MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.
SILVA, José Graziano. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1980.Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/101029297/O-que-e-questao-agraria-Jose-Graziano-da-Silva-1980> Acesso em 18 de Maio de 2015.

Disciplina: OEV-PROP-00105 - PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE NA SALA DE AULA

Ementa
Discute os fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire com ênfase na práxis docente no âmbito do currículo e na avaliação da aprendizagem.

Objetivos
Possibilitar aos estudantes momentos de reflexão sobre proposta pedagógica de Paulo Freire. Analisando exemplos concretos de práticas pedagógicas freireanas. Elaborar planos de trabalho pedagógico coerentes com essa perspectiva.

Bibliografia Básica
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Bibliografia Complementar
FREIRE, Paulo. A educação na cidade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
FREIRE, Paulo. Dialogando sobre disciplina com Paulo Freire. In: D'ANTOLA, Arlette. Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo. São Paulo: EPU, 1989.
FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não. 13ª ed. São Paulo: Editora Olho d'água, 2003.
FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Trad. Adriana Lopes, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
TORRES, Carlos Alberto; O'CÁDIZ, Maria del Pilar; WONG, Pia Lindquist. Educação e democracia: a práxis de Paulo Freire em São Paulo. São Paulo: Cortez: IPF, 2002.

Disciplina: OEV-PROP-00094 - EDUCAÇÃO DO CAMPO E JUVENTUDE

Ementa
A constituição da categoria juventude em seus aspectos sociais, culturais e políticos. As especificidades da(s) juventude(s) no campo. O trabalho educativo com as juventudes em espaços educativos escolares e não escolares nos territórios camponeses. Culturas juvenis nos diferentes tempos-espaços do campo. Redes de sociabilidades juvenis no campo. Juventude, educação do campo e sua relação com as noções de classe social, gênero e a questão étnico-racial.

Objetivos
- Analisar, em termos históricos, sociológicos e antropológicos a constituição da categoria juventude(s);
- Perceber as especificidades das juventudes nos diversos tempos-espaços do campo;
- Refletir a educação do campo e o trabalho com os jovens em espaços educativos escolares e não escolares.
- Fomentar uma reflexão crítica em relação as políticas públicas voltadas para os jovens das áreas rurais;
- Analisar criticamente a realidade contemporânea juvenil entre os jovens do campo, percebendo sua interface com as noções de classe social, gênero e a questão étnico-racial, entre outras.

Bibliografia Básica
ABRAMO, Helena Wendel; COTRIM, Beatriz Carlini.; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marilia Pontes. Juventude em debate. São Paulo: Cortez, 2000.
CASTRO, Mary Garcia.; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. Juventudes e Sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
CORREA, Licinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares (Org.). Juventudes e territórios: o campo e a cidade. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014.

Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2009.
CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventudes e cidades educadoras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
CASTRO, Maurício Barros de; STEPHAN, Gustavo. Juventudes rurais: cultura e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007
CORREA, Licinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares (Org.). Juventudes e participação política. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014.
DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (Org.). Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2011.

Disciplina: OEV-PROP-00095 - PROFISSÃO DOCENTE NO CAMPO

Ementa
A história da formação e profissão docente no campo. A especificidade formativa do campo. Profissionalização x proletarização da docência. Saberes profissionais da docência no campo. Organização docente. Identidade profissional docente. Saberes e fazeres da docência nas escolas do campo. Formação Continuada.

Objetivos
- Conhecer-reconhecer a história da formação docente e profissão docente no campo, seus avanços e retrocessos;
- Discutir a relação especificidade formativa e profissional do campo à luz da perspectiva de particularidade e totalidade;
- Produzir saberes e fazeres da educação do campo como arcabouço teórico-prático pedagógico da docência e suas identidades.

Bibliografia Básica
CATANI, Denice Bárbara. Estudos de História da Profissão Docente. In LOPES. Eliane Marta Teixeira. FILHO, Luciano Mendes Faria. VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de Educação no Brasil. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
CÔCO. Valdete. Auxiliar de Educação Infantil. In: OLIVEIRA, D. A. DUARTE, A.M.C. VIEIRA, L. M. F. (Orgs.). Dicionário de trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, CD-ROM, 2010.

GERKE DE JESUS, Janinha. Formação e Profissão Docente no Campo. Curitiba: Appris, 2018.

Bibliografia Complementar
ARROYO, Miguel Gonzalez. Formação de Educadores do Campo. In CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. (ORGs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
FICHTNER, Bernad. Et Al. (Orgs.) Cultura, Dialética e Hegemonia: pesquisas em educação. Vitória, ES: EDUFES, 2013.
FOERSTE, Erineu. Parceria na Formação de Professores: do Conceito à Prática. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Adenilde Stein. Et Al (Orgs.). Educação do Campo: Saberes e Práticas. Vitória, ES: EDUFES, 2012.

PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO

Na Licenciatura em Educação do Campo, a pesquisa e a extensão são práticas inerentes à própria organização curricular em Alternância.

A Licenciatura em Educação do Campo se realiza pela relação indissociável entre teoria e prática por intermédio da Alternância que propõe e valoriza diferentes tempos de formação que se alimentam mutuamente: o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade.

O Tempo Universidade (TU) é o momento em que os (as) estudantes se encontram na aula com seus/suas professores(as) e colegas para dialogar e refletir sobre a realidade em que vivem, a partir das informações levantadas a respeito da vida natural, econômica, cultural, social e política das suas comunidades.

O Tempo Comunidade (TC) é o momento em que os (as) estudantes, juntamente com os(as) professores(as) do curso, realizam atividades de pesquisa, reflexão e extensão nas comunidades, a partir das aprendizagens que desenvolveram no TU. No TC, os (as) educadores (as) vão ao encontro dos (as) estudantes, aproximando-se de suas realidades e acompanhando-os (as) na realização de suas ações.

Em suma, a pesquisa e a extensão ocorrem permanentemente neste curso que, pela sua própria organização em Alternância, favorece a realização desses dois elementos fundamentais da vida universitária.

A Licenciatura em Educação do Campo possui o Grupo de Estudos e Pesquisas de Educação do Campo do Espírito Santo (GEPECES), cadastrado no CNPQ.

Este grupo tem por objetivo o fortalecimento da área do conhecimento “Educação do Campo” e se propõe a envolver graduandos, pós-graduandos e docentes que se interessam por esse campo do conhecimento. Busca proporcionar um espaço de discussão dos estudos e pesquisas sobre a educação do/no campo nas relações com as práticas das camadas populares, os movimentos sociais e a luta pela terra. O GEPECES conta atualmente com as seguintes linhas de pesquisa:

- A formação de professores em regime de alternância na Licenciatura em Educação do Campo na dinâmica do Tempo-Universidade, Tempo-Comunidade e Auto-organização dos estudantes.

- Currículo e Práticas Pedagógicas na educação do campo na perspectiva de Paulo Freire;

- Os processos formativos dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFES.

Este grupo conta com quatro pesquisadores que são docentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo e dois estudantes, orientandos(as) de Mestrado.

Projetos de Pesquisa desenvolvidos (em andamento ou concluídos).

- Reorientação de práticas pedagógicas em escola do campo na perspectiva freireana: uma pesquisa em uma escola do campo no município de Vila Velha – ES;

- A formação de professores em regime de alternância na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/Ufes)na dinâmica do Tempo-Universidade, Tempo-Comunidade e Auto-Organização dos estudantes;

- A Pedagogia da Alternância no curso de Licenciatura em Educação do Campus da UFES: intervenções educativas em comunidades e escolas do campo;

- Compreendendo a evasão (ou expulsão) no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFES (campus Goiabeiras);

- Brinquedos e Brincadeiras: montando estórias com o Sítio dos Crioulos;

- Os processos formativos dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ufes: um olhar com e pelos Cadernos da Realidade.

Projetos de Extensão desenvolvidos (em andamento ou concluídos).

- Processo de formação de professores (as) em uma Escola do Campo em Tempo Integral na perspectiva freireana;

- Formação continuada de educadores e educadoras de salas multisseriadas do Ensino Fundamental II em escolas do campo do município de Conceição do Castelo na perspectiva de Paulo Freire;

- Formação continuada freireana de educadores(as) de escolas do campo do município de São Domingos do Norte – ES;

- Paulo Freire e a construção da escola publica popular;

- Aperfeiçoamento em Educação do Campo;

- IV Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária na UFES (Goiabeiras);

- Arte na Educação Básica: diálogos interculturais;

- Há braços: fortalecimento dos coletivos;

- Oficina de saberes e aprendizagens com o Sítio dos Crioulos - Jerônimo Monteiro;

- O Caderno da Realidade como instrumento de interlocução e intervenção na comunidade dos estudantes de Licenciatura em Educação do Campo.

Práticas Como Componente Curricular:

Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica na Educação do Campo I - 105H

Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica na Educação do Campo II - 105H

Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica na Educação do Campo III - 105H

Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica na Educação do Campo IV - 105H

AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

A Auto Avaliação Institucional da Ufes é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), apoiada pelas Comissões Próprias de Avaliação dos Centros de Ensino (CPACs) e executada pela Secretaria de Avaliação Institucional (Seavin).

A reformulação da Resolução 14/2004 do Conselho Universitário (que regulamentava a instituição da Comissão Própria de Avaliação e das Comissões Próprias de Avaliação de Cursos na Ufes) foi conduzida de modo a implementar uma nova perspectiva metodológica de avaliação, para tornar a regulamentação da CPA mais objetiva ao que concerne à avaliação interna. Entre outras contribuições, a nova Resolução – Resolução nº. 49/2016-CUn – instituiu o Processo Permanente de Avaliação Institucional e reestruturou a CPA de modo a torná-la mais representativa das diversas unidades organizacionais e áreas de conhecimento da Universidade, conforme prevê a Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A referida Resolução também extinguiu as Comissões Próprias de Avaliação de Cursos e criou as Comissões Próprias de Avaliação dos Centros de Ensino (CPACs).

O processo de avaliação ocorre de maneira autônoma em relação aos órgãos superiores da Instituição, sendo de competência da CPA a obrigação de reportar anualmente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC), de forma sistematizada, a situação dos processos de avaliação internos da Instituição, por meio da postagem dos Relatórios de Avaliação Institucional junto ao Sistema e-MEC.

A autoavaliação institucional é a possibilidade de a Universidade se enxergar, para realizar os aprimoramentos e fortalecimentos internamente necessários. Tendo isso em vista, a criação das CPACs como condutoras do processo de autoavaliação em cada um dos 11 (onze) Centros de Ensino, vinculadas à avaliação institucional da Universidade, vai ao encontro de uma nova proposta de trabalho que propiciará a captação de informações mais específicas e completas e de análises mais próximas da realidade. Além do mais, como ramificações da CPA, as CPACs são importantes tanto do ponto de vista da representatividade quanto de localização geográfica, tendo em vista que, ao contemplar mais unidades organizacionais, o resultado será uma avaliação interna mais consistente e com diagnósticos mais pontuais. Entende-se que a função executiva é uma atribuição da Secretaria de Avaliação Institucional (Seavin). Assim sendo, a criação da Seavin contribuiu para tornar as ações planejadas pela CPA mais efetivas e eficazes, servindo como Instrumentos de Gestão”.

Referenciando-nos na Resolução 06/2016 - CEPE, o curso de Licenciatura em Educação do Campo conta também com o trabalho sistemático do Núcleo Docente Estruturante (NDE) que atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Os objetivos fundamentais do NDE considerando os indicativos expressos no Artigo 3º da Resolução 06/2016/CEPE, no curso de Licenciatura em Educação do Campo são:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação. V - Acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso considerando as avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Comissão Própria de Avaliação de Curso (CPAC) e propondo alterações nos PPCs pertinentes aos Colegiados.
O NDE deste curso é composto atualmente:

- Pela Coordenadora do Colegiado;
- Pelo Sub Coordenador do Colegiado;
- Por 4 professores do curso (sendo que um destes é o presidente do órgão).

Vale destacar que a composição, a presidência, os mandatos e a dinâmica de trabalho do NDE do Curso de Educação obedecerão às orientações e indicações legais expressas na Resolução 06/2016 – CEPE.

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso se materializa, por meio de um processo contínuo de reflexão e de análise do próprio PPC, do processo de ensino e de aprendizagem; da adequação da infraestrutura física e da organização dos tempos espaços para a efetivação da proposta do curso segundo os princípios da pedagogia da alternância.

Essas análises e reflexões são sistematizadas no formato de relatórios que subsidiam mudanças em qualquer momento da execução do curso. Importa destacar que o detalhamento dos relatórios e, sobretudo, sua base teórico-metodológica, é definida pelo Colegiado do Curso, tomando-se como referência os itens que compõem este Projeto Pedagógico. Os resultados de tais avaliações servem para eventuais mudanças no curso, refletindo no seu PPC.

Como ações decorrentes dos processos de Auto Avaliação promovidos pelo NDE junto a todos os sujeitos participantes e pertencentes à Licenciatura em Educação do Campo (professores, estudantes e movimentos sociais camponeses), destacamos:

- atualização da matriz curricular do curso: com a inclusão de disciplinas que abordam de modo mais específico as questões da realidade do campo;
- atualização das ementas das disciplinas;
- revisão do Projeto de Organização do Tempo Comunidade;
- aperfeiçoamento do Projeto de Auto-Organização dos Estudantes;
- atualização do PPC, tendo em vista a adequação da Metodologia e da Organização Curricular aos princípios e finalidades da Educação do Campo.

Todas essas ações foram encaminhadas a partir de debates democráticos promovidos por meio de Grupos de Trabalho e de Plenárias Sistematizadoras, considerando as reivindicações dos três segmentos supra-citados (professores, estudantes e movimentos sociais camponeses). Ou seja, a Auto Avaliação tem resultado em encaminhamentos que expressam a vontade coletiva dos sujeitos do curso.

ACOMPANHAMENTO E APOIO AO ESTUDANTE

Na área de Assistência, cabe ressaltar a relevância do Programa de Assistência Estudantil da UFES (PROAES), coordenado pela Divisão de Assistência Estudantil (DAE), instituída em 2014 com a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci).

A Assistência Estudantil é destinada aos estudantes que possuem renda per capita bruta mensal de até 1,5 salário mínimo e está regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esse Programa tem como principais objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior Pública Federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. A execução das ações relacionadas à Assistência Estudantil ocorre nos termos da Portaria 2.625/2012-R.

A Proaeci elabora, executa e avalia ações e projetos, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil e seus princípios norteadores:
- Compromisso com a qualidade de educação, conhecimento, inovação e cidadania;
- Democratização das condições para o acesso, permanência e conclusão de cursos de graduação presenciais;
- Liberdade de pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- Orientação humanista e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- Defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito;
- Compromisso com a assistência estudantil reconhecida como dever do Estado e como direito dos estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica, segundo critérios adotados pela instituição.

A Proaeci possui um setor denominado Divisão de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico. Sua atuação se pauta na implementação de práticas de cuidado e atenção ao estudante. Elabora e efetiva ações baseadas no Plano Nacional de Assistência Estudantil, nas áreas de promoção da saúde no âmbito da educação, inserção e qualificação da permanência do estudante, afirmação de autonomia, dentre outros.
Destacamos ainda os seguintes programas e auxílios:

1 - Acompanhamento do Desempenho Acadêmico (ADA)

O Acompanhamento de Desempenho Acadêmico (ADA) se caracteriza como processo pedagógico orientador dos estudos necessários à integralização curricular no prazo estipulado para o Curso e se destina a todo(a) estudante com baixo desempenho, sendo dividido em duas etapas:

I. Plano de Acompanhamento de Estudos (PAE);
II. Plano de Integralização Curricular (PIC).

A Resolução nº 68/2017 (CEPE) objetiva estabelecer normas que regulamentem o acompanhamento acadêmico por parte dos Colegiados de Curso e as situações em que ocorrer o desligamento de estudantes dos cursos de graduação da UFES e tem por finalidade prevenir o desligamento dos estudantes, por meio de um acompanhamento efetivo do processo de ensino e aprendizagem, ainda em tempo de evitar a retenção e a evasão nos cursos, sobretudo aquelas motivadas pela reprovação consecutiva em disciplinas.

Compete à PROGRAD e ao Colegiado de Curso acompanhar o desempenho acadêmico de todos os estudantes a ele vinculados e propor ações que possam prevenir o desligamento. 2- Programa Integrado de Bolsas (PIB).

2 - O Programa Integrado de Bolsas – PIB

Tem o intuito de apoiar atividades acadêmicas que integram as áreas de ensino, pesquisa e extensão, oportunizando aos estudantes atividades extracurriculares complementares à formação acadêmica, atendendo a necessidades e contribuindo para o fortalecimento do curso de graduação. O PIB/UFES tem por objetivo direto a inserção do aluno em projetos capazes de promover condições de produção intelectual e científica com responsabilidade social.

3 - Auxílio Moradia
O Projeto consiste em concessão de apoio financeiro para atender aos estudantes, cujos pais residam fora da Grande Vitória, para auxiliá-los nas despesas com moradia.

4 - Auxílio Transporte
Consiste na concessão de um auxílio financeiro para compra do passe escolar, para colaborar no deslocamento da residência do estudante a Universidade.

5 - Auxílio Alimentação
Consiste na concessão de descontos de 50% ou 100% no valor da refeição nos Restaurantes Universitários.

6 – Auxílio Aquisição de Material de Consumo
Este projeto tem por finalidade oferecer apoio financeiro para aquisição de material de uso didático exigido no curso de graduação.

7 – Apoio Psicopedagógico
Realizado pela Divisão de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico. O Serviço de Atenção ao Estudante está inserido na Divisão de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico. Sua atuação se pauta na implementação de práticas de cuidado e atenção ao estudante. Elabora e efetiva ações baseadas no Plano Nacional de Assistência Estudantil, nas áreas de promoção da saúde no âmbito da educação, inserção e qualificação da permanência do estudante, afirmação de autonomia, dentre outros.
O Serviço de Atenção ao Estudante efetua ações baseadas nas seguintes diretrizes:
- acolhimento psicossocial ao estudante;
- orientações e encaminhamentos para outros profissionais e/ou serviços da rede de saúde e socioassistencial dos municípios da Grande Vitória;
- implementação de ações e projetos de promoção à saúde no âmbito da educação, de qualificação da permanência do estudante na universidade, de defesa de direitos, e afirmação de autonomia;
- inclusão do estudante como parceiro efetivo na formulação das práticas de cuidado e atenção da Divisão de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico.
- visita domiciliar, quando avaliada a pertinência;
- fomento de estratégias coletivas de intervenção (tais como debates, oficinas, conversas, etc...), e fortalecimento do trabalho de grupo como dispositivo terapêutico;
- articulação de redes, envolvendo diferentes atores e serviços, externos e/ou internos à UFES, visando a promoção, ampliação, integralidade e continuidade do cuidado;
- criação e implementação de projetos específicos, a partir do processo de escuta e construção coletiva junto aos estudantes e outros sujeitos da Universidade.

8 – Inclusão da Pessoa com Deficiência - Acessibilidade - NAUFES

O Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES) foi criado por meio da Resolução nº 31/2011 do Conselho Universitário como proposta do então Secretário de Inclusão Social, Prof. Antonio Carlos Moraes, com a finalidade de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário.

9 - Ações de apoio acadêmico/ pedagógico para a permanência dos alunos no curso de Licenciatura em Educação do Campo

a) Acompanhamento do rendimento acadêmico dos estudantes por meio de reuniões pedagógicas quinzenais e reuniões de conselho de classe no final do semestre;
b) Levantamento dos principais problemas/necessidades cotidianas enfrentadas pelos estudantes no processo educacional e encaminhamento junto aos docentes nas reuniões quinzenais do curso;
c) Trabalho em parceria com o Departamento de Apoio Acadêmico/Prograd, tendo em vista o Programa Institucional de Apoio Acadêmico (PIAA) da Ufes e a Resolução nº 36/2016;
d) Reunião e participação da coordenação nos momentos de auto organização dos estudantes no sentido de entender as demandas e poder contribuir com as resoluções dos problemas.

ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

De acordo com a Prograd, o PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTE EGRESSO – PAEEg – visa criar um canal de comunicação com o estudante egresso e saber, entre outras coisas, como se deu a sua entrada no mundo do trabalho, qual é a sua visão sobre a formação que recebeu na Universidade e as suas opiniões para a melhoria da qualidade do seu Curso de Graduação.

Além disso, renovado o contato dos egressos com a UFES, poderemos então divulgar eventos, oportunidades de colocação profissional, cursos e outras atividades que sejam interessantes para eles.

Os alunos são contatados via telefone, ou mensagem de texto de celular, ou e-mail, propondo que ele participe. O Programa prevê o contato com todos os ex-alunos de todos os Cursos da UFES, por ordem regressiva de período de formação. Os egressos participam respondendo a um questionário, que é enviado por e-mail, depois que ele aceita recebê-lo, no contato prévio que fazemos.

A primeira turma da Licenciatura em Educação do Campo da UFES/ Campus Goiabeiras vai se formar em Agosto de 2018.

NORMAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio Obrigatório tem como referência o Regimento Geral da UFES, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e a legislação vigente.

O Estágio do curso de Licenciatura em Educação do Campo segue uma matriz curricular organizada com componentes curriculares das áreas de Linguagens (Língua Portuguesa, Literatura, Arte e Educação Física). Em cada área de conhecimento as disciplinas são referidas a um campo de trabalho que se delimita por um objeto de estudo que são os fenômenos da realidade concreta do campo. Segundo Molina e Sá, 2012, os fenômenos da realidade atual devem ser estudados com toda a sua complexidade, tal como existem na realidade. Nesse sentido, a formação por área de conhecimento coloca diante dos educadores da Licenciatura em Educação do Campo o desafio de promover uma formação interdisciplinar por meio de um trabalho coletivo que conferem aos estágios curriculares supervisionados uma lógica didática em que não centra o trabalho pedagógico nas disciplinas, ou seja, embora utilize os saberes disciplinares, eles não se fechem nos limites disciplinares, uma vez que esses limites são determinados pela realidade como objeto de estudos , nas respectivas áreas de conhecimento (MOLINA e SÁ, 2011).

Seguindo as reflexões dessas mesmas autoras, a organização do trabalho docente na Licenciatura em Educação do Campo gera dois momentos por meio de uma organização de trabalho docente tanto no nível superior quanto na educação básica, uma vez que ela compromete-se com mudanças tanto no processo formativo dos educadores quanto na gestão das instituições educativas. Nessa perspectiva, o estágio curricular supervisionado ganha uma significação no sentido de forjar um perfil docente que além de ser capaz de compreender as contradições sociais e econômicas enfrentados pelo povo do campo, também construir com eles práticas educativas que instrumentalizem esses sujeitos na superação das contradições sociais.

A alternância ocorre desde a entrada dos alunos no curso até o seu final. Como dito, essa realidade pesquisada é analisada e com base nessa análise, se realiza ação/intervenção na escola e na comunidade. Dessa realidade são extraídos os temas da realidade atual que possibilita a realização da prática docente, da prática de gestão e de outras ações articuladas com a comunidade nos Estágios Curriculares Supervisionados.

No tempo-Universidade os licenciandos recebem toda a orientação e a fundamentação teórica necessária para a realização do estágio. Além disso, com base na realidade de cada comunidade, os estudantes realizam os seus Planos de Estudos a ser desenvolvido na escola. Esse plano é apresentado e discutido com a escola. Com base na sugestão da escola, esse plano é alterado no âmbito de suas ações/intervenções.

No Tempo Comunidade há uma organização de acompanhamento pelos professores do curso nas comunidades tendo em vista que os licenciandos são moradores do campo e se encontram distribuídos em várias regiões do Estado e parte de Minas Gerais. Cada professor do curso fica responsável por uma região para a realização do acompanhamento nas escolas em que os estágios são realizados. O número de professores do curso em cada região depende do número de escolas em realização de estágios. Após as visitas desses professores, são realizadas reuniões pedagógicas envolvendo os professores das áreas de conhecimento para a socialização do que foi observado e orientado no desenvolvimento dos estágios nas escolas.

Os estágios curriculares supervisionados são realizados nas escolas públicas do campo (Decreto n. 7352/2010, das redes municipais e estadual, nas Escolas Famílias (EFAS) e nos espaços não escolares como Movimentos Sociais e Sindicais do Campo, locais de práticas de agricultura agroecológica e orgânica, Locais de acampamento e assentamento da Reforma Agrária, reservas ecológicas, reservas indígenas, entre outros. As EFAS são instituições educativas em alternância, fundamentais para a realização do estágio uma vez que elas são

pioneiras na prática da Pedagogia da Alternância no Brasil e possuem um importante acúmulo no trabalho com os camponeses, sendo assim referência para os Estágios Supervisionados da Licenciatura em Educação do Campo.

Abaixo segue o regulamento.

I. Das Disposições Preliminares:

Art. 1º. O aluno/estagiário somente poderá ingressar na Unidade Campo de Estágio após a regularização do Termo de Compromisso de Estágio.
Art. 2º. A inserção no campo de Estágio deverá ser feita no máximo até um mês após o início das aulas.
Art. 3º. Conceder em favor do estagiário um Seguro de Acidentes Pessoais que deverá vir especificado no Termo de Compromisso, previsto pela Lei 11.788/08.
Art. 4º. Os casos especiais serão apreciados pelo professor de estágio e colegiado do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

II. Da Definição de Estágio Curricular Supervisionado
Art. 5º. Conforme determina a Lei nº 11788/08, no Art. 7º são obrigações das instituições de ensino Superior, elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação para os Estágios Curriculares Supervisionados. Nestes termos, a avaliação será do tipo diagnóstico-processual, que se caracteriza pela entrega de trabalhos, do compromisso acadêmico e da participação efetiva nos encontros para planejamentos e avaliação.
Art. 6º. Os processos avaliativos serão compostos de no mínimo, obrigatoriamente: Relatório Final, Avaliação do Professor de estágio.
Art. 7º. O acompanhamento do Estágio será realizado por todos os professores do curso no espaço-tempo denominado tempo-comunidade em ação conjunta com o professor de Estágio.
Art. 8º. O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ CE/UFES, caracteriza-se por ser um ambiente profissional onde se apresenta o conhecimento pela crítica, pela ação-reflexão-ação e pela necessária ligação com o contexto no qual se desenvolvem os processos formativos a saber: o reconhecimento da heterogeneidade dos povos do campo com suas diversidades culturais, identidades, saberes, modos de produção e ecossistemas existentes no espaço rural, baseado no paradigma da Educação do Campo.
Art. 9º. O Estagio Supervisionado assume caráter emancipador com ações que reconhecem e valorizam a diversidade dos povos camponeses e formas de organização do espaço escolar com adequações dos conteúdos às peculiaridades locais e uso de práticas pedagógicas contextualizadas, comprometidas com o desenvolvimento sustentável do campo.
Art. 10. As Disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado deverão ocorrer concomitantemente à inserção do aluno/estagiário no campo de Estágio, alternado entre tempo-universidade e tempo-comunidade.
Art. 11. O Estágio supervisionado é disciplina obrigatória do curso, não podendo ser aproveitado qualquer outro tipo de estágio que o aluno realize ou tenha realizado.
Art. 12. As disciplinas de Estágio da Licenciatura em educação do Campo são as seguintes:
a) Estagio Supervisionado I – Gestão Escolar (105 h - Teórica: 45; Intervenção: 60). Ementa: Estrutura organizacional da escola do campo. Legislação sobre organização escolar. Projeto político-pedagógico e educação do campo. Mecanismos de ação democrática da escola. Articulação escola-comunidade.
b) Estágio Supervisionado II - Ensino Fundamental (105 h - Teórica: 45; Intervenção: 60). Ementa: Observação, planejamento e intervenção nas práticas educativas das áreas da habilitação no Ensino Fundamental.
c) Estágio Supervisionado III - Ensino Médio (105 h - Teórica: 45; Intervenção: 60). Ementa: Observação, planejamento e intervenção nas práticas educativas das áreas da habilitação no Ensino Médio.
d) Estágio Supervisionado IV - EJA (90 h - Teórica: 30; Intervenção: 60). Ementa: Prática educativa com jovens e adultos em processo de escolarização. Cultura e cotidiano escolar: sujeitos, saberes, espaços e tempos. Planejamentos e avaliações. Identidade dos sujeitos da escola: classe social, gênero, sexualidade e etnia.

III Das Finalidades e dos Campos de Estágio
Art. 13. O Estágio Obrigatório visa contribuir no processo de formação profissional para o

desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional dispostos na Lei nº 11788/08.
Art. 14. Garantir ao aluno/estagiário um espaço de ação-reflexão-ação a partir construção, instrumentalização pedagógica, sistematização de ações profissionais em busca da identidade profissional construída pela relação dialética, teoria e prática.
Art. 15. O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado em decorrência da assinatura do Termo de Convênio e/ou termo de compromisso com Unidades Concedentes, preferencialmente, em espaços de iniciação ao trabalho docente e a gestão escolar, em atendimento a educação da população do campo. (vide convênios celebrados na página da PROGRAD: http://www.prograd.ufes.br/documentos).
Art. 16. As atividades e as condições do Estágio Curricular Supervisionado devem constar no Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o aluno/estagiário e a Unidade Concedente tendo a UFES como interveniente.
Art. 17. A realização do Estágio poderá contar com os Serviços de Agentes de Integração Públicos e Privados conveniados.
Art. 18. Somente poderão ser considerados campos de estágio aqueles que atenderem aos seguintes critérios:
a) contar com professor de estágio do curso de Licenciatura em Educação do Campo;
b) oferecer condições e instalações adequadas ao exercício da prática de Estágio;
c) O aluno/estagiário matriculado na disciplina, não poderá receber bolsa por parte do campo de estágio, pois nesse caso se configura outro estágio, considerando não obrigatório.
Art. 19 Da Atribuições do Coordenador de Estágio no Curso de Licenciatura em Educação do Campo:
a) discutir, em conjunto com a PROGRAD, sobre os Colegiados de Curso e as instituições envolvidas na realização dos estágios a respeito das condições prévias à assinatura dos convênios ou outros instrumentos jurídicos congêneres e termos de compromisso de estágio, nos quais deverão constar, respectivamente, o plano de trabalho e o plano de atividades a serem desenvolvidos pelo(s) estagiário(s);
b)administrar o conjunto de ações referentes à implementação dos Estágios Curriculares Supervisionados de acordo com a legislação pertinente e com os Projeto Pedagógico do curso;
c) realizar a mediação entre o Centro de Educação, seus Departamentos, o Colegiado do Curso de Licenciatura e as instituições educativas conveniadas no que tange aos Estágios Curriculares Supervisionados da Licenciatura;
d) criar, com os docentes responsáveis pelas disciplinas de Estágio Supervisionado, mecanismos para acompanhar o desenvolvimento das atividades dos Estágios Curriculares Supervisionados;
e) articular ações de formação continuada a serem desenvolvidas como contrapartida da UFES às instituições educativas envolvidas nas realizações dos estágios.
Art. 20. As atribuições e competências do Professor de estágio são as seguintes:
a) Elaborar o Plano de Ensino da Disciplina de Estágio Supervisionado que orientará as atividades a serem desenvolvidas no semestre de acordo com o presente Regulamento e apresentá-lo aos alunos/estagiários.
b) Orientar os alunos na elaboração do Plano de Estágio junto aos alunos/estagiários, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e as demandas específicas da Unidade Campo de Estágio, assegurando a distribuição equitativa da carga horária discente durante o semestre letivo.
c) Coordenar o acompanhamento do aluno/estagiário, no desenvolvimento do estágio, bem como orientar as ações e planejamentos com vistas a potencializar a formação do aluno/estagiário.
d) Orientar o aluno/estagiário quanto à utilização do instrumental técnico-operativo para a intervenção: Caderno de Realidade, Relatório Mensal, Relatório Final, Quadro de Atividades .
e) Fornecer suporte teórico a partir da bibliografia selecionada que oriente a prática e a pesquisa investigativa na Unidade Campo de Estágio.
f) Estimular a atitude investigativa no exercício da atividade de Estágio que deverão ser incorporadas ao exercício profissional.
g) Assumir as responsabilidades didático-pedagógicas de todos os alunos que constarem em sua pauta.
Art. 21. As atribuições e competências do aluno/estagiário são as seguintes:
a) O aluno/estagiário deverá cumprir a carga horária total de 405 horas distribuídas nas Disciplinas de Estágio Supervisionado, distribuídas em atividades realizadas no tempo-

universidade e no tempo-comunidade.
b) O aluno/estagiário deverá cumprir, obrigatoriamente a carga horária do tempo-universidade e o tempo-comunidade, distribuídas em encontros presenciais, reuniões com os professores, planejamentos, práticas docentes, etc.
c) Fazer relatórios das atividades e entregar ao professor de Estágio, tanto das observações, quanto das intervenções realizadas nos campos de Estágio.
d) Produzir planos de intervenção e/ou projetos, planos de aula, relatórios das aulas (observadas, aplicadas), relatório semestral.
e) Entregar o relatório final encadernado em duas vias, sendo uma cópia entregue no colegiado e outra cópia ao professor de estágio.

IV Dos Direitos do Aluno/Estagiário
Art. 22. São direitos dos alunos/estagiários:
a) Receber orientação de Estágio.
b) Ter acesso à bibliografia indicada pelo professor de Estágio.
c) Ter condições mínimas de infraestrutura, material e informação para o desempenho de seu Estágio.
d) Ser informado pelo professor/a sobre o resultado de sua avaliação.
e) Realizar seu Estágio tendo como condição estar matriculado na disciplina.
Art. 23. A avaliação do estagiário será realizada pelo professor supervisor e deverá ter caráter processual.
a) A avaliação do estagiário poderá será crescida de informações, comentários, observações, de caráter formativo, proveniente dos profissionais da escola.
b) Para ser aprovado na disciplina o estudante deverá: I - ter freqüência mínima regimental de 75%. II - alcançar a média mínima determinada 5.0 (cinco). III - ter nota final resultante do cumprimento das atividades e determinações previstas no plano de estágio.
c) Em caso de reprovação o aluno deverá matricular-se em uma nova oferta da disciplina. Sendo necessário o cumprimento da carga horária mínima exigida.

V Orientações Finais
Art. 24. O aluno/estagiário somente poderá solicitar a mudança do campo de Estágio, mediante pedido fundamentado e justificado, posto que tal mudança somente seja viabilizada após avaliação da real necessidade pelo Professor de Estágio e Coordenador de Estágio.
Art. 25. Os casos omissos deste regulamento serão decididos pelo colegiado do curso.
Art. 26. A mudança de campo obedecerá ao calendário estipulado pela Coordenação de Estágio e nele deverá constar à justificativa do aluno/estagiário sobre a necessidade da mudança e a anuência do professor orientador de Estágio.
Art. 27. O Coordenador de Estágio e o Professor/a Orientador/a não indicarão a mudança de Campo de Estágio nas situações que estejam em desacordo com o presente Regulamento.
Art. 28. O aluno/estagiário será acompanhado nas atividades de campo e de planejamento em dois momentos: a) realizado por um professor/a da Licenciatura em Educação do Campo, Supervisor de campo (responsável pelo campo); b) Acompanhamento do professor/a Orientador e co-orientadores nos campos de Estágio nas visitas do Tempo-Comunidade.

NORMAS PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º O presente regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFES/ campus Goiabeiras, bem como estabelecer meios operacionais para seu acompanhamento e registro.
Art. 2º Consideram-se Atividades Complementares aquelas que, garantindo relação de conteúdo e forma com atividades acadêmicas, constituam-se como instrumentos válidos para o aprimoramento na formação básica e profissional. Seus objetivos devem oportunizar o aprofundamento temático e interdisciplinar dos estudantes em formação.
§ 1º As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o curso de graduação, totalizando 200 (duzentas) horas.
§ 2º As atividades desenvolvidas no Estágio Obrigatório não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.
§ 3º As Atividades Complementares realizadas pelo estudante devem constar do seu histórico escolar com o número de créditos atribuído.
§ 4º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

TÍTULO II
DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Art. 3º A Coordenação das Atividades Complementares será exercida pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.
§ 1º Ao Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados pelo Regulamento.
§ 2º Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares, após serem analisados pelo Colegiado, com a indicação do tipo e carga horária/pontuação computada, serão devolvidos aos alunos, que deverão ter a responsabilidade de guardá-los.

TÍTULO III
DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Art. 4º Atividades Complementares realizadas antes do início do curso não podem ter atribuição de créditos.
Art. 5º Atividades profissionais em áreas afins realizadas pelos alunos no decorrer do curso podem ser consideradas Atividades Complementares, desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, ficando a atribuição de créditos a cargo deste colegiado.
Art. 6º As Atividades Complementares serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.
§ 1º Para obter o registro das Atividades Complementares o aluno deve elaborar um relatório discriminando as atividades realizadas (conforme formulário expedido pelo Colegiado), acompanhado das cópias dos certificados comprobatórios e apresentá-lo ao Colegiado em prazo a ser estipulado por este órgão.
§ 2º É indispensável a apresentação de relatórios corretos e completos das Atividades Complementares, bem como o fiel cumprimento dos prazos e normas fixadas, sob pena de não serem computadas as horas/pontos de atividades realizadas pelo aluno.
§ 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado.

TÍTULO IV
DA ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Art. 7º As Atividades Complementares a serem desenvolvidas encontram-se anexadas a este regulamento, bem como suas respectivas cargas horárias máximas para fim validação pelo Colegiado do curso.

§ 1º Para fins de cálculo das 200 horas integrais de Atividades Complementares, será realizada a somatória das cargas horárias registradas em cada certificado e\ou declaração apresentados pelos discentes e emitidos pelas instituições ofertantes das referidas atividades

§ 4º Na busca de maior qualidade e atendendo ao Art. 2º deste regulamento, a tabela das

Atividades Complementares poderá ser alterada a qualquer tempo pelo Colegiado de Curso.

NORMAS PARA LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA

O Centro de Educação da UFES disponibiliza aos docentes e discentes laboratórios didáticos de formação geral: Laboratórios de Informática (LIGCE), Laboratório de Aprendizagem (LAUFES) e Laboratório de Matemática e Informática Educativa (LAMAT).
Dos Laboratórios de Informática (LIGCE)

O curso de Licenciatura em Educação do Campo – CE , possui dois Laboratórios de Informática, que contam com 1 coordenador e uma equipe de três servidores técnico-administrativos:

Laboratório I

- 35 Computadores interligados à Internet;
- 1 Data-show fixo (instalado no teto do laboratório);
- 1 Lousa digital;
- 1 Sistema de som de alta potência – 2 caixas de som amplificadas em linha;
- 1 Computador dedicado ao data show, lousa digital e sistema de som de alta potência – uso exclusivo professores, servidores do laboratório e alunos previamente autorizados;
- 1 Computador com impressora e scanner de uso exclusivo dos servidores do laboratório para demanda administrativa.

Laboratório II

- 15 Computadores interligados à Internet;

Software

- Navegadores Internet;
- Pacote Office 2007;
- Leitores/conversores de arquivos PDF;
- Compactador de arquivos;
- Players de arquivos multimídia;
- Programa gravador de CD/DVD (nem todos os computadores possuem gravador);
- Antivírus;
- Programa monitor e bloqueador de redes sociais e pornografia.

Estudos realizados por Rocha (2006), Oliveira (2005), Almeida (2004) e Rangel (2004) evidenciam os conhecimentos precários e certa resistência dos professores da rede pública de ensino com relação às novas tecnologias da informação e da comunicação. Entretanto, também revelam possibilidades interessantes de atuação no espaço escolar, a partir de um conhecimento mais aprofundado sobre o modo como crianças e professores interagem com as máquinas, quando devidamente orientados e quando possuem equipamentos e softwares educativos de boa qualidade.

Ainda que a produção acadêmica do Centro de Educação sobre essa temática esteja dando seus primeiros passos, constata-se um acúmulo de discussões que permitem a proposição do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como mediação para o uso de recursos audiovisuais e na análise e utilização de softwares educativos nos processos de aprender e ensinar.

A utilização das TIC, como recurso complementar de ensino, na licenciatura em Educação do Campo, implica o reconhecimento de que o uso apropriado das TIC nas formas escrita, som, imagem, dados, com e sem movimento em ambientes de aprendizagem colaborativa em rede (física e virtual), via correios postal (impressos), rádio (programas), televisão (programas)

internet (multimídia) de modo integrado, constituem dispositivos para reorientar a organização do trabalho pedagógico na relação sujeitos aprendizes/espaço/tempo, redesenhando os ambientes de aprendizagem escolar e não escolar na configuração de uma comunidade de aprendizagem em rede (ANGELIM, 2006).

Como critério geral, para uso desses laboratórios, os estudantes devem ter matrícula regular no curso de Licenciatura em Educação do Campo /CE/UFES por decisão do Conselho Departamental protocolado nº 738840/2016-35 de 01/07/2016.

Normas para utilização do LIGCE:

a) não entrar no laboratório com alimentos, doces e bebidas. Água apenas em recipiente fechado;
b) garantia de silêncio e ordem no laboratório;
c) não alterar as configurações dos equipamentos;
d) não trocar ou retirar periféricos dos computadores;
e) manter a porta fechada para a conservação da temperatura do laboratório;
f) acessar sites apenas relacionados à pesquisa acadêmica.

O Centro de Educação conta ainda com laboratórios de formação específica:

Laboratório de Aprendizagem (Laufes)

Conta com um coordenador, além de um bolsista discente. Possui boa estrutura física , 115,79 m², e dispõe de equipamentos: 2 câmeras de Super VHS, 3 monitores de vídeo, 1 mesa de efeitos áudio e vídeo, 2 controladoras de edição, 3 tripés para câmera de vídeo, 4 iluminadores, 1 flash eletrônico de mão, 1 máquina fotográfica digital, 1 gravador cassete portátil, 1 gravador mini- cassete portátil, 2 aparelhos de som, 1 retroprojetor portátil, 1 tape deck, 1 amplificador, 1 mini disc digital tipo laser, 3 data show - projetor multimídia, 1 aparelho DVD Player. Disponibiliza Serviços de apoio em áudio e vídeo às práticas didático-pedagógicas de aprendizagem.
Serviços oferecidos pelo Laufes:

- Gravação em vídeo e edição de encontros, seminários, palestras, aulas e outras atividades de pesquisa, ensino e extensão promovidas pelo Centro de Educação.
- Assessoria a docentes e discentes na produção de vídeos (educativos, documentários, artísticos e outros).
- Reprodução de material audiovisual, a partir de originais de formatos diversos, resguardados os casos protegidos pela lei de direitos autorais.

Normas para utilização do LAUFES

Vide orientações sobre normas de utilização do LAUFES em página do Centro de Educação: http://www.ce.ufes.br/laborat%C3%B3rio-de-aprendizagem-da-ufes-laufes

Laboratório de Matemática e Informática Educativa (LAMATI)

Possui equipamentos vinculados naturalmente ao Laboratório de Aprendizagem, utiliza o Laboratório na produção dos materiais didáticos. Além disso, o Laboratório de Matemática conta com 8 computadores antigos, de 20 mg de memória, que funcionam como terminais burros, ligados a um servidor novo (Pentium IV, com processador da INTEL, 512 de memória e um HD de 80, com leitor de DVD e gravador de CD), além de 2 outros computadores fora da sub-rede (um deles é também um Pentium IV, com 512 de memória um HD de 80, e o outro é mais modesto); uma TV de 29, um vídeo, uma impressora multifuncional da HP e uma câmera digital da HP. Oferta serviços de formação continuada de professores do ensino fundamental e médio, aos alunos e estagiários do Curso de Pedagogia e Matemática, bem como aos profissionais e pesquisadores da educação.

Normas para utilização do LAMATI

Vide orientações sobre normas de utilização do LAUFES em página do Centro de Educação: http://www.ce.ufes.br/laborat%C3%B3rio-de-aprendizagem-da-matem%C3%A1tica-e-inform%C3%A1tica-educativa-lamati

NORMAS PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho Acadêmico de Conclusão do Curso (TCC) será desenvolvido a partir do sexto período, ao longo das atividades curriculares, tendo sua culminância no oitavo período. O foco no TCC ocorre desde o início do curso, visto que desde então os alunos são envolvidos em situações de pesquisa e de análise de dados. O TCC será a culminância de uma trajetória de pesquisa realizada no decorrer do processo.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais atividades do curso, de modo a facilitar a aproximação dos alunos com diferentes possibilidades de pesquisas. As ações específicas do TCC estão organizadas no curso em três disciplinas: TCC I com 60 horas, TCC II com 75 horas e Seminário Integrador com 60 horas, cumpridas em três semestres consecutivos. A dinâmica de planejamento, construção do projeto, desenvolvimento e apresentação do TCC será implementada de acordo com este regulamento.

TITULO I - DA CARACTERIZAÇÃO, FINS E OBJETIVOS

Art. 1º Este regulamento, em conjunto com as demais normatizações referentes ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, estabelece os procedimentos necessários para o planejamento, desenvolvimento, a orientação, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso.
§ 1º O TCC será desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais atividades do curso, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.
§ 2º O TCC constitui requisito para obtenção do diploma de graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo.

Art. 2º O TCC compreende trabalhos de natureza acadêmico-científica e tem por objetivos:
I - Estimular a formação em pesquisa;
II - Favorecer a focalização e o aprofundamento de estudos;
III - Desenvolver hábitos de estudos, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa;
IV IV - Incentivar o registro e a síntese de ideias;
V - Valorizar a produção científica.

Parágrafo único - O TCC deverá versar sobre temática relacionada à Educação do Campo em contextos escolares ou não escolares.

TÍTULO II - DA REALIZAÇÃO DO TCC

CAPÍTULO I - Realização do Trabalho

Art. 3º O TCC será realizado sob orientação, nas disciplinas Trabalho de Conclusão do Curso I e II e Seminário Integrador, oferecidas nos 6º, 7º e 8º períodos, respectivamente.
§ 1º O TCC será desenvolvido individualmente ou por grupos de até três alunos.
§ 2º Os alunos poderão desenvolver o TCC de forma integrada às pesquisas de realidade que vem sendo desenvolvidas no tempo-comunidade.

CAPÍTULO II - Definição da Temática

Art. 4º Como atividade de apoio ao desenvolvimento do TCC, os estudos do primeiro ao quinto

período do curso de Licenciatura em Educação do Campo, em especial as disciplinas de Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica e Estágios, serão desenvolvidos de modo a facilitar a aproximação dos alunos com diferentes pesquisas visando, na diversidade educacional, a focalização de temas emergentes acerca da problemática educacional.

§ 1º A definição da temática será realizada pelo discente, tendo como referência os estudos e as pesquisas realizadas no Tempo Comunidade do 1º ao 5º período.
§ 2º A definição da temática deverá ser aprovada pelo professor orientador, que emitirá uma Carta de Aceite comprovando seu aval.

CAPÍTULO III - Elaboração do Projeto e Desenvolvimento do TCC

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido em 3 etapas: Projeto de Pesquisa; Revisão Bibliográfica e Referencial Teórico Metodológico; Elaboração do texto final.
§ 1º Na disciplina TCC I será elaborado o Projeto de Pesquisa em que estarão registrados a delimitação do tema, o título provisório do TCC, elaboração do problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa, o relato de dados empíricos produzidos durante o Tempo Comunidade nas disciplinas do 1º ao 5º período relacionados ao tema de pesquisa.
§2º A revisão bibliográfica e o estudo do referencial teórico metodológico serão realizados na disciplina TCC II. Ambas as atividades, ao final da disciplina, deverão estar registradas textualmente na forma de capítulos do TCC.
§3º A conclusão do TCC será realizada durante a disciplina Seminário Integrador. Nesta etapa final do TCC deverão estar registradas todas as atividades desenvolvidas nas disciplinas TCC I e TCCII, bem como a análise dos dados empíricos e as Considerações Finais.
§ 4º O texto final do TCC deverá conter: 1- O título definitivo; 2- O resumo e as palavras-chaves; 3- Delimitação temática e o problema de pesquisa; 4- Os objetivos de pesquisa; 5- A justificativa; 6- A revisão bibliográfica; 6- O referencial teórico e metodológico; 7- A análise dos dados de pesquisa; 8- As considerações finais.

Art. 6º O TCC deverá obedecer aos critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT em vigor.

Art. 7º Toda alteração, quer seja de orientador e/ou de projeto deverá ser encaminhada para o Colegiado do Curso em tempo hábil para a conclusão e entrega do trabalho final.

Art. 8º Para o desenvolvimento do TCC será obrigatória a orientação de um professor e/ou pesquisador vinculado à UFES.
§ 1º A orientação do TCC deverá computar 01 hora semanal de carga horária, por projeto, para o orientador.

Art. 9º As atividades de orientação serão registradas em instrumentos de controle do professor.

Art. 10º A desistência por parte do orientador ou dos alunos em continuar o trabalho deverá ser formalizada no Colegiado do Curso mediante documento próprio.

CAPÍTULO IV - Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso

Art.11º Os alunos deverão entregar ao orientador, na disciplina Seminário Integrador, 30 dias antes da data agendada para apresentação em Banca Examinadora, a versão preliminar do TCC em três vias impressas e encadernadas em espiral.

Art. 12º Durante a realização da Banca Examinadora, os autores efetuarão a apresentação do trabalho (com a presença de todos os integrantes) e os avaliadores poderão realizar a arguição do TCC.

Art. 13 A apresentação oral do TCC ocorrerá em sessão pública.
§ 1º O número de sessões de apresentação e o tempo de apresentação dos discentes autores dos TCC serão definidos pela Coordenação do Colegiado do Curso, tendo como referência o número de trabalhos a serem apresentados no final de cada semestre.

Art. 14 A defesa e apresentação do TCC deverão ser registradas em ata e assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Art. 15 Ao final da apresentação e arguição, a banca reunir-se-á em particular para decidir sobre a aprovação e a nota a ser atribuída ao trabalho.

Art. 16 Caberá ao orientador a indicação dos componentes da Banca Examinadora e seus suplentes, que serão homologados em reunião do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

§ 1° A Banca será composta por no mínimo dois e no máximo três membros.
§ 2° A Banca deverá ser composta pelo orientador, um membro professor da Universidade Federal do Espírito Santo com título mínimo de Mestre e, quando for o caso e por opção do orientador, um terceiro membro, pertencente a Instituição de Ensino, desde que sem ônus para a UFES.
§ 3° Serão designados, ainda, dois suplentes para cobrirem as eventuais faltas dos titulares.
§ 4° A presidência da Banca Examinadora será exercida pelo orientador do TCC e; em casos excepcionais, por outro professor indicado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 17 Após a apresentação do TCC da Banca Examinadora o aluno deverá entregar a versão final do TCC em duas vias em CD, e uma cópia impressa, nas normas estabelecidas pelo Colegiado de Curso. A coordenação do Colegiado do Curso se responsabilizará pelo organização e arquivamento das cópias impressas, até que um espaço virtual esteja disponibilizado para a divulgação pública dos trabalhos finalizados.

Art. 18 Todas as divulgações devem explicitar o nome da UFES, do Curso e do(s) Orientador (es).

TÍTULO IV - DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 19 O TCC será avaliado por Banca Examinadora própria para esse fim.

Art. 20 A avaliação será realizada pela Banca Examinadora em sessão reservada imediatamente pós a realização da apresentação e arguição do trabalho.

Art. 21 O aluno aprovado sem reservas terá um prazo de até 30 (trinta dias), após a defesa do TCC, para normatizá-lo e, o aluno aprovado com reserva terá um prazo de até 60 (sessenta) dias para fazer as alterações sugeridas pela Banca, bem como, normatizá-lo.
§ 1º Será considerado aprovado sem reservas os discentes cujos trabalhos receberem nota igual ou superior a 7,0 pontos.
§ 2º Será considerado aprovado com reservas os discentes cujos trabalhos receberem notas inferiores a 7,0 pontos.
§ 3º A nota final será a média final das notas atribuídas por cada membro da banca Examinadora, incluindo a do professor orientador. As notas dos membros da banca terão o mesmo peso.
Art. 22 O aluno só constará como aprovado na pauta de notas finais mediante a entrega da versão final do trabalho ao Colegiado do Curso.

Art. 23 O processo de avaliação focalizará os seguintes aspectos:
I - O processo de construção do TCC relatado pelo professor orientador.
II - A desenvoltura na apresentação do trabalho.
III - A coerência do texto produzido.
IV - A relevância da temática desenvolvida para a atuação profissional dos alunos.

Art. 24 O resultado será divulgado pelo professor orientador ao final dos trabalhos da Banca

CAPÍTULO I - Do Colegiado do Curso

Art. 25 O Colegiado do Curso terá as seguintes atribuições:
I - elaborar semestralmente calendário de atividades relacionadas ao TCC;
II - efetuar levantamento e divulgar a disponibilidade de disciplinas / vagas para orientação em cada semestre letivo;
III - elaborar e acompanhar os procedimentos e instrumentos necessários à formalização do TCC;
V - convocar, quando necessário, reuniões com orientadores e orientandos;
VI - analisar recursos e resolver os casos omissos.
VII - organizar as sessões de apresentação dos TCC.

CAPÍTULO II - Dos Departamentos

Art. 26 Os Departamentos terão as seguintes atribuições:

I - Oferecer disciplinas de TCC conforme solicitação do Colegiado.
II - Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.
III - Colaborar na realização das Bancas Examinadoras dos TCC.
IV - Organizar os encargos docentes da disciplina de TCC de modo que os professores envolvidos na disciplina TCC I deem continuidade nos semestres seguintes oferecendo TCC II e Seminário Integrador.

CAPÍTULO III - Dos Orientadores

Art. 27 São atribuições dos orientadores:
I - frequentar as reuniões convocadas pelo Colegiado do Curso ou pelos Departamentos;
II - preencher e entregar os instrumentos solicitados;
III - atender seus orientandos em horário previamente fixado conforme as disciplinas TCC I, TCC II e Seminário Integrador;
IV - observar a carga horária do seu aluno orientando;
V - atuar na organização das Bancas Examinadoras de TCC;
VI VI - informar o resultado final do TCC em instrumento próprio.

CAPÍTULO IV - Dos Orientandos

Art. 28 Os alunos em fase de desenvolvimento de TCC terão as seguintes atribuições: I - proceder sua matrícula conforme este regulamento;
II - comparecer às reuniões convocadas pelo Colegiado do Curso;
III - comparecer as orientações nos dias e horários estabelecidos conforme o desenvolvimento das disciplinas TCC e Seminário Integrador;
IV - cumprir o calendário de desenvolvimento do TCC;
V - providenciar junto aos órgãos competentes os recursos necessários para a apresentação do seu trabalho junto à Banca Examinadora.

TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 O não cumprimento das Atividades do Cronograma de elaboração do TCC pelos alunos implicará matrícula na mesma disciplina no semestre seguinte.

Art. 30 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Coordenação do Curso

O princípio fundamental de gestão que orienta a atuação da Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo é o da democracia participativa.

Para além da diversidade conceitual existente acerca do conceito de gestão democrática e em torno de sua prática, na Licenciatura em Educação do Campo, a Gestão Democrática está ligada, indissociavelmente, à natureza da participação de todos os envolvidos no Curso (docentes, estudantes e Movimentos Sociais) no processo de construção e gestão. Nesse sentido, a forma de como se efetiva a atuação da coordenação do curso, se constitui em espaço de ensino e aprendizagem dos (as) participantes. Ou seja, a melhora maneira de se fomentar a organização democrático-participativa é afirmando-a na ação.

A cada dois anos, após a construção coletiva de um Plano de Gestão Bienal, a coordenação do curso é eleita pelos membros do Colegiado de Curso, devidamente nomeados em Portaria do Centro de Educação.

O mandato do(a) coordenador(a) é de dois anos e possui trinta horas de dedicação semanal para o desenvolvimento de suas funções.

O Plano de Gestão consiste no conjunto de compromissos, metas e ações que expressam a vontade coletiva dos sujeitos do curso (professores, estudantes e movimentos sociais) para os dois anos de gestão do(a) novo(a) coordenação.

A coordenação do curso responde pela gestão acadêmica e administrativa, contando com o apoio do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Colegiado do Curso

Tendo em vista a especificidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo e a demanda de uma composição que envolve docentes, estudantes e representantes de Movimentos Sociais, o Colegiado do Curso é composto atualmente com os seguintes membros: 6 professores (sendo 2 de cada departamento do CE), 2 estudantes e 1 representante do Comitê Estadual de Educação do Campo do Espírito Santo (COMECES).

As reuniões ordinárias do colegiado acontecem mensalmente e/ ou conforme demanda com convocação extraordinária.

O Colegiado do Curso tem como competência básica decidir sobre as atividades didático-pedagógicas do curso, além de planejar, organizar, coordenar, superintender e fiscalizar o seu desenvolvimento.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos Cursos de Graduação da UFES, instituído pela Resolução CEPE/Ufes nº 53/2012 e Resolução CEPE/Ufes nº 06/2016, tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. Integra a estrutura de gestão acadêmica em cada Curso de Graduação, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. Dentre suas principais atribuições destacamos:

- Acompanhamento do curso;
- Análise da adequação do PPC ao cenário atual, à legislação em vigor, diretrizes para o

curso, perfil dos estudantes que ingressam na instituição e no curso, além da localização do curso;

- Avaliação da aprendizagem e do curso;
- Discussão dos resultados e propostas de solução relativas às avaliações externas;

O Núcleo Docente Estruturante terá atuação constante na melhoria do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e no atendimento às inovações acadêmicas. Seus encontros ocorrerão, conforme Resolução nº 6/2016 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, ordinariamente, no mínimo, 4 (quatro) vezes ao ano, preferencialmente no início de cada semestre letivo e extraordinariamente por convocação do Presidente ou por deliberação da maioria absoluta de seus membros, devendo-se observar em ambos os casos a relevância e/ou urgência do tema, sendo analisadas as observações docentes e as técnicas mais atuais de ensino-aprendizagem, assim como sua aplicação no Curso. Sua composição estará de acordo com o Art. 4º da Resolução nº 6/2016. O Presidente do NDE será escolhido dentre os seus membros para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida 1 (uma) recondução (§1º, inciso IV, Art. 4º).
É vetada a condução ao cargo de Presidente do NDE ao Coordenador ou ao Coordenador em exercício do curso (§2º, inciso IV, Art. 4º); e pelo menos 30% do total de docentes que lecionam no curso, denotando o compromisso entre a teoria e a prática em todo o processo de implantação e atualização do PPC.

CORPO DOCENTE

Perfil Docente

Os docentes que atuam na Licenciatura em Educação do Campo – campus Goiabeiras – constituem um quantitativo de 15 (quinze professores), encarregando-se das disciplinas obrigatórias e optativas. Dentre os quais, 99% são doutores (14 docentes) e 1% é mestre (01 docente).

Destacamos que os professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo estão localizados em três departamentos, sendo eles: a) Departamento de Educação, Política e Sociedade (DEPS); b) Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais (DTEPE); c) Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE).

REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE
Ao analisarmos os docentes que compões o quadro de professores da Licenciatura em Educação do Campo – Campus Goiabeiras –, observamos que 100% estão no regime de Dedicação Exclusiva (DE).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE
Ao analisarmos a carreira profissional dos docentes do curso de licenciatura, observamos que todos possuem no mínimo 2 anos de experiência fora da área de magistério superior.

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Ao analisarmos a carreira profissional dos docentes do curso de licenciatura, observamos que a maioria (80%) possui no mínimo 2 anos de experiência fora da área de magistério superior.

EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE
Em relação a esse indicador, 100% do corpo docente efetivo da Licenciatura em Educação do Campo – campus Goiabeiras – possui mais de três (03) anos de experiência profissional na carreira do magistério superior.

Os 15 Docentes do Curso:

1- Dr. Alessandro da Silva Guimarães
2- Drª Débora Monteiro do Amaral
3- Drª Dulcinéa Campos Silva
4- Drª Elizabete Bassani
5- Ms Ericler Oliveira Gutierrez Ouedraogo
6- Dr. Fabiano de Oliveira Moraes
7- Dr. Gilfredo Carrasco Maulin
8- Dr.Henrique José Alves Rodrigues
9- Drª Janinha Gerke de Jesus
10- Drª Patrícia Gomes Rufino Andrade
11- Drª Renata Duarte Simões
12- Drª Regina Godinho
13- Drª Fernanda Monteiro Barreto
14 - Drª Silvanete Pereira dos Santos
15- Dr. Valter Martins Giovedi

Formação Continuada dos Docentes

Os docentes da Licenciatura em Educação do Campo estão integrados aos processos de formação continuada organizados pelo Núcleo de Apoio à Docência (NAD) da Universidade Federal do Espírito Santo, que tem como principal objetivo fomentar espaços de aperfeiçoamento didático-pedagógico e de suporte para o desenvolvimento das atividades

docentes. Nessa perspectiva, propõe investir na valorização e qualificação continuada do trabalho docente. Prevê a ampliação do assessoramento pedagógico ao trabalho docente e sua realização próximo aos locais de atuação dos/as docentes. Assim, haverá um NAD para cada Campus da UFES.

No âmbito do Centro de Educação, os processos de formação continuada de docentes são garantidos por legislação e viabilizados da seguinte forma:
- Pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UFES) com os cursos de mestrado e doutorado. - Por outros programas de Pós-graduação ofertados pela Ufes, bem como de outras Universidades Brasileiras e estrangeiras, seja pela via de convênios articulados com a Universidade ou por iniciativa do próprio docente.
- Pela licença para capacitação de professores a cada cinco anos de efetivo exercício.
- Pelos núcleos e laboratórios do próprio centro e ou de outros centros da Ufes, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária.
- Pela participação em diversos eventos acadêmico-científicos como cursos, seminários, simpósios, palestras e outros.
- Pela participação em projetos de Pós-doutorado tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Além disso, o Curso conta com uma Organização Coletiva do Trabalho Pedagógico (OCTP) e um grupo de estudo e pesquisa. Essas duas instâncias constituem momentos coletivos de estudo e reflexão e por consequência espaços e tempos da formação continuada dos docentes.

INFRAESTRUTURA

Instalações Gerais do Campus

Segundo a página oficial da Ufes, o Campus de Goiabeiras é o principal campus e está localizado na Capital do Espírito Santo, Vitória, concentra a maior parte dos cursos de graduação, mestrado e doutorado, seus centros de ensino, laboratórios e projetos de extensão. Nele estão também os principais setores administrativos da universidade, como a Reitoria, as pró-reitorias e as secretarias. No campus de Goiabeiras circulam diariamente cerca de 22 mil pessoas, entre alunos, professores, servidores e visitantes.

Abriga uma área de cultura e lazer, com uma galeria, um café, um cinema e um teatro, além da Biblioteca Central e as setoriais. Conta com a presença de uma emissora de rádio, a Rádio Universitária. Possui ginásio de esportes, parque aquático e outros equipamentos esportivos; Centro de Línguas, agências bancárias e de correios, Observatório Astronômico e Planetário. O campus é cercado por uma área de manguezal mantida sob proteção ambiental.

Instalações Gerais do Centro

No Centro de Educação, o espaço físico do IC-IV dispõe de 25 salas que comportam entre 30 a 60 pessoas. As instalações administrativas abrangem os seguintes espaços: o prédio dos Departamentos (5 salas) o prédio da Administração Geral do Centro de Educação (5 salas), Gabinete dos Chefes dos Departamentos e da Direção e Vice-Direção do Centro de Educação (6 salas) e o prédio que acolhe a Secretaria e Coordenação do Colegiado do Curso (1 salas), a biblioteca setorial (1 ampla sala) e os seguintes núcleos: NEPALES, NEPEFIL, NEduc. Ambiental, NEPE. As demais instalações (38 salas) são salas de aula de professores que abrigam os gabinetes de trabalho dos docentes. O Auditório do ICIV comporta 132 lugares.

O prédio conta ainda com:

- Instalações sanitárias: Banheiros masculinos para alunos (2 com divisão interna), Banheiros femininos para alunas (2 com divisão interna), 2 Banheiros masculinos e 2 femininos para professores, adequados e limpos por empresa terceirizada. Banheiros adequados com condições de acesso para pessoas com deficiência;
- Condições de acesso para pessoas com deficiência: No ICIV, o acesso ao segundo piso é limitado às pessoas que possuem mobilidade reduzida. A sala de aula que comporta 60 alunos fica nesse piso, assim como o Auditório. Segurança motorizada pelo campus.
- Plano de expansão física: não previsto.

No Centro de Educação, atualmente, podemos contar para o desenvolvimento do curso: Acesso a equipamentos de informática pelos alunos: Laboratório de Informática de alunos da graduação. Recursos audiovisuais e multimídia: distribuídos por salas de aula e Auditório. Os demais equipamentos existentes localizam-se no Laboratório de Aprendizagem. Existência de rede de comunicação científica: todos os computadores estão ligados em rede, favorecendo à comunicação científica.

Quanto à infraestrutura para realização do curso, há 2 salas de aula que comportam 60 estudantes; 8 gabinetes de professores; 1 sala para funcionamento do Colegiado do Curso. Equipamentos e mobiliário para as salas de aula: carteiras, mesas de professores, cadeiras para professores, quadro branco, aparelhos multimídia, telas para projeção. Equipamentos e mobiliário para o colegiado do curso: 1 mesa redonda com cindo cadeiras, 1 mesa operacional, 1 escrivaninha para computador, 2 arquivos, 2 armários com duas portas, 1 mesa para chefia, 4 cadeiras, 3 computadores ligados à internet, 2 impressoras. Equipamentos e mobiliário para as salas de professores: 15 notebooks, mesas para estudo, mesas para computadores, cadeiras, armários de duas portas, armários de aço.

Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Na Ufes, o Núcleo de Acessibilidade foi instalado em 2013, tendo em vista as ações de atendimento às pessoas com deficiência que se fazem em conformidade com a Portaria do Ministro da Educação nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, que garante para estudantes com deficiência física: Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo; reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços; construção de rampas com corrimãos ou instalação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas. Máquina de datilografia e impressora em braile. Placas indicativas em braile. Intérprete de línguas de sinais/língua portuguesa.

Núcleo de Acessibilidade da UFES (Naufes) foi criado por meio da Resolução nº 31/2011 do Conselho Universitário como proposta do então Secretário de Inclusão Social, Prof. Antonio Carlos Moraes, com a finalidade de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário.

Nesse sentido, o NAUFES discute com seu corpo docente a acessibilidade metodológica – a forma que os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional. Possui sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplia textos; software de ampliação de tela, lupas, réguas de leitura; acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras; entre outros.

O prédio do IC IV é acessível, desde o estacionamento, com vagas para deficientes, até à estrutura do prédio, com os banheiros do piso inferior e superior adaptados. Para garantir a acessibilidade de estudantes e servidores, contamos com notebook, tablet e monitores ampliados (baixa visão) e com intérpretes e tradutores de Libras (surdez). Vale destacar, ainda, que o Centro de Educação possui também um núcleo de estudos, pesquisas e extensão voltado para a educação especial – NEESP – e dois Programas de Pós-graduação: o primeiro em Educação que possui a linha de pesquisa - Educação Especial e Processos Inclusivos – e o segundo, o Mestrado Profissional em Educação que conta com a linha de pesquisa Educação inclusiva e diversidade, constituída também por vários professores articulados à área de Educação Especial. Ambos têm fortalecido o debate e a implementação de políticas voltadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Instalações Requeridas para o Curso

Há uma demanda de salas de aula para abrigar dois Cursos de Graduação (Pedagogia, matutino e noturno e o curso de Licenciatura em Educação do Campo), além das disciplinas pedagógicas para todas as licenciaturas do Campus de Goiabeiras.

No que diz respeito à acessibilidade, um grave problema persiste, ou seja, permanece a impossibilidade das pessoas com mobilidade reduzida terem acesso ao segundo piso do prédio, visto que, a colocação de plataforma, solicitada, não foi atendida.

Biblioteca e Acervo Geral e Específico

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB/Ufes) atualmente conta com seis unidades: Biblioteca Central, Biblioteca Setorial Tecnológica, Biblioteca Setorial de Ciências da Saúde, Biblioteca Setorial do Ceunes, Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias e Biblioteca Setorial do Nedtec. A Biblioteca Central, órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria, é a unidade que coordena os procedimentos técnicos de todas as unidades do SIB/Ufes necessários ao provimento das informações às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração da Ufes. Administrativamente, as outras unidades estão vinculadas aos seus centros de ensino e são responsáveis pela execução dos serviços e produtos de informação em suas unidades.
A Biblioteca Central (BC) é um órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria e coordena os procedimentos técnicos de todas as unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB-Ufes) necessários ao provimento das informações às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração da Ufes. Seu acervo disponível para consulta compõe-se de 100.080 títulos, com 224.029 exemplares de livros; 5.983 títulos de dissertações e teses com 8.144 exemplares; 2.235 títulos com 3.208 exemplares de multimeios; e 1.701 títulos com 74.520 fascículos de periódicos.
As tecnologias da informação e comunicação impulsionaram o SIB-Ufes a adotar como ferramenta o software “Pergamum”, o qual possibilita a automação e o gerenciamento de suas 115 Universidade Federal do Espírito Santo atividades. Dentre estas destacam-se a consulta remota ao catálogo, renovação, reserva dos itens emprestados, bem como a administração pelo usuário de sua conta (data prevista de devolução, controle de débitos). A partir do catálogo, os usuários podem efetuar críticas, sugestões e indicação de novas aquisições. A fim de intensificar o acesso a fontes de informação disponíveis na web, o SIB-Ufes assinou o metabuscador Ebsco Discovery Service (EDS), que consiste em um mecanismo de referências e dados disponíveis em acesso aberto, assim como os existentes em bases de dados assinadas pelo SIB-Ufes e no Portal de Periódicos da Capes. Com o advento de novos formatos de material didático-científico, a Ufes, visando a adequar-se às novas exigências do universo acadêmico e possibilitar acesso remoto à sua comunidade, aderiu, no ano de 2011, à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) – iniciativa da Rede Nacional de Pesquisas. Tal rede possibilita acesso remoto a todos os recursos do Portal de Periódicos da Capes. Além de potencializar o uso da ferramenta, proporciona ao usuário estudante acesso a mais de 37.000 títulos de periódicos científicos, vinculados às mais destacadas bases de dados nacionais e estrangeiras. Já a configuração de proxy possibilita o acesso aos demais recursos eletrônicos comprados com verba da universidade, a saber: E-books das editoras Cambridge, Wiley, IEEE, Elsevier, Zahar e Senac SP, totalizando aproximadamente 1.500 títulos nacionais e estrangeiros; Bases de dados de periódicos eletrônicos Academic Search Complete, World Politics Review e VLex; e Base de dados de Normas Técnicas da ABNT. No âmbito dos suportes de informação eletrônica disponíveis aos usuários, destaca-se a disponibilização dos trabalhos acadêmicos oriundos dos programas de pós-graduação da Ufes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), bem como a produção intelectual da Instituição em seu repositório.

Laboratórios de Formação Geral

O Centro de Educação possui, à disposição dos estudantes, um laboratório de informática, equipado com: Hardwar e 30 Computadores interligados à Internet; 1 Data-show fixo (instalado no teto do laboratório); 1 Lousa digital; 1 Sistema de som de alta potência – 2 caixas de som amplificadas em linha; 1 Impressora Laser; 1 Scanner de mesa; 1 Computador dedicado ao data show, lousa digital e sistema de som de alta potência – uso exclusivo professores, servidores do laboratório e alunos previamente autorizados; 1 Computador dedicado à impressora e ao scanner de uso exclusivo dos servidores do laboratório para atenderem a demanda dos ususários. Softwar e Navegadores Internet; Pacote Office 2007; Leitores/conversores de arquivos PDF; Compactador de arquivos; Players de arquivos multimídia; Programa gravador de CD/DVD (nem todos os computadores possuem gravador); Antivírus; Programa monitor e bloqueador de redes sociais e pornografia.
E ainda:
Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial
Espaço Físico: 37,12 m²

Equipamentos: 1 computador, 1 televisão 20", 1 vídeocassete, 1 aparelho de som, 1 câmera de vídeo.

Serviços: investigação, produção e transmissão de conhecimento das práticas pedagógicas voltadas a crianças em faixa etária escolar com problemas de aprendizagem.

Núcleo de Educação Infantil
Espaço físico: 10 m². Equipamentos: 1 computador, 2 impressoras, 1 televisão, 1 aparelho DVD Player, 1 aparelho de som e 1v fax. Oferta serviços na implementação de políticas e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão que consolidem um espaço de reflexão, identificando demandas e propondo caminhos para o avanço do conhecimento nessa área.

Núcleo de Educação de Jovens e Adultos
Contando com espaço físico e equipamentos necessários, atua na formação de educadores de jovens e adultos na prática, atendendo a demandas de Educação Básica, assessoria a entidades e órgãos públicos na formação de educadores, parceria e sustentabilidade na ação do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo, e desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisa em parceria com movimentos sociais da cidade e do campo.

Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Processos de Aprendizagem, Cognição e Interação Social
Com Espaço físico utiliza dos equipamentos do Laboratório de Matemática e Informática Educativa e atua com atividades junto aos alunos do Curso de Pedagogia e professores da rede pública do ensino fundamental, voltadas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão em aprendizagem da matemática, com enfoque especial em jogos matemáticos, e uso de computadores na escola.

Núcleo de Pesquisa do Centro de Educação

Com Espaço físico de 1 sala da Secretaria Geral do Centro de Educação, utiliza de equipamentos da Secretaria Geral e atua com o incentivo à produção e divulgação do conhecimento na área da educação, junto a professores e alunos do Centro.

Núcleo de Extensão do Centro de Educação
Situado também numa sala da Secretaria Geral do Centro de Educação, utiliza dos equipamentos da Secretaria Geral. Busca incentivar o desenvolvimento de projetos de extensão no campo educacional, junto a professores e alunos do Centro, visando à socialização do ensino e da pesquisa.

Laboratórios de Formação Específica

No campo da Geografia, o Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias - LCGGEO desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão no campo geotecnológico, visando integrar e gerenciar dados e/ou informações com referência espacial, além de aplicar métodos e técnicas vinculadas ao Sistema de Informações Geográficas (SIG), Sensoriamento Remoto (SR), Processamento Digital de Imagens (PDI); Análise Demográfica, entre outras ferramentas com alunos da Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Geografia, assim como outros departamentos de áreas afins da Universidade.

O Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias junto com o Laboratório de Geografia Física possui também uma parceria junto ao Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) em projetos como o de elaboração do Mapeamento Geomorfológico do Estado do Espírito Santo com emprego de Geotecnologias.

O Laboratório de Geografia Física possui infraestrutura utilizada para análises físicas, químicas e biológicas como: bancadas, balanças de precisão, termômetros, psicrômetros, trados, estufas, jogos de peneiras, reagentes diversos, vidraçaria variada, bússolas, GPS, refratômetro,

telêmetro, tabelas de Munsell, entre outros. Conta também com um auditório com 42 carteiras localizada nas dependências do próprio laboratório de pesquisa.

O Laboratório de Geografia Humana é um Programa de pesquisa e de extensão, realiza diversas atividades ligadas à extensão e à pesquisa notadamente nas áreas: Fragmentação e segregação urbana; Regiões metropolitanas; Estudos regionais e urbanos e Estudos sobre as

redes técnicas, sobre os espaços e territórios rurais com ênfase na agroecologia e conflitos no campo.

O Laboratório de Estudos Políticos (LEP), criado em 2001, vincula-se ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (NEPCS) da UFES. O LEP além de se constituir em oportunidade de treinamento para os alunos do Curso de Ciências Sociais da UFES tem como principal meta elaborar estudos no âmbito das políticas públicas municipais, conjuntura política nacional e estadual no que se refere aos principais fatos da política econômica e às políticas legislativa, eleitoral e partidária, bem como aos movimentos sociais e às ações políticas da sociedade civil em geral.

O Núcleo Audiovisual (NAV), criado em final de 2003, com estatuto próprio aprovado no Conselho de Ensino e Pesquisa da UFES, vinculado aos Departamentos de Ciências Sociais e Filosofia, visa multiplicar a produção acadêmica e prestar assessoria e consultoria para instituições públicas e privadas, movimentos sociais e outras instâncias da sociedade, estabelecendo parcerias e convênios com entidades congêneres, promovendo a incorporação da linguagem audiovisual na realização e divulgação da produção científica voltada para questões sociais e melhorando a participação das populações envolvidas.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias (NEI) é um órgão interdisciplinar ligado ao Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais. O Núcleo tem como objetivos 1) Desenvolver investigações no campo das Ciências Humanas e Sociais e afins, contribuindo para; 2) Implementar e abrigar projetos e linhas de pesquisa visando sua consolidação para promoção e valorização da pesquisa e do ensino e da extensão no Curso de Ciências Sociais e na Universidade Federal do Espírito Santo; 3) Servir como espaço acadêmico para a formação e aperfeiçoamento de alunos, promovendo a pesquisa e criando condições para a troca de saberes acadêmicos e o debate interdisciplinar; 4) Promover eventos de várias modalidades, tais como: palestras, cursos, oficinas, seminários, simpósios, workshops e outros, contribuindo para a divulgação dos conhecimentos produzidos nas linhas de pesquisa implementadas pelo NEI.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (NEPCS) constitui-se como órgão interdisciplinar, ligado ao Departamento de Ciências Sociais e tem como meta implementar, abrigar e consolidar linhas de pesquisa sobre organizações formais e informais, saberes instituídos e saberes localizados e outros temas pertinentes ao desenvolvimento das Ciências Sociais.

OBSERVAÇÕES

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.A. Criação e aprendizagem em ambientes virtuais livres por alunos e professores do ensino fundamental. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ALTIERI, M. Agroecologia – A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável. Ed. da Universidade. UFRGS, 2004. 110 p.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo. Caderno Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL. Decreto n. 7352/2010, de 04/11/2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05/11/2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em 12 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secadi. EDITAL DE SELEÇÃO Nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC DE31 DE AGOSTO DE 2012. Chamada Pública para seleção de projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Procampo. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/edital_%2002_31082012.pdf. Cesso em 8 de setembro de 2016.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1996/9394.htm>. Acesso em 15 dez 2012.

_____. Parecer CNE/CEB Nº 36/2001, de 04/12/2001. Referente às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>. Acesso em 25 jan. 2012.

_____. Parecer CNE/CEB Nº 1/2006, de 01/02/2006. Referente aos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15/03/2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf>. Acesso em 25 jan. 2012.

¬¬_____. Parecer CNE/CP 9/2001, de 08/05/2001. Referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18/01/2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em 25 jan. 2012.

_____. Parecer CNE/CP 1/2002, de 18/02/2002. Referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 09/04/2002. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em 25 jan. 2012.

_____. Parecer CNE/CP 5/2005, de 12/12/2005. Referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Diário Oficial da União, Brasília, 15/05/2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em 25 jan. 2012.

____. Resolução CNE/CP 1/2006, de 15/05/2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 16/05/2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em 25 jan. 2012.

_____. Resolução CNE 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf. Acesso em 8 de setembro de 2016.

_____. NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 3/2016/GAB/SECADI/SECADI do Ministério de Educação. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option. Acesso em18 de setembro de 2016.

BRANDÃO, C. R. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CALDART, Roseli Salete; Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico para a Educação do Campo. In: MOLINA, Monica Castgna; JESUS, Sonia M. S. Azevedo de (orgs). Coleção Por Uma Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Volume 5. Brasília, DF: 2004.

CALDART, Roseli. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? IN: MOLINA, Mônica C; SÁ, Laís M. (Orgs). Licenciatura XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012 Junqueira&Marin Editores Livro 2 - p.001751 12 em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte. Autêntica, 2011.

CALDART, Roseli et all. Inventário da Realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo. Guia discutido no Seminário: Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo. Veranópolis/RS (IEJC), 16 a 18 de junho 2016. Participaram da elaboração: Roseli Salete Caldart, Ceres Hadich, José Maria Tardin, Diana Daros, Marlene Sapelli, Luiz Carlos de Freitas, Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, Nivia Silva e Adalberto Martins. Esta é uma versão para experimentação prática nas escolas e em cursos de formação de educadores do campo, aberta à continuidade de sua construção coletiva. Concluída em julho 2016.

CALDART, Roseli. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? IN: MOLINA, Mônica C; SÁ, Laís M. (Orgs). Licenciatura XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012 Junqueira&Marin Editores Livro 2 - p.001751 12 em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte. Autêntica, 2011.

CALDART, R.S. Pedagogia do movimento sem terra. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.221-292.

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Galdêncio (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. (Org.). Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Bernanardo Mançano. Entrando nos territórios do Território Bernardo Mançano Fernandes – UNESP. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em 9/9/2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília: Incra; MDA, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34.ed. São Paulo:

MUNARIM, A. (Org.). Educação do campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis, SC: Insular, 2011. 192 p. ISBN 9788574745541 (broch.).

MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 140, p.587-609, jul.-set., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n140/1678-4626-es-38-140-00587.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

PIRES, Angela Monteiro. Educação do Campo como Direito Humano. São Paulo: Cortez, 2012.

PRIMAVESI, A. Agricultura sustentável. São Paulo: Nobel. 1992.

PISTRAK, M. M.. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo. Expressão Popular, 1981.

UFES. Resolução nº 74/2010, de 14/12/2010. Institui e regulamenta o estágio supervisionado curricular nos cursos de graduação da UFES. Disponível em: < http://www.daocs.ufes.br/corpo.asp?pagina=resolucs/resolucao_n74_10>. Acesso em 26 jan 2013.